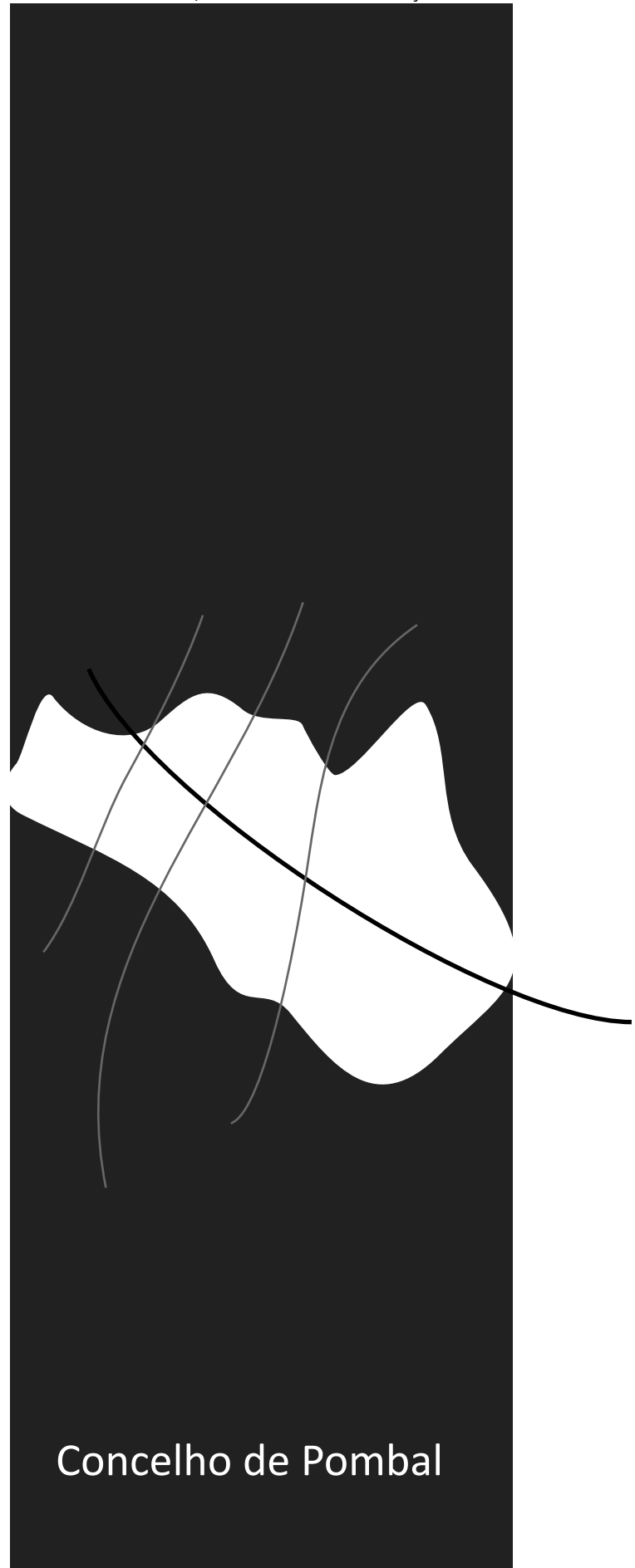


REOT

Relatório sobre o
Estado do
Ordenamento
do Território

MONITORIZAÇÃO 2017



Concelho de Pombal

INDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	6
3. METODOLOGIA.....	7
4. ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	9
4.1 Demografia e Socioeconomia	10
4.2 Mobilidade, Infraestruturas e Equipamentos	30
4.3 Ambiente.....	50
4.4 Ocupação do Território	61
4.5 Edificação e Gestão Urbanística	72
5. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ÂMBITO NACIONAL E REGIONAL E OUTROS DOCUMENTOS DE ÂMBITO MUNICIPAL	80
6. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE ÂMBITO MUNICIPAL..	82
Plano Diretor Municipal de Pombal.....	82
7. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA	98
Objetivos.....	99
Dinâmica Urbanística.....	100
8. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	101
9. ANEXOS	103

“O ordenamento do território é a tradução espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade.

(...) É, simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspetiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física segundo uma estratégia de conjunto.”

(in Carta Europeia do Ordenamento do Território, reedição portuguesa, 1988)

1. Introdução

O conceito de ordenamento do território preceituado na Carta Europeia do Ordenamento do Território foi transposto para a nossa ordem jurídica com a publicação da Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, recentemente revogada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

Tendo por base os princípios gerais em matéria de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, consagrados no artigo 3.º da Lei mencionada: Solidariedade intra e intergeracional, Responsabilidade, Economia e eficiência, Coordenação e compatibilização, Subsidiariedade, Equidade, Participação dos cidadãos, Concertação e contratualização e Segurança jurídica e proteção da confiança, constituem fins da política pública de solos, de acordo com o disposto no artigo 2.º :

- *“Valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais, enquanto suporte físico e de enquadramento cultural para as pessoas e suas atividades, fonte de matérias-primas e de produção de biomassa, reservatório de carbono e reserva de biodiversidade;*
- *Garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial, a criação de emprego e a organização eficiente do mercado fundiário, tendo em vista evitar a especulação imobiliária e as práticas lesivas do interesse geral;*
- *Reforçar a coesão nacional, organizando o território de modo a conter a expansão urbana e a edificação dispersa, corrigindo as assimetrias regionais, nomeadamente dos territórios de baixa densidade, assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas, em especial aos equipamentos e serviços que promovam o apoio à família, à terceira idade e à inclusão social;*
- *Aumentar a resiliência do território aos efeitos decorrentes de fenómenos climáticos extremos, combater os efeitos da erosão, minimizar a emissão de gases com efeito de estufa e aumentar a eficiência energética e carbónica;*
- *Evitar a contaminação do solo, eliminando ou minorando os efeitos de substâncias poluentes, a fim de garantir a salvaguarda da saúde humana e do ambiente;*
- *Salvaguardar e valorizar a identidade do território nacional, promovendo a integração das suas diversidades e da qualidade de vida das populações;*
- *Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos, os aglomerados rurais e a coerência dos sistemas em que se inserem;*

- *Promover a defesa, a fruição e a valorização do património natural, cultural e paisagístico;*
- *Assegurar o aproveitamento racional e eficiente do solo, enquanto recurso natural escasso e valorizar a biodiversidade;*
- *Prevenir riscos coletivos e reduzir os seus efeitos nas pessoas e bens;*
- *Salvaguardar e valorizar a orla costeira, as margens dos rios e as albufeiras;*
- *Dinamizar as potencialidades das áreas agrícolas, florestais e silvo-pastoris;*
- *Regenerar o território, promovendo a requalificação de áreas degradadas e a reconversão de áreas urbanas de génese ilegal;*
- *Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada aos edifícios, equipamentos e espaços verdes ou outros espaços de utilização coletiva.*

A política de ordenamento do território é concretizada através do sistema de gestão territorial, que se organiza em 4 âmbitos distintos: o âmbito nacional, o âmbito regional, âmbito intermunicipal e o âmbito municipal, sendo neste último, que se enquadram os Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito municipal, que serão objeto de devida análise e monitorização no presente Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT).

De facto, o REOT é um instrumento de análise e avaliação contínua da concretização das estratégias de desenvolvimento territorial municipal, nomeadamente das estratégias consagradas nos planos municipais de ordenamento do território em vigor, que promove não só o tratamento simples e claro da informação relevante, de carácter estatístico, técnico e científico, mas também a participação e a comunicação de resultados, de forma a fundamentar eventuais propostas de elaboração, alteração ou revisão de planos ou dos respetivos mecanismos de execução.

O presente documento enceta igualmente um processo de acompanhamento sistemático, capaz de monitorizar as dinâmicas registadas no território concelhio, que influenciam não só as condições ambientais e a sustentabilidade do território, mas também o seu desenvolvimento e crescimento económico, a melhoria das condições de vida da população residente, e o apoio à decisão política e respetivas medidas de intervenção, promovendo o acompanhamento regular do exercício das atividades previstas e a articulação com estratégia de desenvolvimento municipal.

Este acompanhamento decorre da implementação de um sistema eficiente de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permite e permitirá conhecer a situação do concelho de Pombal a médio e longo prazo, identificando as suas tendências de evolução nos mais variados domínios, evidenciando o grau de execução dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor.

De facto, com a entrada em vigor da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Pombal, publicado pelo Aviso n.º 4 945/2014, no Diário da República, 2.ª Série – n.º 71, de 10 de abril, retificada pela Declaração n.º 77/2015, de 20 de abril, objeto de correção material, publicada pela Declaração n.º 86/2015, de 24 de abril, e sujeita a uma alteração por adaptação, publicada sob o Aviso n.º 15686/2017, de 29 de dezembro, o planeamento e ordenamento municipal adquiriram uma nova dinâmica, que deverá ser impreterivelmente aferida pela implementação de um sistema de monitorização e avaliação.

O presente relatório surge no seguimento do relatório inicial, realizado em 2014, e respetivo relatório de monitorização – 2015, com vista, não só ao cumprimento legal, mas também à realização de uma monitorização nos diversos domínios de abrangência do IGT em vigor no território concelhio.

Assim, o presente relatório refere-se ao período 2015, 2016 e 2017, onde foram atualizados dados em consonância com o disponibilizado pelos diversos serviços deste Município, tendo-se mantido a estrutura do REOT inicial.

De salientar que durante o período a que se refere o presente relatório, e em termos de dinâmicas do IGT em vigor, foram revogados os Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, pelo que, atualmente, apenas o PDM regulamenta a ocupação, uso e transformação do solo na área geográfica do concelho de Pombal.

O 1.º REOT foi remetido para discussão pública, por deliberação da Câmara Municipal, de 10 de março de 2015, tendo aquele período decorrido entre 24 de março e 6 de maio (conforme Aviso n.º 3067/2015, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 57, de 23 de março), sem que tenha ocorrido qualquer participação.

2. Enquadramento Legal

De acordo com o Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, (que determina o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJGT) “a câmara municipal elabora, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, a submeter à apreciação da assembleia municipal” (cfr. artigo 146.º).

A Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, no seu artigo 57.º, veio prever, em matéria de execução dos programas e planos territoriais, que todos os programas e planos devem definir parâmetros e indicadores que permitam monitorizar a respetiva estratégia, objetivos e resultados da sua execução, sendo da responsabilidade das autarquias locais, no caso de planos de âmbito municipal, recolher a informação e promover a elaboração dos respetivos relatórios de execução, bem como a normalização de fontes de dados e de indicadores comuns, no prazo e condições a definir, disponibilizando publicamente os mesmos, através dos meios informáticos adequados.

Revogado o Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, mantém-se a necessidade da revisão dos planos municipais, “quando a respetiva monitorização e avaliação, consubstanciada nos relatórios de estado do ordenamento do território, identificarem níveis de execução e uma evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes, suscetível de determinar uma modificação do modelo territorial definido” (cfr. o n.º 2, do artigo 93.º), pelo que a sua elaboração é fundamental e imprescindível, em matéria de programação de opções de ordenamento do território e no apoio à decisão.

Pese embora o artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, defina a obrigatoriedade da Câmara Municipal, de 4 em 4 anos, elaborar um REOT, de forma a melhorar a gestão do plano de ação, contribuindo para dinamizar o processo de monitorização e a própria implementação do Plano Diretor Municipal e, sobretudo, dar resposta às exigências inerentes à Declaração Ambiental, emitida no âmbito da avaliação ambiental do plano, que obriga a uma monitorização anual, que consubstancia o disposto no n.º 2, do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, considerou-se pertinente a elaboração anual do presente documento, de forma a avaliar e monitorizar o desempenho dos vários indicadores, as ações e objetivos implementados e o grau de concretização dos mesmos, favorecendo, assim, o desenvolvimento da programação estratégica anual do município.

3. Metodologia

O presente REOT – Monitorização 2017, mantém como objetivo central, avaliar e monitorizar o estado do ordenamento do território do concelho de Pombal, tendo por base um sistema de indicadores e a aferição da execução dos objetivos propostos no IGT em vigor, e os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar informação anual sobre o estado do ordenamento do território;
- Prover a administração e demais serviços municipais de um instrumento sintético de caracterização e diagnóstico, de apoio à tomada de decisão ao nível do ordenamento do território;
- Constituir-se como elemento de informação em matéria de ordenamento para os munícipes.

O presente relatório encontra-se estruturado em dois grupos que se complementam e convergem na prossecução dos objetivos subjacentes ao presente documento:

- 1) Avaliação do Território - apresentando um modelo conceptual baseado num sistema de indicadores estratégicos quantificáveis que permitem avaliar as principais dinâmicas concelhias e refletem os principais domínios do desenvolvimento sustentável (demográfico, social, económico, mobilidade, infraestruturação, ambiente e urbanístico);

Para cada indicador elaborou-se um quadro com a unidade de análise, fonte de informação, periodicidade de análise dos dados, e tendência de evolução futura (se aplicável), assim como a sua apresentação gráfica e descrição dos principais aspetos subjacentes.

- 2) Avaliação do Ordenamento e Planeamento Municipal – apresentando a análise, avaliação e monitorização do cumprimento e execução dos objetivos dos instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho, integrando ainda os indicadores presentes na Declaração Ambiental.



4. Estado do Ordenamento do Território

Para uma leitura imediata e sistematizada apresenta-se neste quadro síntese um conjunto de indicadores de enquadramento geral e socioeconómico.

Domínio	Indicador	Ano	Valor
Território	Área do concelho (ha)	2017	62 600,28
	Altitude Mínima (Metros)	2017	0
	Altitude Máxima (Metros)	2017	559
	Comprimento Máximo Norte-Sul (km)	2017	26
	Comprimento Máximo Este-Oeste (km)	2017	33
	Número de freguesias (n.º)	2017	13
	Cidades Estatísticas (n.º)	2017	1
	Vilas Estatísticas (n.º)	2017	2
Demografia	População Residente (n.º)	2011	55 217
		2016*	52 971
	Densidade Populacional (hab/km ²)	2011	88,2
		2016*	84,6
	Variação da População Residente (2001/2011)	-	-1,92
	Número de Famílias (n.º)	2011	21 260
	Índice de Envelhecimento	2016	194,6
	Taxa de Natalidade (‰)	2016	6,2
Taxa de Mortalidade (‰)	2016	14	
Índice de Dependência de Idosos	2016	37,7	
População por Grupos Etários	0-14	2011	7 728
	15-24	2011	5 862
	25-64	2011	28 457
	65 e mais	2011	13 170
Habitação	Edifícios	2016	30454
	Edifícios Principalmente Residenciais	2011	28 538
	Alojamentos	2016	34662
	Residência Habitual	2011	21 053
	Alojamentos Vagos	2011	5 081
	Alojamentos Residência Secundária	2011	7 942
	Alojamentos Sem Abastecimento de Água	2011	214
Economia	Setor Primário (%)	2011	3,2
	Setor Secundário (%)	2011	38,9
	Setor Terciário (%)	2011	57,9
	Taxa de Atividade (%)	2011	42,72
	Taxa de Desemprego (%)	2011	9,14
	Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros (n.º)	2016	27599
Indicadores Sociais	Médicos por 1000 Habitantes	2016	2
	Poder de compra <i>per capita</i>	2015	82,79
	Taxa de Analfabetismo (%)	2011	10,32
	Valor Médio Anual Prestação Velhice (€)	2015	3858
Indicadores Urbanísticos	Vias e Arruamentos Municipais (km)	2015	3 024,40
	Estradas Nacionais Desclassificadas, sob jurisdição da CMP (km)	2015	71,00
	Estradas Regionais, sob jurisdição da CMP (km)	2015	16,70
	Estradas Nacionais Desclassificadas, sob jurisdição da EP (km)	2015	44,10
	Estradas Regionais, sob jurisdição da EP (km)	2015	2,80
	IC (km)	2015	36,30
	Autoestradas (km)	2015	51,60

*Estimativa

4.1 Demografia e Socioeconomia

A01 – População Residente

A02 – Densidade Populacional

A03 – Estrutura Etária

A04 – Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade

A05 – Taxas de crescimento (efetivo, natural e migratório)

A06 – Índice de dependência

A07 – Qualificação da População / Analfabetismo

A08 – População Ativa

A09 – Emprego

A10 – Agricultura

A11 – Atividades Económicas

A12 – Atividades Económicas - Turismo

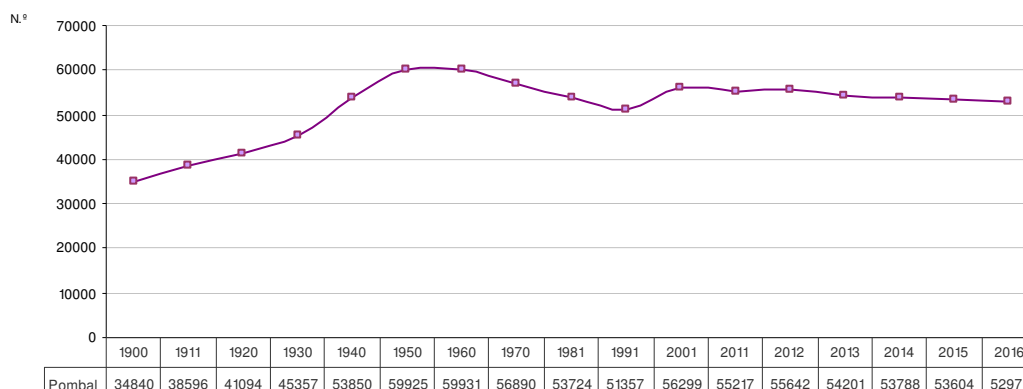
A 01 População Residente

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Recenseamentos gerais da população e Censos estatísticos (1900 a 2011), Estimativas Provisórias de População Residente (2012, 2013, 2014, 2015, 2016), INE

Tendência



Evolução da População Residente no concelho de Pombal entre 1900 e 2013 (2012 e 2016 – estimativa)



Evolução da população total por freguesia 2001 a 2011

Freguesia	2001		2011		
	N.º	%	N.º	%	
Abiúl	3090	5,5	2729	4,9	
Almagreira	3075	5,5	3076	5,6	
Carnide	1722	3,1	1647	3,0	
Carriço	3872	6,9	3653	6,6	
Louriçal	5095	9,0	4720	8,5	
Meirinhas	1732	3,1	1775	3,2	
Pelariga	2291	4,1	2176	3,9	
Pombal	16049	28,5	17187	31,1	
Redinha	2363	4,2	2117	3,8	
Vermoil	2855	5,1	2656	4,8	
Vila Cã	1725	3,1	1659	3,0	
União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca	Guia	2726	4,8	6438	11,7
	Ilha	1862	3,3		
	Mata Mourisca	1942	3,4		
União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	Albergaria dos Doze	1745	3,1	5384	9,8
	Santiago de Litém	2550	4,5		
	S. Simão de Litém	1605	2,9		
Concelho	56299	100	55217	100	

O concelho de Pombal registou no último século uma evolução, nem sempre linear, da sua população residente. Períodos de crescimento, intercalados com períodos de regressão populacional, foram o resultado de fatores diversos e lógicas demográficas que passaram pela emigração, industrialização e ressurgimento da capital concelhia como pólo atrativo da população circundante.

De facto, até 1991, o concelho de Pombal deu sinais de regressão populacional com a diminuição do número de efetivos, o aumento do peso dos idosos e a diminuição da taxa de natalidade, no entanto, na década de 90 observou-se uma inversão desta tendência, registando o concelho um crescimento populacional na ordem dos 9,5%. Esta tendência de crescimento veio a ser interrompida na última década, com uma regressão populacional de -1,92% (2001-2011). Tendo em consideração as estimativas apresentadas pelo INE, continua a verificar-se a mesma tendência, cifrando-se a população residente, no ano de 2016) em 52971 habitantes.

A 02 Densidade Populacional

Unidade: Hab/km²
Periodicidade: Anual
Fonte: Censos 2011, CAOP 2013 e População Residente (2016), INE

Tendência


Densidade populacional por freguesia no concelho de Pombal, 2011

Freguesia	Área (Km ²)	População residente	Densidade Populacional
Abiúl	54,14	2729	50,4
Almagreira	42,61	3076	72,2
Carnide	22,31	1647	73,8
Carriço	83,05	3653	44,0
Louriçal	47,66	4720	99,0
Meirinhas	8,89	1775	199,7
Pelariga	26,35	2176	82,6
Pombal	93,98	17187	182,9
Redinha	41,39	2117	51,1
Vermoil	22,8	2656	116,5
Vila Cã	31,57	1659	52,5
União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca	80,37	6438	80,1
União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	70,88	5384	76,0
Total Pombal	626,03	55217	88,2

De acordo com os censos (2011), a população residente no concelho de Pombal, no ano de 2010, era de 55217 habitantes distribuídos por 626,0028km², o que corresponde a uma densidade populacional concelhia de 88,2 hab/km².

A existência de eixos de desenvolvimento económico, associado aos principais eixos viários do concelho, justifica que, a uma maior proximidade destes, corresponda uma densidade populacional mais alta, e a um maior afastamento, pelo contrário, corresponda uma menor densidade populacional. Este fator assume especial importância nas seguintes situações: eixo viário da Estrada Nacional n.º 1 (Leiria – Coimbra) sobretudo no seu troço Meirinhas-Pombal, a justificar os valores altos registados nas freguesias de Meirinhas (199,7hab/km²), Pombal (182,9hab/km²), e Vermoil (116,5hab/km²), e eixo ferroviário da linha do Norte, associado às freguesias de Vermoil, Pombal e União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, que assumiu uma importância vital no seu desenvolvimento populacional (anos 30 e 40) mas que se encontra atualmente em fase de declínio.

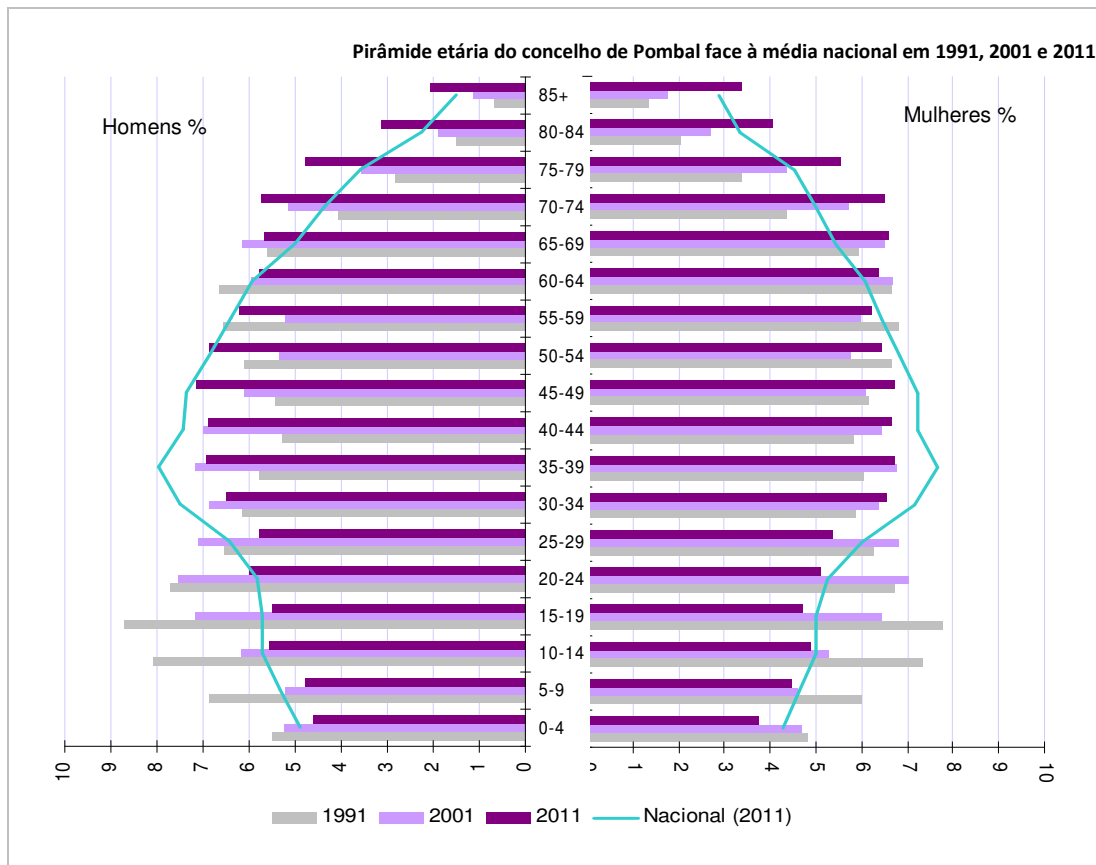
Neste sentido também o substrato litológico manifesta uma grande variabilidade e influência, tanto na parte litoral do concelho, onde o sistema dunar impede a presença humana, (Carriço - 44hab/km²), como no maciço calcário da Serra de Sicó, onde a litologia existente (solos calcários de elevada permeabilidade , associados a área de declives acentuados) impede, não só a mecanização da atividade agrícola e a consequente transformação dos sistemas agroflorestais, mas também a edificação.

Considerando que uma das variáveis para o cálculo da densidade populacional é a população residente, face às estimativas apresentadas pelo INE, para o ano 2016, o valor estimado deste indicador é de 84,6 hab/km².

A 03 Estrutura Etária

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: Decenal
Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE

Tendência

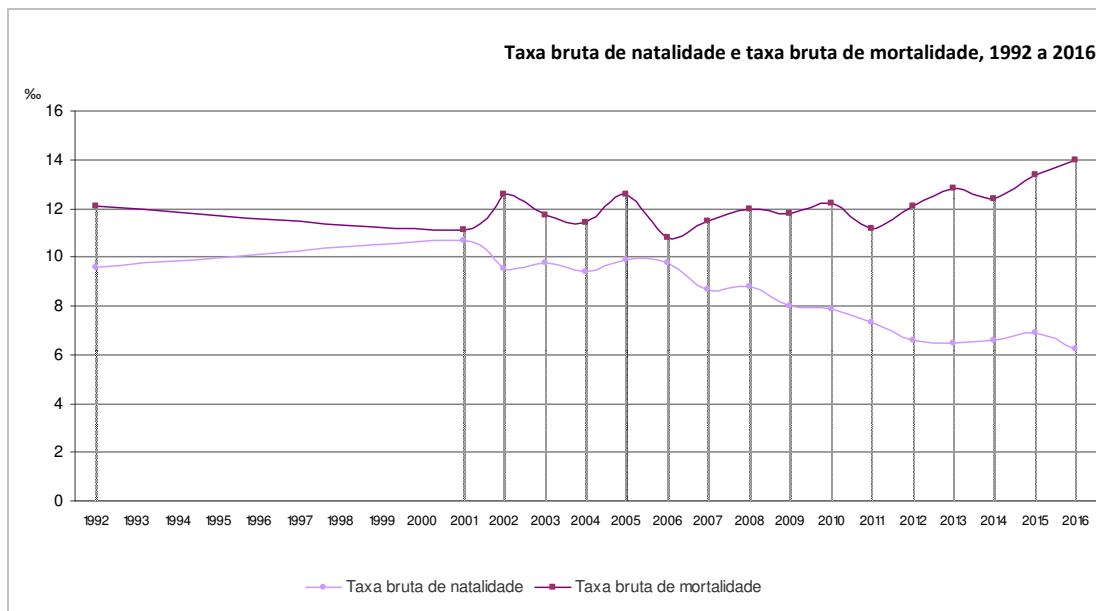


A consolidação de um processo de duplo envelhecimento demográfico, traduzido no decréscimo do peso dos jovens e no crescimento do peso dos idosos no conjunto da população residente, é, a este nível, o traço fundamental da evolução registada entre 1991 e 2011, refletindo-se, respetivamente, pelo estreitamento da base e pelo alargamento do topo da pirâmide.

A 04 Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade

Unidade: Permilagem (‰)
Periodicidade: Anual
Fonte: Indicadores demográficos e Censos estatísticos, Estimativas Provisórias de População Residente (2012, 2013, 2014, 2015, 2016), INE

Tendência



No que concerne ao movimento natural da população, o concelho de Pombal apresenta uma taxa de natalidade, que se cifrava em 2016, em 6,2‰, e uma taxa de mortalidade de 14‰, o que evidencia um crescimento natural negativo.

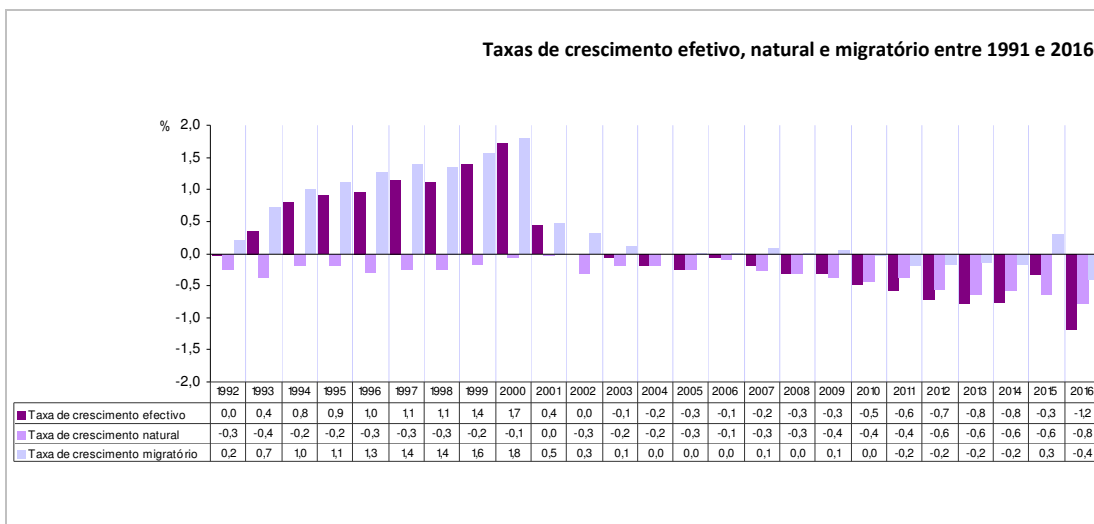
Desde 1992 a taxa de natalidade tem vindo a registar uma tendência regressiva e a taxa de mortalidade variações anuais que atingiram o seu máximo no ano transato.

A quebra que vem sendo observada na taxa de natalidade, associada a um aumento do nível de mortalidade e a um aumento da esperança média de vida, têm conduzido ao envelhecimento progressivo da população e a um aumento do índice de envelhecimento que em 2019 se fixou em 179,6.

A 05 Taxas de crescimento (efetivo, natural e migratório)

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: Anual
Fonte: Indicadores demográficos (1991-2016), INE

Tendência



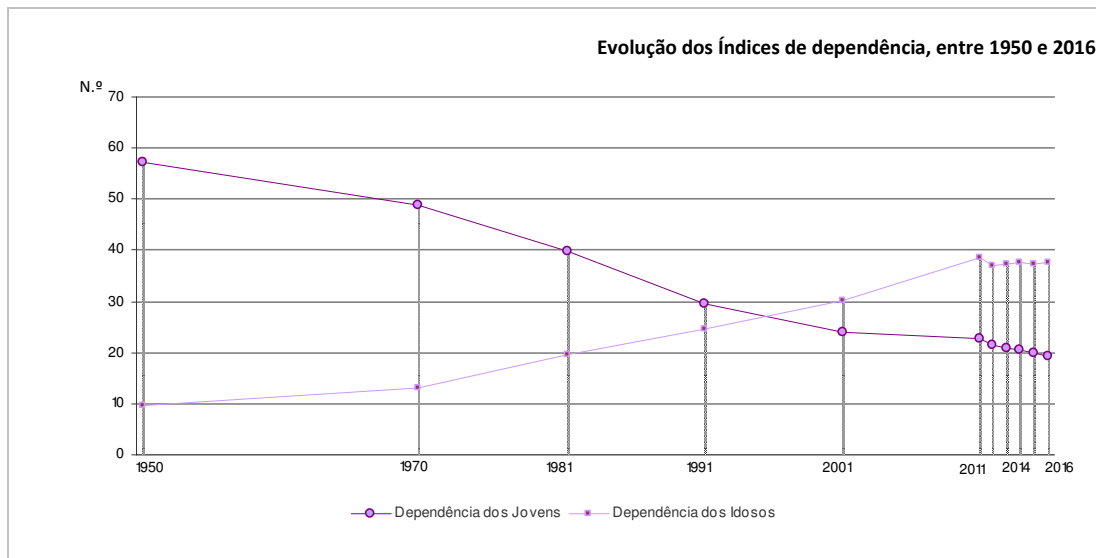
No que concerne ao crescimento natural, a tendência instalada progride no sentido de uma redução dos níveis de fecundidade da população residente, influenciando negativamente a proporção de crianças e jovens, o que se reflete diretamente na capacidade endógena de substituição das gerações.

A evolução demográfica do concelho resultou ainda de dinâmicas associadas aos movimentos migratórios que explicam de forma decisiva as variações populacionais. De facto, a análise dos últimos períodos intercensitários reflete inversões de comportamento com sentidos opostos no que toca à trajetória de crescimento natural e de crescimento migratório que podem ser sistematizadas em períodos diferenciados: o período 1991 a 2001, marcado por um incremento positivo dos fluxos migratórios e o consequente aumento da taxa de crescimento efetivo; e o período 2001 a 2016, marcado pelo forte peso que assumiu a saída de residentes do concelho, a par da dinâmica negativa de crescimento natural, registada a partir da década de 80, dando origem a uma taxa de crescimento efetivo, em 2016, de -1,2%.

A 06 Índice de Dependência

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Indicadores demográficos (1991-2016), INE

Tendência



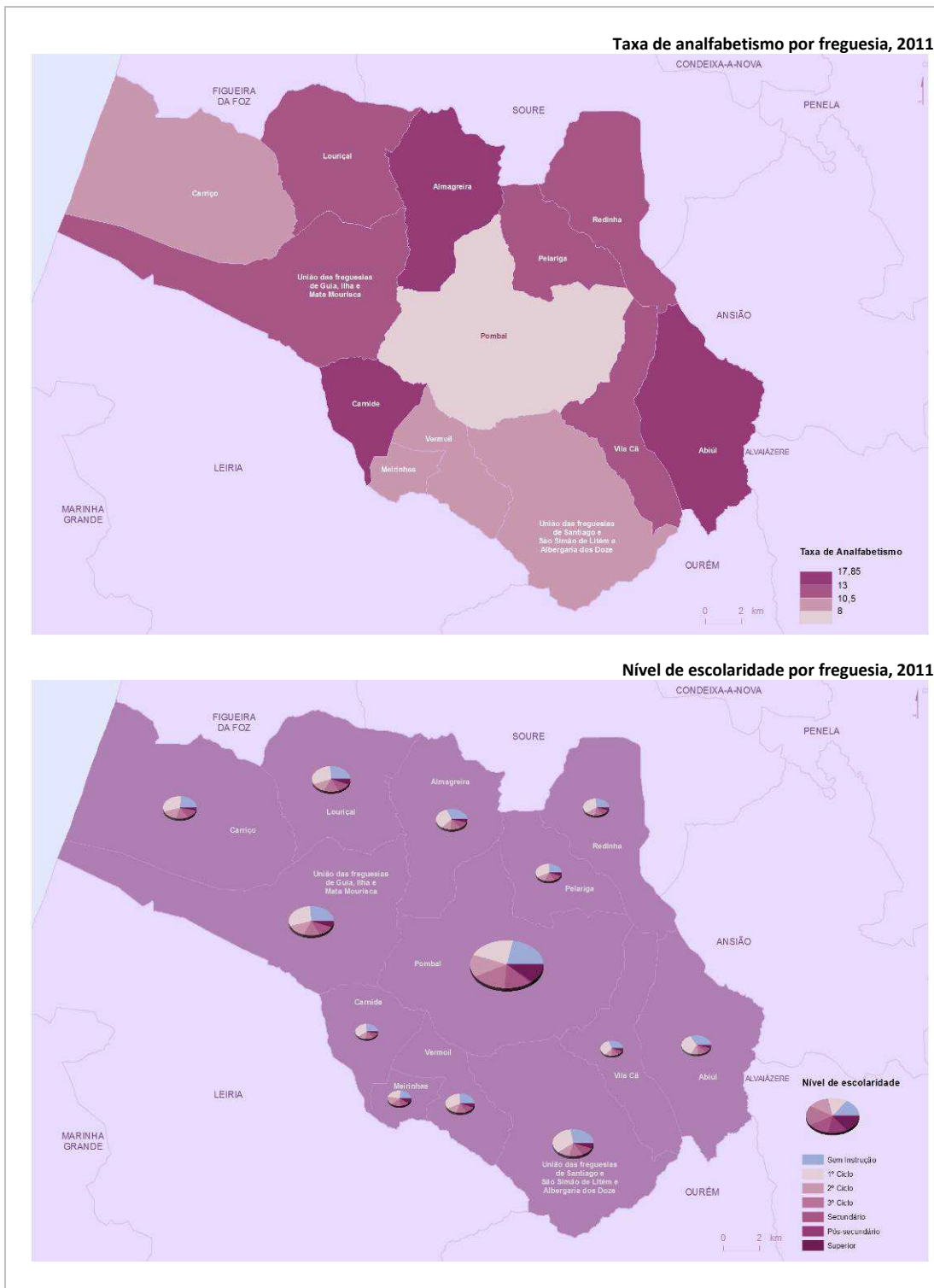
A evolução do volume absoluto e relativo dos idosos e dos jovens, pode ser analisado face aos seus índices de dependência. Se em 1950 existiam aproximadamente 57 jovens por cada 100 adultos (população ativa) e apenas 10 idosos por 100 adultos, valores reveladores de uma estrutura piramidal crescente, em que a renovação geracional estava completamente assegurada, em 2011 a situação inverteu-se com uma diminuição do número de jovens de apenas 22,6 por 100 ativos e um aumento da população idosa para 38,6 idosos por 100 ativos. Em 2016, segundo dados provisórios do INE, estima-se uma diminuição do índice de dependência dos idosos (37,7) assim como uma diminuição do índice de dependência de jovens, cifrando-se o mesmo nesta data em 19,4.

Assistiu-se assim a uma diminuição gradual do índice de dependência total, no entanto esta resultou da diminuição do número de jovens, o que a médio e longo prazo poderá indiciar um fraco grau de sustentabilidade, por via da não substituição de gerações.

A 07 Qualificação da População / Analfabetismo

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: Decenal
Fonte: Censos 2011, INE

Tendência



Demografia, Sociedade e Economia

O concelho de Pombal apresentava , em 2011, uma taxa de analfabetismo de 10,32%, valor manifestamente inferior ao registado no ano de 2001 (16,2%). As freguesias com carácter mais rural são aquelas que apresentam taxas superiores à média concelhia, no entanto é necessário realçar que a diminuição desta taxa entre 2001 e 2011 é sinonimo de uma melhoria do nível de ensino, maior percentagem de população jovem com acesso a equipamentos escolares e maior investimento e preocupação das famílias na educação dos filhos. Destacam-se pela elevada diminuição da taxa de analfabetismo as freguesias de Abiúl, Almagreira e Meirinhas, sendo a última a única que apresenta valores próximos das médias regionais.

Em termos de níveis de escolaridade da população residente, apenas 28% da população detém o 1.º ciclo do ensino básico, ao qual se poderão acrescentar 25% da população sem instrução. Desta forma temos 50% da população concelhia com escolaridade inferior ao 2.º ciclo.

Ao nível das freguesias, verificamos que são as freguesias de Pombal e Meirinhas as que apresentam maiores nível de escolaridade, sendo que, a população detentora de nível superior representa 11% e 8% respetivamente, da população residente nestas freguesias.

Já os níveis de escolaridade inferiores, ou seja, a população sem instrução ou com o 1.º ciclo, registam-se maioritariamente nas freguesias de Abiúl (66% da população residente), Vila Cã (63%), Almagreira (62%) e União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze (60%). Intrinsecamente relacionado com o mencionado, estas freguesias apresentam elevados índices de envelhecimento, superiores a 200, e taxas de analfabetismo¹ elevadas.

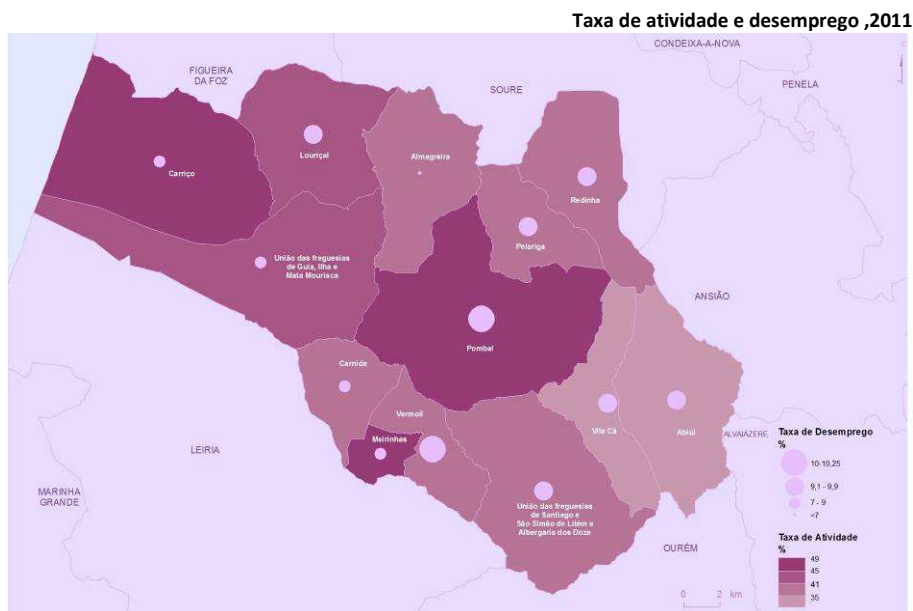
A melhoria do nível de ensino, maior percentagem de população jovem com acesso a equipamentos escolares e maior investimento e preocupação das famílias na educação dos filhos, foram fatores preponderantes para a diminuição, na última década, da taxa de analfabetismo em 5,9%, fixando-se a mesma, à data de 2011, em 10,31%.

¹ Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

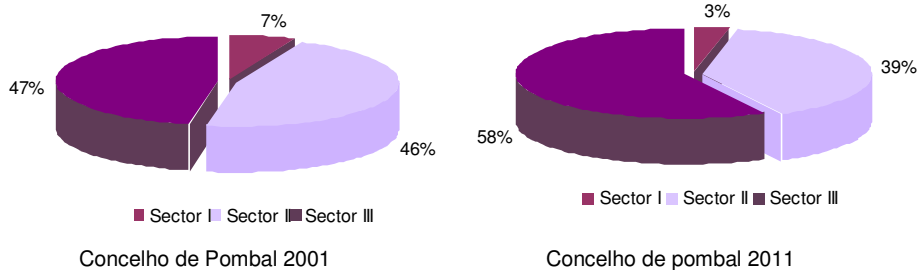
A 08 População Ativa

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Decenal
Fonte: Censos 2001 e Censos 2011, INE

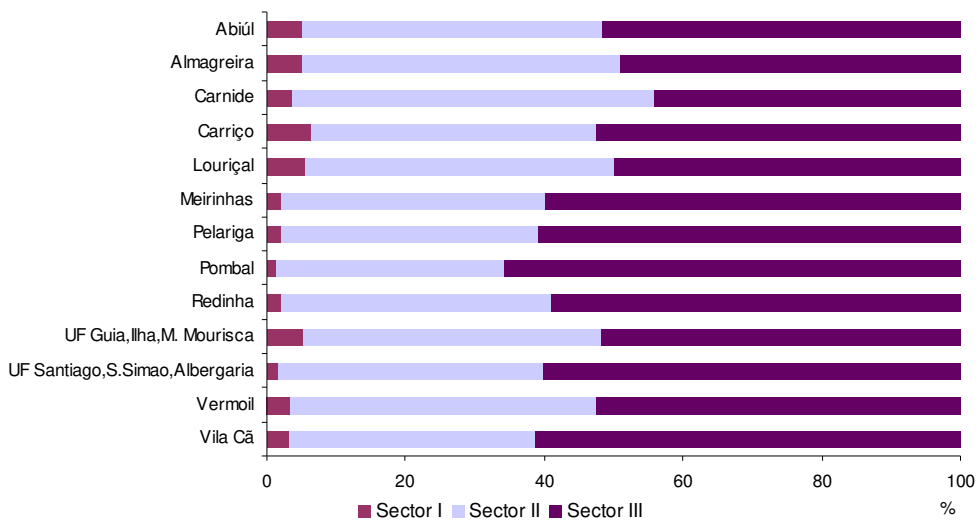
Tendência



População ativa por setores de atividade na Região Centro, Pinhal Litoral e Pombal, 2001 e 2011



População ativa por setor de atividade e freguesia, em 2011



No concelho de Pombal a população ativa², em 2011, era constituída por 23587 indivíduos, dos quais 21430 indivíduos empregados e 2157 indivíduos desempregados, correspondentes a uma taxa de atividade³ de 42,72%, e uma taxa de desemprego⁴ de 9,1%.

Das dinâmicas observadas nas taxas em análise para o concelho de Pombal, entre 2001 e 2011, é necessário realçar o aumento residual da taxa de atividade 1,4%, face a um aumento exponencial da taxa de desemprego (168,8%).

Podemos afirmar que o setor de atividade dominante no concelho é o setor terciário (58%) em detrimento do setor primário com apenas 3% da população total ativa. O setor secundário emprega 39% da população ativa com um total de 8 328 trabalhadores.

As freguesias com maior percentagem de população ativa no setor primário o Carriço (7%), Louriçal (6%) , União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca (5%) Almagreira (5%) e Abiúl (5%). Na freguesia do Carriço, verifica-se um elevado número de ativos empregados no setor da madeira/ floresta; na freguesia de Abiúl, o valor obtido decorrente mormente da sua posição de interioridade concelhia, associada à sua localização no maciço da Sicó, onde as atividades agrícolas ainda se encontram evidentes ao longo de toda a sua área, não só pela prática de agricultura de subsistência, mas também por atividades agrícolas associadas a espécies como o olival; as restante freguesias registam uma vincada tradição agrícola muitas vezes associada à proximidade à ribeira de Carnide .

O setor secundário regista o maior numero de ativos, superiores a 45%, nas freguesias de Carnide e Almagreira.

A freguesia de Pombal apresenta um elevado efetivo populacional afeto ao setor terciário, 66%, resultante do facto de estarmos na sede de concelho, local onde se encontram a maioria dos serviços de apoio à população, administração pública, turismo, imobiliário, entre outros, sendo que a população empregada engloba assim quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas, vendedores, pessoal administrativo e um conjunto de população empregada especializada, nomeadamente especialistas das profissões Intelectuais e científicas.

² Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que, no período de referência, constituem a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). INE.

³ permite auferir o grau de dependência de uma população e medir a capacidade da força de trabalho e resulta da razão entre a população empregada e a população residente, numa determinada área e num determinado período de tempo.

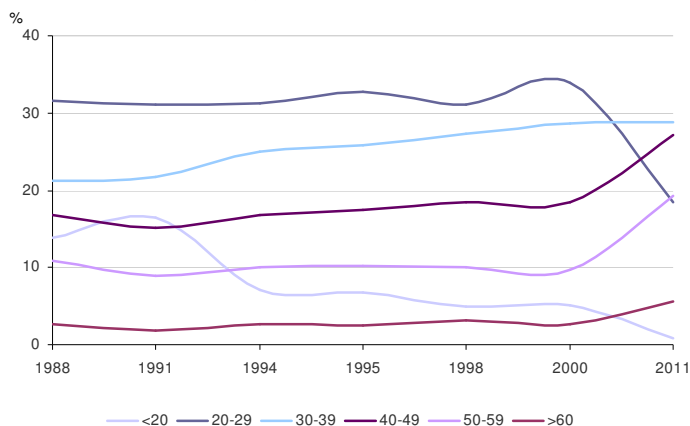
⁴ Taxa de Desemprego = População Desempregada / População Ativa

A 09 Emprego

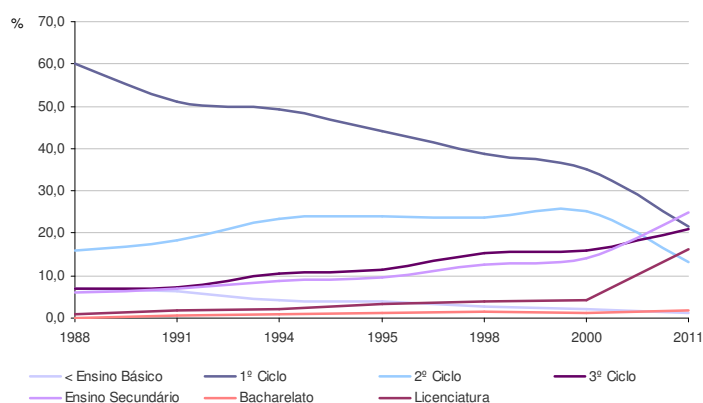
Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual e Decenal
Fonte: MTSS, 2000 e Censos 2011

Tendência

Evolução da estrutura etária da população empregada no concelho de Pombal, entre 1988 e 2011



Evolução das habilitações literárias da população empregada no concelho de Pombal entre 1988 e 2011



População empregada por setor de atividade económica

Atividade económica (CAE Rev. 3)	Pop. Empg.	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	693	3,23
Indústrias extrativas	223	1,04
Indústrias transformadoras	4356	20,33
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	130	0,61
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	148	0,69
Construção	3471	16,20
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3977	18,56
Transportes e armazenagem	1112	5,19
Alojamento, restauração e similares	1148	5,36
Atividades de informação e de comunicação	217	1,01
Atividades financeiras e de seguros	334	1,56
Atividades imobiliárias	59	0,28
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	661	3,08
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	532	2,48
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	945	4,41
Educação	1254	5,85
Atividades de saúde humana e apoio social	1412	6,59
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	128	0,60
Outras atividades de serviços	381	1,78
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	248	1,16
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	0
Total	21430	100

De uma forma geral, podemos afirmar que a população empregada do concelho de Pombal assume maior

representatividade nos grupos etários entre 30 e 49 anos sendo estes responsáveis 55% da força de trabalho.

No que respeita à evolução da população empregada por faixas etárias, verificamos que a faixa etária 0-30 anos registou uma evolução negativa em contraponto com os escalões compreendidos entre os 40 e os 60 anos, registaram uma tendência inversa, que poderá ser justificada pelo envelhecimento da pirâmide etária concelhia, a par do aumento da taxa de desemprego jovem.

Estas tendências foram acompanhadas pela diminuição da proporção de trabalhadores que detêm como habilitação o primeiro ciclo do ensino básico (<2%) e pelo incremento dos habilitados com o ensino secundário (6% para 25%) ou que completaram um curso superior (1% em 1988 para 16,3% em 2011), situação extremamente positiva para o desenvolvimento e crescimento da estrutura empresarial local.

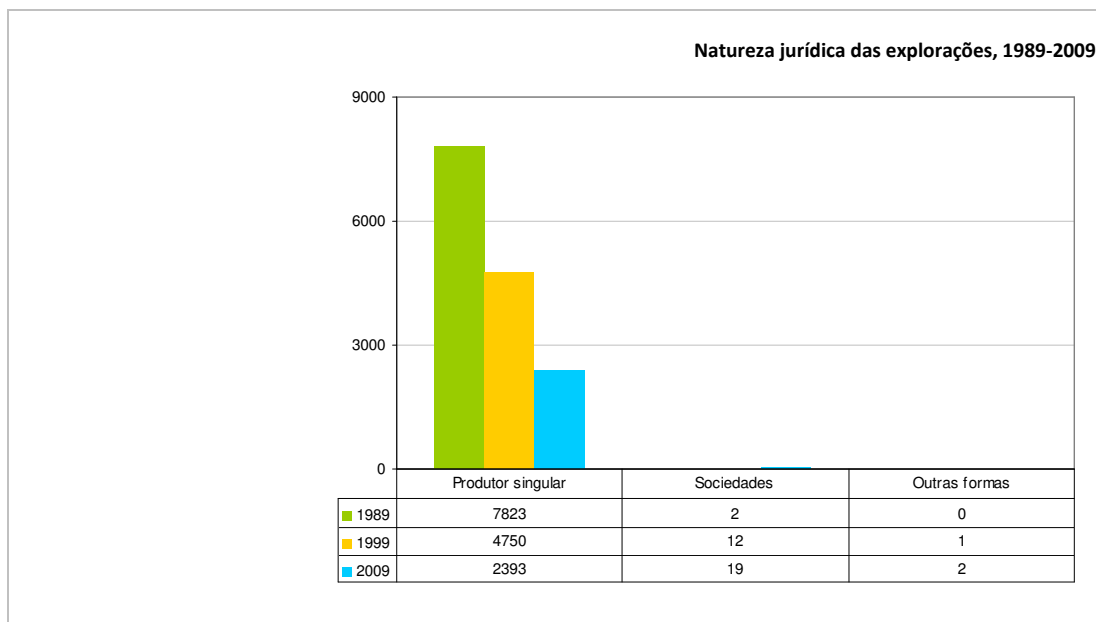
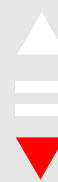
Em estreita relação com a dinâmica económica e sócio-demográfica local verificada nos últimos anos, a atividade com maior expressão empregadora, a nível sectorial, é a indústria transformadora (20,3%), seguindo-se o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos e o setor da construção (16,2%), sendo que registou uma queda de efetivos no último decénio superior a 5%.

Na generalidade, são as atividades terciárias as que revelam maior dinamismo, embora o seu desenvolvimento se deva essencialmente a lógicas dependentes dos mecanismos de reprodução económica e social de base local, com destaque para as Atividades de saúde humana e apoio social e o setor da Educação.

A 10 Agricultura

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Decenal
Fonte: RGA 1989, 1999 e RG 2009, INE

Tendência



Em 1999 existiam no concelho de Pombal 4750 produtores agrícolas singulares e a população agrícola ascendia a mais de 14 000 indivíduos, já em 2009, assistiu-se a uma diminuição de -49,6% para 2393 produtores e a população agrícola registou um decréscimo de 7792 indivíduos.

Em 2009, em consonância com os resultados dos recenseamentos anteriores, os produtores agrícolas caracterizavam-se por serem predominantemente do sexo masculino, com mais de 65 anos e com baixas qualificações (sem escolaridade ou ensino básico), o que evidencia uma estrutura produtiva de tipo familiar, assente em culturas em sistema de minifúndio, com baixos níveis de mecanização e, conseqüentemente, fracos níveis de produtividade. Estamos perante uma produção que se destina a autoconsumo, como complemento de rendimentos do trabalho ou de pensões de reforma.

No que respeita à estrutura fundiária, Pombal apresenta um total de 2414 explorações, valor manifestamente inferior às 4763 explorações existentes em 1999.

Em termos de natureza jurídica, as explorações agrícolas pertenciam, em 1999, quase exclusivamente (98%) a produtores singulares autónomos, sendo que apenas 76 explorações eram geridas por produtores singulares empresários (1,3) ou por sociedades (3%). Atualmente, pese embora os produtores singulares continuem a registar um peso significativo, a diminuição da sua representatividade foi uma das características mais marcantes da atividade agrícola concelhia, principalmente quando analisamos o número de sociedades existentes que aumentou o seu valor absoluto de 12 para 19 explorações (1999-2009).

A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) apresenta uma área total de 4108ha, face aos 7618ha registados em 1999, assumindo neste contexto um valor médio de 1,6 hectares por exploração, que, segundo a natureza dos regimes de propriedade da exploração, é explorada por conta própria (86,3%), sendo marginal a área que é ocupada sob contratos de arrendamento ou outras formas de exploração.

Os índices de mecanização das explorações agrícolas (ou nível de equipamento das explorações) calculados para o concelho registaram uma evolução muito positiva entre 1989 e 2009, com o número de explorações em que existe pelo menos um trator a manifestar um incremento de 49,5%.

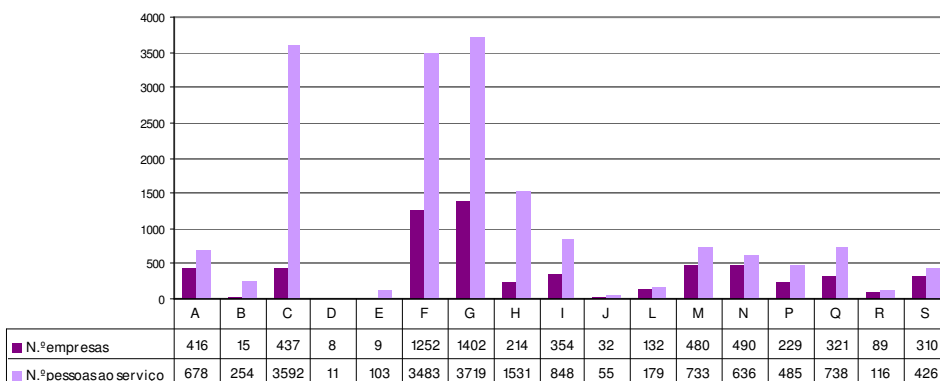
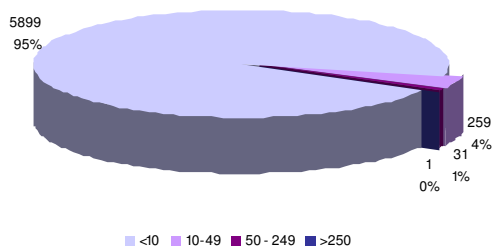
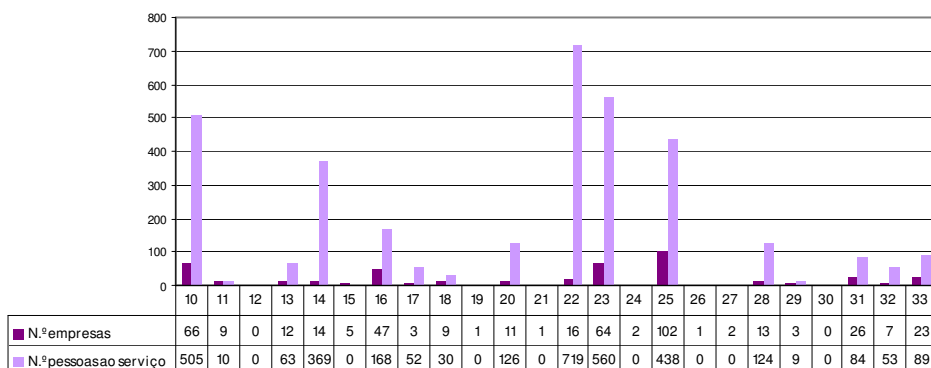
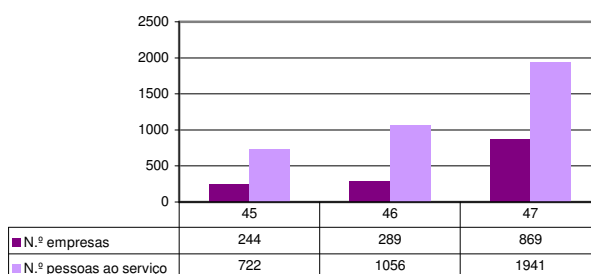
Desta forma, podemos constatar que mais de metade das explorações possuíam trator (67%) face a 17,5% registados em 1989 e mais de 25% motoenxadas, valores que indiciam um relativo nível de mecanização mas insuficiente quando enquadrados numa lógica de competitividade e desenvolvimento agrícola.

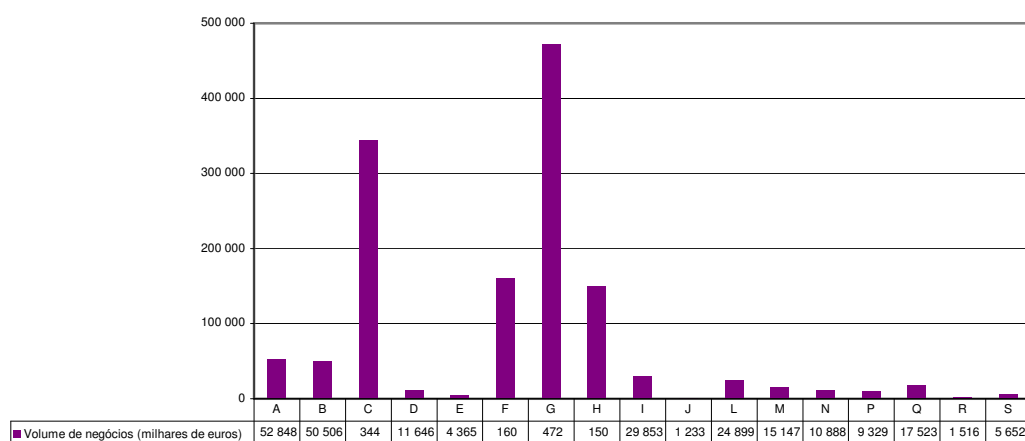
Face ao mencionado podemos concluir que em Pombal predominam as culturas intensivas, em explorações de pequena/ média dimensão, com níveis de profissionalização e mecanização cada vez mais significativos. Os resultados económicos da atividade agrícola são encarados pela maioria dos produtores numa perspetiva de complemento dos rendimentos de outra atividade profissional principal, que ocupa a maioria do tempo de trabalho dos indivíduos, ou como complemento de pensões de reforma, dada a avançada idade da maioria dos produtores agrícolas. Tal situação não impede que Pombal assuma uma grande importância em termos de áreas cultivadas, o que se repercute a jusante no surgimento de importantes unidades dedicadas à transformação agroalimentar, nomeadamente as relacionadas com a atividade agrícola.

A 11 Atividades económicas

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Censos 2011 e Anuário estatístico da região Centro 2016, INE

Tendência


N.º de empresas e n.º de pessoas ao serviço no concelho de Pombal em 2015

N.º de empresas por escalão de pessoas ao serviço, 2015

N.º de empresas e n.º de pessoas ao serviço no concelho de Pombal em 2015, CAE C (Industria)

N.º de empresas e n.º de pessoas ao serviço no concelho de Pombal em 2015, CAE G (Comércio)


Volume de negócios das empresas, por CAE no concelho de Pombal em 2015


Tendo por base o anuário Estatístico da Região Centro de 2016, é possível verificar que existiam no concelho de Pombal, em 2015, 6190 empresas que empregaram 17587 trabalhadores e geraram um volume de negócios 1 362 422 milhares de euros.

Pela análise dos gráficos apresentados é possível verificar que a estrutura económica do concelho de Pombal encontra-se ligada ao setor secundário, pese embora a regressão registada nos últimos anos, no qual a indústria transformadora assume um papel essencial nas dinâmicas económicas existentes. Pese embora o número de empresas seja apenas de 437 empresas, apresenta-se como a 2.ª CAE em termos de n.º de pessoas ao serviço, com 3592 trabalhadores, apresentado o 2.º maior volume de negócios. Dentro deste setor é fundamental destacar a elevada importância, pelo número de empresas existentes, da fabricação de produtos metálicos (CAE 25) com 102 empresas existentes. Em termos de pessoas ao serviço são as indústrias de fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas (CAE 22), a par da fabricação de outros produtos minerais não metálicos (CAE 23) as que registam um maior número de pessoas ao serviço, com 719 e 560 pessoas respetivamente.

A atividade económica associada ao comércio (CAE G) é aquela que apresenta maior representatividade na economia concelhia, apresentando o maior número de empresas (1402), pessoas ao serviço (3719) e volume de negócios (472.253M€), e caracteriza-se por um elevado número de empresas de comércio a retalho de outros produtos (CAE 47), em estabelecimentos especializados e não especializados, sendo igualmente elevado o número de empresas e de estabelecimentos de comércio a retalho de outros equipamentos para uso doméstico (CAE 46).

O sector do comércio é detentor de 23% do total de empresas instaladas, 21% do total de pessoas ao serviço e 35% do volume de negócios total registado no concelho.

O setor da construção, pese embora a sua importância atual, tem vindo a registar ao longo dos últimos anos uma recessão, após um elevado dinamismo registado ao longo dos anos 90. Este decréscimo de 333 empresas em apenas 5 anos (2010-2015) é resultado da conjuntura económica, na qual se verifica uma estagnação de investimento no setor. Atualmente as 1252 empresas existentes, ligadas ao setor da construção, empregam 3483 trabalhadores.

Esta regressão é igualmente observável no volume de negócios. Se em 2007, a atividade construtora encontrava-se entre os setores que mais contribuíram para o crescimento económico do concelho com um volume de negócios 578 milhões de euros, em 2010 cifrava-se nos 295 milhões de euros, e em 2015 apenas 160 milhões de euros, o que representa uma diminuição superior a 72%.

Em Pombal, no setor dos serviços é patente ainda a importância das atividades de transportes e armazenagem (CAE H) sendo as mesmas responsáveis por 8,7% do emprego total do concelho e 11% do volume de negócios.

Das restantes atividades de prestação de serviços, representam ainda expressão, pelo número de estabelecimentos existentes e pessoas ao serviço, as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (CAE M), as atividades administrativas e dos serviços de apoio (CAE N), que incluem atividades de aluguer, de emprego, agências de viagens, serviços administrativos, entre outros, as atividades ligadas ao alojamento, restauração e similares (CAE I) e as atividades de saúde humana e apoio social (CAE Q).

Do ponto de vista da estrutura empresarial, a generalidade das atividades industriais sedeadas em Pombal constituem micro e pequenas empresas, tanto em termos de número de trabalhadores ao serviço, como de volume de vendas. Desta forma, do total das 6190 empresas sediadas no concelho (6490 empresas registadas em 2010) apenas uma apresenta mais de 250 pessoas ao serviço, sendo que a maioria, 94,9%, são micro empresas com menos de 10 empregados.

A 12 Atividades económicas – Turismo

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual e Decenal
Fonte: INE; Câmara Municipal de Pombal – SIG; Turismo de Portugal, diversos *sites internet*

Tendência


Alojamento disponível: 2012, 2015 e 2017

Freguesia	Designação / Capacidade			Tipologia / Modalidade
	2012	2015	2017	
Cariço	Quinta dos Remédios / 9			-
Louriçal	-	O Tamanco / 140	Campismo O Tamanco, Lda / 140	Empreendimento Turístico - Parque de Campismo e/ou Caravanismo
	-	-	Casa do Aqueduto / 8	Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-	-	Vivenda Davim / 8	Alojamento Local - Moradia
Pelariga	Motel Pantanal / 46			Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
Pombal	-	Vila Colina B&B / 9		-
	-	Quartos Déco / 6		-
	Hotel Pombalense / 76			Empreendimento Turístico - Hotel (3 Estrelas)
	Belém Hotel	Belém Hotel - B&B / 50	Belém Hotel / 50	Empreendimento Turístico - Hotel (2 Estrelas)
	Cardal Hotel / 30		Cardal Hotel / 68	Empreendimento Turístico - Hotel (3 Estrelas)
	Casa do Vale do Papo / 6			-
	Casa de Campo "Amarela do Vale"	-	-	Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo
	Residencial Terrabela		Residencial Terrabela / 40	Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-	Acquavilla / 18	Acquavilla / 18	Empreendimento Turístico - Turismo no Espaço Rural - Agro-Turismo
	-	-	Apartamento dos Governos / 6	Alojamento Local - Apartamento
	-	-	Casa Tio Pupula / 10	Alojamento Local - Moradia
	-	-	Íris Apartment / 4	Alojamento Local - Apartamento
	-	-	Residencial Pombalina / 15	Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
Redinha	Casa da Ti Lucinda		Casa da Ti Lucinda / 6	Empreendimento Turístico - Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo
	Quinta de Sant'Ana / 20		-	Estabelecimento de Hospedagem
	Quinta de S. João / 10		Quinta de S. João / 9	Empreendimento Turístico - Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo
	-	Casa Monte Alegre / 6	Casa Monte Alegre / 8	Alojamento Local - Moradia
	-	Hospedagem Distrito / 18		Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-	Restaurante Cruz de Cristo / 30		Alojamento Local - Estabelecimento de Hospedagem
	-	-	Casa da Ponte / 5	Alojamento Local - Moradia

Demografia, Sociedade e Economia

Freguesia	Designação / Capacidade			Tipologia / Modalidade
	2012	2015	2017	
UF Guia, Ilha e Mata Mourisca	Hotel Lagoa do Linho / 52			Empreendimento Turístico - Hotel (2 Estrelas)
	-	A Casa da Avó Luísa / 4		-
	-	Alojamento Local Casa da Rita / 16		Alojamento Local - Apartamento
	-	Quinta do Alviar / 16	Quinta do Alviar / 8	Empreendimento Turístico - Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo
UF Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze	-	-	Quinta do Guerra / 6	Alojamento Local - Moradia
	-	-	Casa das Oliveiras / 10	Alojamento Local - Moradia
	-	Casa de Campo / 6		Alojamento Local - Moradia
Vila Cã	-	-	Ninho da Coruja / 4	Alojamento Local - Moradia

Um notável património geomorfológico, arqueológico, arquitetónico, paleontológico, histórico e natural, com destaque, para a paisagem cársica da Serra de Sicó, os dinossauros de Andrés, o castelo de Pombal, a Mata Nacional do Urso e a praia do Osso da Baleia, fazem parte da imagem de marca turística do concelho de Pombal. Associados a estes surge uma oferta diversificada de produtos turísticos, desde o turismo histórico, ao sol - praia, passando pelos desportos de aventura e pelos circuitos turísticos que abrangem as várias freguesias do concelho.

Considerando o valor e oferta de recursos turísticos existentes, a atividade turística em Pombal encontra-se, segundo estatísticas dos equipamentos e estabelecimentos relacionados com essa atividade, nomeadamente dos estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e outros locais de alojamento de curta duração, restaurantes e estabelecimentos de bebidas, numa fase de relativo crescimento.

A oferta de alojamento no concelho é constituída por estabelecimentos hoteleiros complementados e diversificados por outros locais de alojamento de curta duração, como parques de campismo e turismo no espaço rural, num total de 31 estabelecimentos.

A taxa média de ocupação dos estabelecimentos, excluindo os dados referentes aos hotéis do concelho, no ano de 2016, fixou-se nos 31,7% para a totalidade dos estabelecimentos, traduzida numa estada média dos hóspedes de 1,7 noites. De facto durante o ano de 2016 registaram-se 40 580 dormidas no concelho, para um total de 27 599 hóspedes.

Os restaurantes e os estabelecimentos de bebidas, ainda que se destinem, preferencialmente, à população local, fazem parte do pacote de serviços oferecidos aos turistas, o que justifica a sua consideração no conjunto das infraestruturas hoteleiras. Pombal conta, segundo a informação estatística disponível, com 87 restaurantes. No concelho de Pombal, os setores da restauração e do alojamento abarcavam, em 2016, um total de 214 empresas com 1614 pessoas ao serviço, cabendo às mesmas um volume de vendas de cerca de 150,1 milhões de euros.

4.2 Mobilidade, Infraestruturas e Equipamentos

B01 – Rede Viária

B02 – Rede Ferroviária

B03 – Transportes Públicos de Passageiros

B04 – Abastecimento de Água

B05 – Saneamento

B06 – Equipamentos de Educação

B07 – Equipamentos de Saúde

B08 – Equipamentos de Desporto

B09 – Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

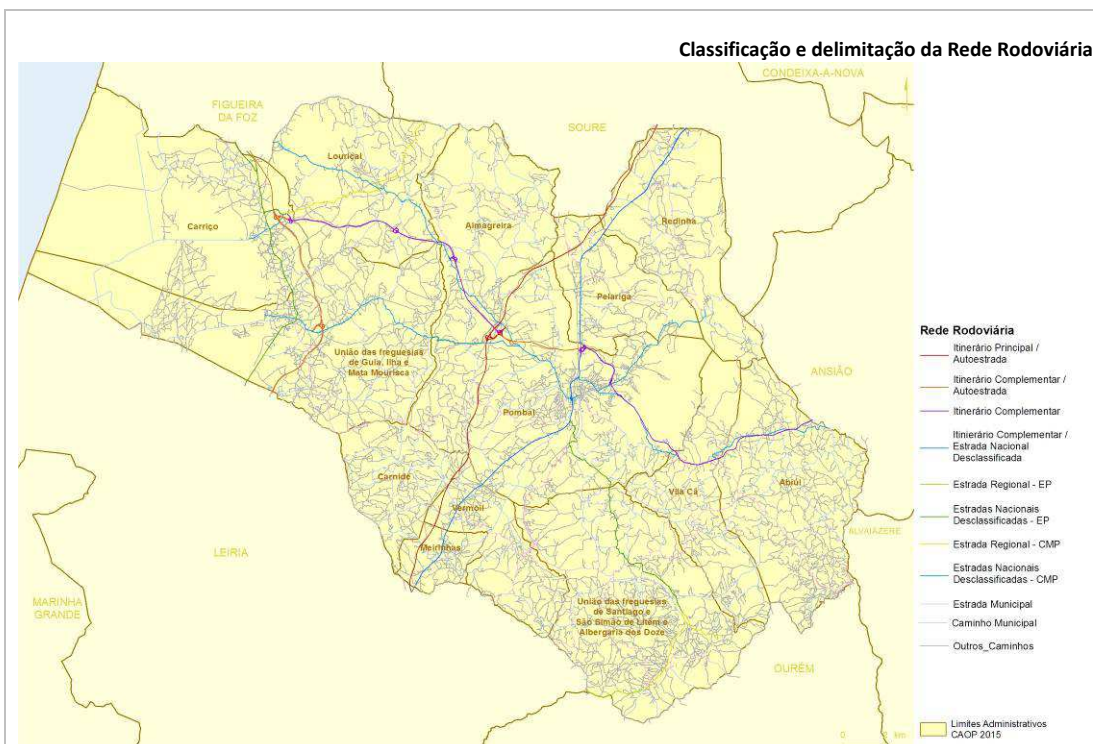
B10 – Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil

B11 – Outros Equipamentos

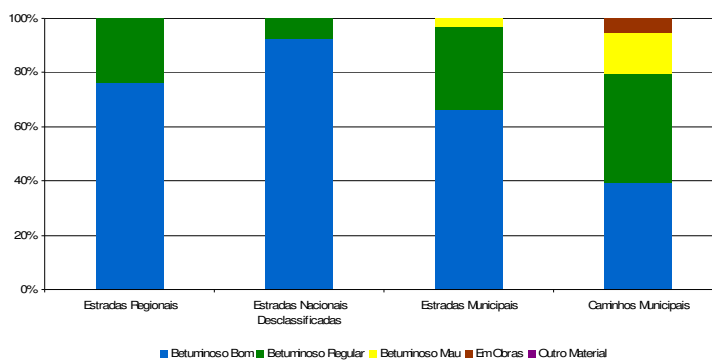
B 01 Rede Viária

Unidade: Quilómetro (Km); percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência


Extensão da Rede Rodoviária

Classificação	Km
Rede Rodoviária Nacional	115,7
Rede Nacional de Autoestradas	51,6
Estradas Regionais, sob jurisdição da EP	2,8
Estradas Nacionais Desclassificadas, sob jurisdição da EP	44,1
Estradas Regionais, sob jurisdição da CM	16,7
Estradas Nacionais Desclassificadas, sob jurisdição da CM	71,0
Estradas Municipais	114,3
Caminhos Municipais	401,2
Outros Caminhos	2408,9

Tipo e estado do pavimento, em %, por hierarquização da Rede Rodoviária Municipal (2015)


Rede Rodoviária Municipal com extensão de cerca de 3 015km.

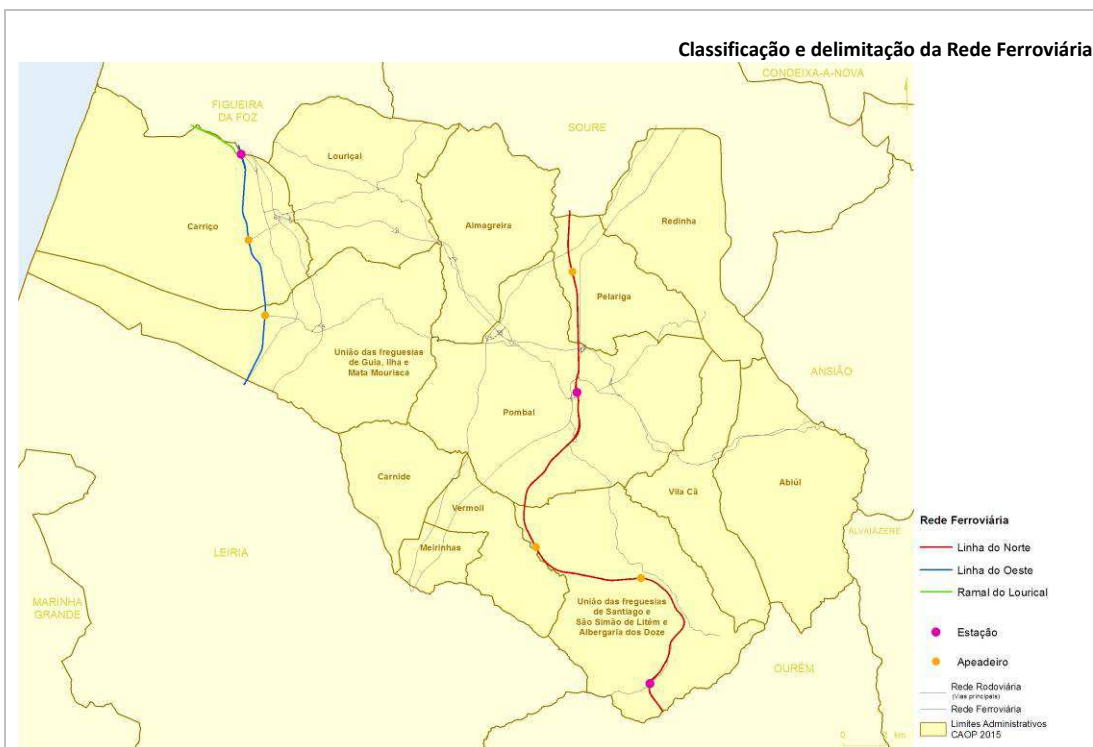
Mais de 65% das Estradas Municipais e cerca de 40% dos Caminhos Municipais encontram-se em bom estado de conservação.

Dos 402km de Caminhos Municipais apenas 15,3km se encontram em mau estado de conservação, assim como, nas Estradas Municipais, apenas se encontram 3,6km em mau estado de conservação.

B 02 Rede Ferroviária

Unidade: Quilómetro (Km)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



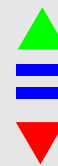
Linhas	Infraestruturas	Localização
Linha do Norte	Estações	Albergaria dos Doze Vermoil Pombal
	Apeadeiros	Litém
	Passagens de Nível	EN 350, em Albergaria dos Doze EM 532-1, em S. Simão de Litém EM 532-4, em Vermoil EN 1-6, em Barrocas
Linha do Oeste	Estações	Guia Louriçal
	Apeadeiros	Carricho
	Passagens de Nível	CM 1032, na Guia Estrada Florestal, no Carricho CM 1021, em Silveirinha EN 109, no Louriçal
Ramal da Linha do Oeste	Ramal exterior Louriçal	Celbi/Soporcel, com duas passagens de nível entre o km 1,3 e o km 1,6

O concelho é atravessado no sentido Norte-Sul por 2 linhas em exploração, a Linha do Norte e a Linha do Oeste, sendo também interligado com o concelho da Figueira da Foz pelo Ramal do Lourical.

B 03 Transportes Públicos de Passageiros

Unidade: Percentagem (%); minutos (min); número (n.º)
Periodicidade: -
Fontes: Censos 2011, INE, CMP - Divisão de Transportes Urbanos e Gestão de Equipamentos

Tendência



Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, por local de residência e principal meio de transporte, em 2011, em %:

Freguesia	Nenhum - vai a pé	Autocarro	Comboio	Transporte coletivo da empresa ou da escola	Automóvel ligeiro - como condutor	Automóvel ligeiro - como passageiro	Motociclo	Bicicleta	Outro meio
Abiúl	6,1	13,0	0,4	8,2	55,0	15,7	0,6	0,2	0,8
Almagreira	5,9	9,8	0,4	9,6	56,9	15,5	1,5	0,4	0,1
Carnide	5,3	8,4	0,4	15,0	50,1	16,1	3,0	1,1	0,5
Carricho	6,5	11,3	0,6	7,4	52,5	12,9	3,8	4,4	0,6
Louriçal	10,3	5,7	0,4	7,9	55,0	15,4	2,8	1,9	0,5
Meirinhas	16,5	2,9	0,6	2,0	50,7	24,5	1,4	1,2	0,1
Pelariga	7,6	8,1	0,7	1,8	57,7	22,0	1,1	0,6	0,5
Pombal	15,5	6,5	0,9	2,0	51,3	21,8	0,7	0,7	0,6
Redinha	5,7	12,0	0,2	4,6	57,5	17,4	1,9	0,5	0,2
UF Guia, Ilha e Mata Mourisca	Guia 15,2	6,1	0,3	3,5	51,4	17,6	2,2	3,2	0,5
	Ilha 6,4	13,8	0,8	7,1	48,3	18,9	1,8	2,4	0,5
	Mata Mourisca 7,7	8,8	0,3	11,2	52,1	15,7	2,1	1,3	0,8
UF Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze	dos 12,8	5,9	5,2	3,5	52,1	17,8	1,8	0,5	0,2
	Doze 4,5	7,9	2,8	6,9	55,0	19,1	2,0	0,6	1,2
	Santiago de Litém 5,6	9,2	5,1	6,9	52,7	18,3	1,1	0,0	1,1
	São Simão de Litém								
Vermoil	9,1	7,5	1,5	9,8	52,5	16,7	1,5	1,1	0,1
Vila Cã	5,0	12,1	0,7	3,6	55,3	20,6	2,4	0,1	0,1

Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, por local de residência, em 2011, em minutos:

Freguesia	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por local de residência
Abiúl	21,68
Almagreira	18,37
Carnide	19,80
Carricho	18,02
Louriçal	16,17
Meirinhas	15,47
Pelariga	15,10
Pombal	15,84
Redinha	18,00
UF Guia, Ilha e Mata Mourisca	Guia 17,58
	Ilha 19,68
	Mata Mourisca 19,62
UF Santiago e S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze	Santiago de Litém 18,41
	São Simão de Litém 20,32
	Albergaria dos Doze 18,68
Vermoil	17,36
Vila Cã	18,78
Tempo médio	17,25

N.º de utilizadores do Pombus*:

Ano	N.º de utilizadores
2012	229 491
2013	224 144
2014	223 861
2015	214 465

2016	212 974
2017	210 595

* O n.º de utilizadores é aferido pelo n.º de picagens, sendo que, em 2015, as regras referentes às picagens foram alteradas

O meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, por local de residência e principal meio de transporte, é o automóvel ligeiro (53,3% como condutor e 18% como passageiro) é o modo de transporte dominante, seguido do autocarro (8,9%) e das deslocações a pé (8,6%), e do transporte coletivo da empresa ou da escola (6,5%). Com menor expressão, segue-se o motociclo (1,9%) e, em último, o comboio e a bicicleta com 1,2%.

No que diz respeito à duração média dos movimentos pendulares da população residente, empregada ou estudante, por local de residência, verifica-se que o tempo médio gasto é de 17,25 minutos, sendo que a população da freguesia da Pelariga é a que demora menos tempo em movimentos pendulares (15,10 minutos) e a de Abiúl a que demora mais tempo (21,68 minutos).

A nível urbano, o transporte é assegurado pelo Pombus - Sistema de Transportes Urbanos da Cidade de Pombal, que funciona em 4 linhas distintas, apenas na zona central da cidade.

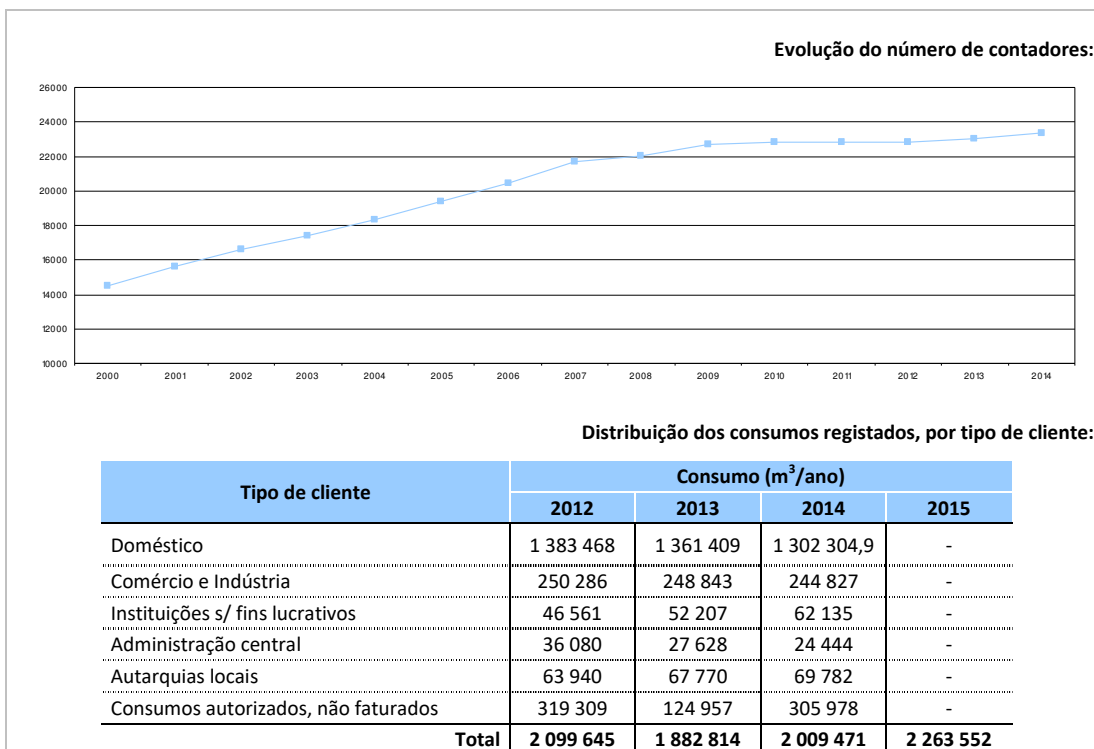
Cerca de 57 táxis a operar no concelho.

O transporte ferroviário de passageiros, encontra-se a cargo da CP - Comboios de Portugal, E. P. E. e operacionaliza, na Linha do Norte, os serviços Alfa Pendular, Intercidades, Interregional, Regional e Sud Expresso, e na Linha do Oeste os serviços Interregional e Regional.

B 04 Abastecimento de Água

Unidade: Número (n.º); m³ por ano
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão); CMP - Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente

Tendência



O abastecimento público de água é da competência e responsabilidade do Município de Pombal, incluindo a construção, manutenção, conservação e gestão dos sistemas de abastecimento.

Em termos de infraestruturas o concelho dispunha, em 2014, de 70 Reservatórios, 35 Estações elevatórias (EE) e 31 Captações operacionais. A percentagem de população servida por rede domiciliária de abastecimento de água é, atualmente, da ordem dos 99,5%.

No sistema “em baixa”, relativamente à qualidade da água, a percentagem de análise em cumprimento dos valores paramétricos relativos a água destinada a consumo humano, garante o valor de referência $\geq 99\%$ para a percentagem do número total de análises realizadas à água tratada.

No ano de 2014 e, no que respeita à água entrada no sistema de abastecimento público de Pombal, foram captados 3 285 320m³ de água e adquiridos 10 797m³ o que perfaz um volume total de 3 296 117m³. No mesmo ano, registou-se um consumo autorizado (consumo faturado + consumo autorizado não faturado) de 2 009 471m³, sendo o volume de perdas de 1 285 827m³, que corresponde a uma percentagem de 39% do total de água entrada no sistema.

O volume de perdas de água, referidas anteriormente, reparte-se em perdas aparentes (consumos não autorizados e erro associado a equipamentos de medição instalados em locais com consumo autorizado) e perdas reais (fugas nas condutas de adução e distribuição, extravasamentos em reservatórios de adução e distribuição e fugas nos ramais de ligação).

B 05 Saneamento

Unidade: m³
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão); CMP - Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente

Tendência



ETAR	Caudal afluente às ETAR's (valor estimado) – m ³ :			
	2011	2012	2013	2014
Guia	24 136	26 550	42 077	57 388
Louriçal	80 242	80 242	155 565	155 565
Mata Mourisca	15 811	15 811	15 811	9 244,8
Mata Mourisca Nascente	9 882	9 882	9 882	9 882
Mata Mourisca Ramos	9 882	9 882	9 882	9 882
Pombal	1 395 670	1 423 675	1 423 675	1 427 017,9
Redinha	19 938	19 938	19 938	19 938

As infraestruturas de saneamento de águas residuais existentes no concelho de Pombal são constituídas por: cerca de 700km de redes de drenagem (2016), que englobam múltiplos sistemas elevatórios e 5 ETAR's.

No ano de 2016, foram tratados 2 853 265m³ de águas residuais nas ETAR's do concelho.

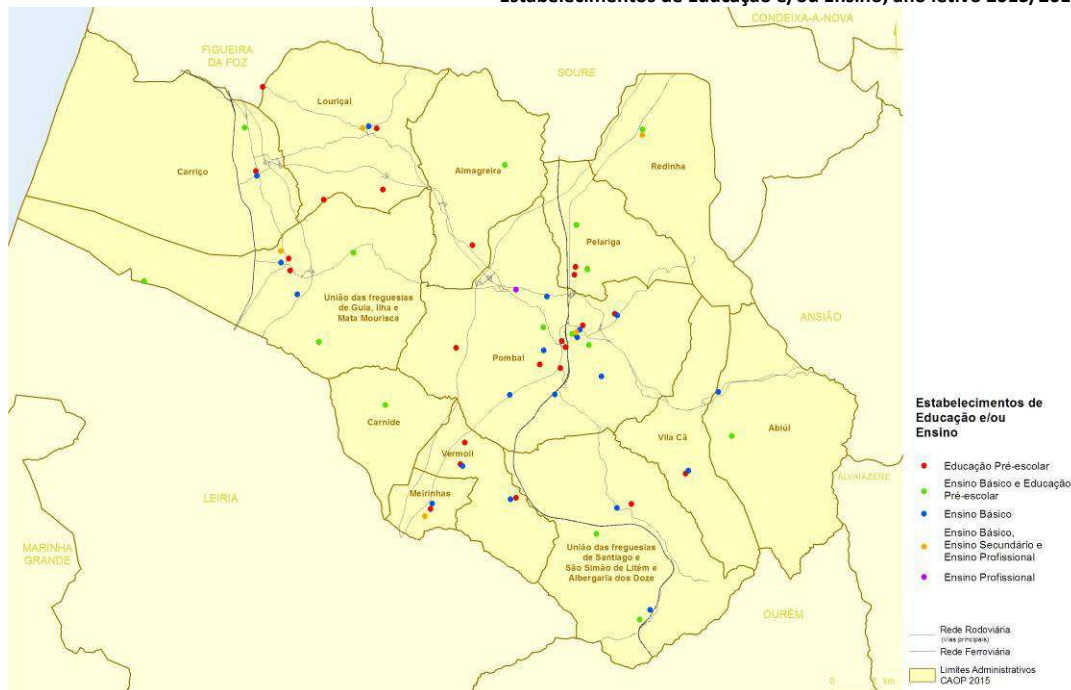
B 06 Equipamentos de Educação

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual (ano letivo)
Fonte: CMP

Tendência

NÍVEL DE ENSINO	Rede de equipamentos de educação e ensino: N.º ESTABELECIMENTOS			
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR				
Público	19	15	15	7
Privado e/ou IPSS	7	6	6	6
1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO				
Público	24	17	15	7
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO				
Público	15	20	20	24
Privado e/ou IPSS	2	2	2	1
2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO				
Público	1	1	1	1
Privado	1	1	1	1
1.º, 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO				
Público	1	1	1	1
2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO, ENSINO SECUNDÁRIO E ENSINO PROFISSIONAL				
Público	1	1	1	1
Privado e/ou IPSS	3	3	3	3
3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, ENSINO SECUNDÁRIO E ENSINO PROFISSIONAL				
Público	1	1	1	1
ENSINO PROFISSIONAL				
Privado	1	1	1	1
TOTAL	76	69	67	54

Estabelecimentos de Educação e/ou Ensino, ano letivo 2015/2016



Mobilidade, Infraestruturas e Equipamentos

As orientações do Ministério da Educação e Ciência referentes à reorganização da Rede Escolar levou ao encerramento de alguns estabelecimentos escolares e à agregação de alguns equipamentos de apoio à infância nas instalações existentes do Ensino Básico do 1.º Ciclo ou a criação de novas instalações, juntando assim a Educação Pré-escolar e o Ensino do 1.º Ciclo, e, conseqüentemente, levou à diminuição do n.º de estabelecimentos em funcionamento.

As escolas públicas encontram-se agrupadas em 3 agrupamentos: Agrupamento de Escolas da Guia, Pombal; Agrupamento de Escolas Gualdim Pais, Pombal e Agrupamento de Escolas de Pombal.

Em termos de oferta formativa são lecionados diversos cursos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA) em diversos estabelecimentos de ensino.

Tem sido observado um esforço considerável na melhoria do parque escolar concelhio e na disponibilização de serviços de apoio à família no âmbito da Educação Pré-escolar e Ensino Básico.

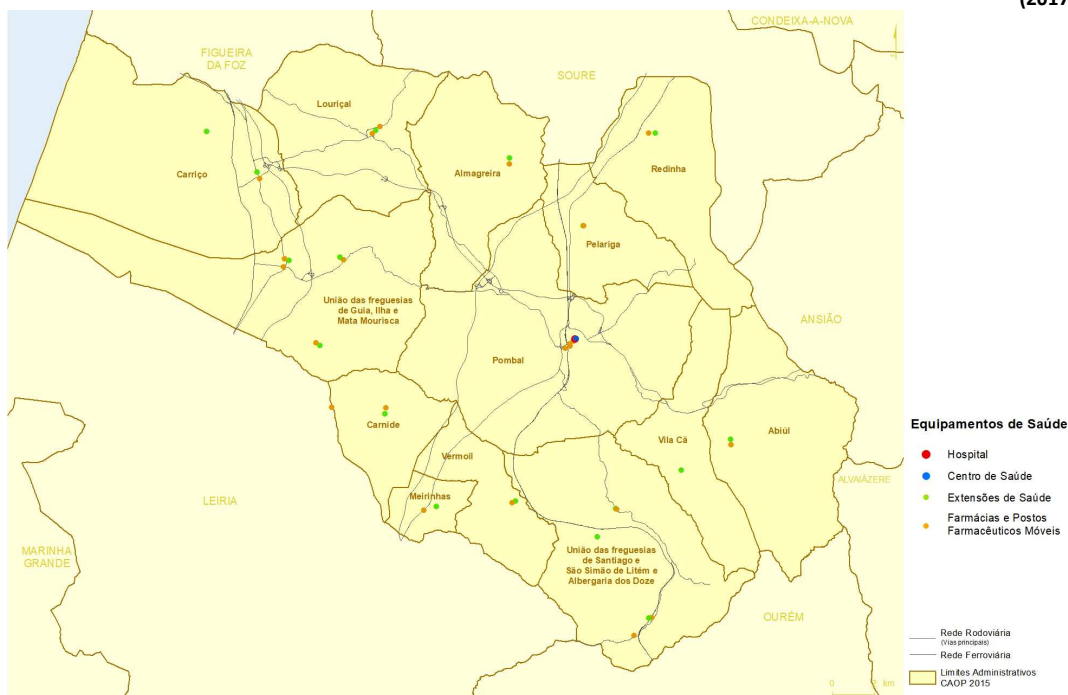
B 07 Equipamentos de Saúde

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



Localização do Hospital, Centro de Saúde, Extensões de Saúde, Farmácias e Postos Farmacêuticos Móveis existentes (2017):



Equipamentos de Saúde no Concelho de Pombal, por freguesia (2017):

Freguesias	Hospitais	Centros de Saúde	Extensões de Saúde	Farmácias e Postos Farmacêuticos Móveis	Análises Clínicas	Clínicas e Policlínicas	Outro Serviços
Abiúl	-	-	1	1	-	-	-
Almogreira	-	-	1	1	-	-	-
Carnide	-	-	1	2	-	-	-
Carricho	-	-	2	1	1	-	-
Loureçal	-	-	1	2	-	1	-
Meirinhas	-	-	1	1	-	1	-
Pelariga	-	-	1	1	-	-	-
Pombal	1	1	-	4	2	10	2
Redinha	-	-	1	1	-	-	-
UF de Guia, Ilha e Mata Mourisca	Albergaria dos Doze	-	1	2	1	-	-
	Santiago de Litém	-	1	1	-	-	-
	São Simão de Litém	-	-	1	-	-	-
UF de Santiago e S. Simão de Litém e Alb. dos Doze	Guia	-	1	1	1	1	-
	Ilha	-	-	1	1	-	-
	Mata Mourisca	-	-	1	1	-	-
Vermoil	-	-	1	1	-	1	-
Vila Ca	-	-	1	-	-	-	-
Total	1	1	17	21	6	14	2

A rede de equipamentos de saúde inclui um conjunto de equipamentos públicos e privados distribuídos pelas diversas freguesias, sendo de realçar a existência, a nível público, do Hospital Distrital de Pombal, na freguesia de Pombal, que funciona como 1.ª linha de intervenção em situação de emergência/urgência referente a todas as Extensões de Saúde do concelho e do Centro de Saúde na freguesia de Pombal.

Atualmente, este hospital constitui uma das três unidades de saúde constituintes do Centro Hospitalar Leiria, E. P. E., sendo as outras o Hospital de Santo André, em Leiria, e o Hospital Bernardino Lopes de Oliveira, em Alcobaça.

No hospital funciona o nível de urgência básica, do tipo geral, e tem como área de influência, para além de todo o concelho, parte das freguesias do concelho de Soure e ainda os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

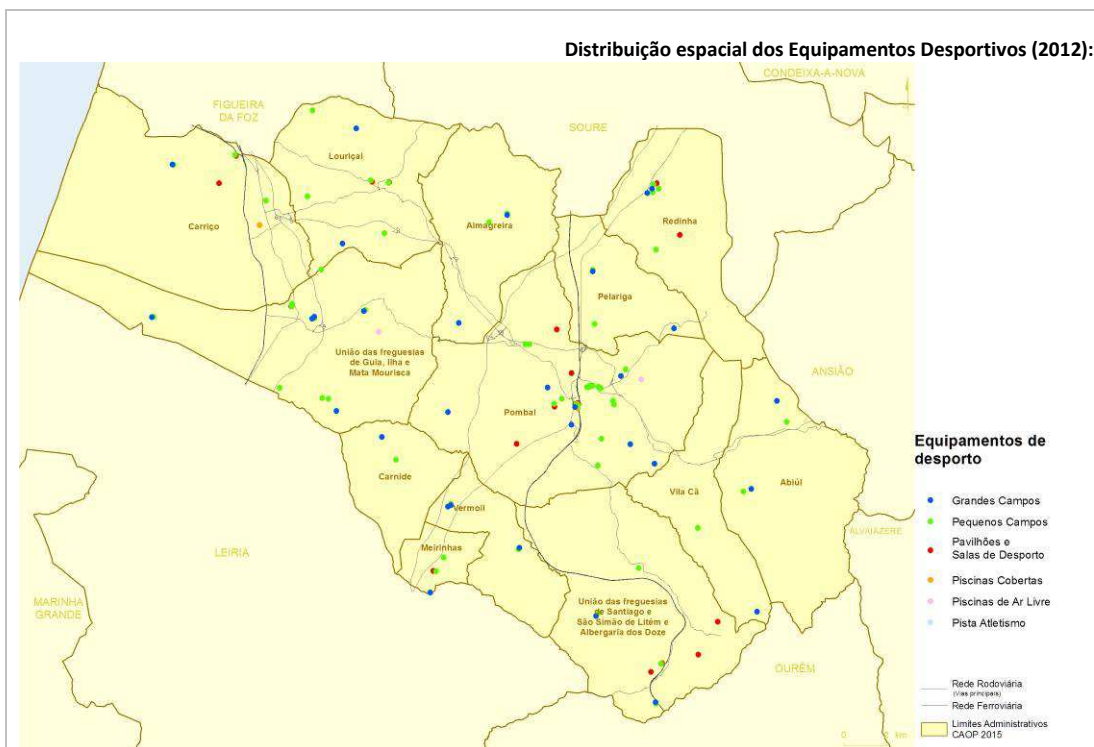
O Centro de Saúde de Pombal integra o Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral, ao qual pertencem, atualmente, 6 Unidades (Centro de Saúde Batalha, Centro de Saúde Arnaldo Sampaio, Centro de Saúde Gorjão Henriques, Centro de Saúde Marinha Grande, Centro de Saúde Pombal e Centro de Saúde Porto de Mós), e cuja sede é em Leiria.

De realçar a existência na cidade de Pombal, de uma unidade de saúde do Centro Hospitalar São Francisco e ainda a existência de farmácias e/ou postos farmacêuticos móveis em todas as freguesias, que vêm completar a "rede" de cuidados de saúde concelhia.

B 08 Equipamentos de Desporto

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



Equipamentos Desportivos no concelho de Pombal (2012)

Freguesia	Grandes Campos Jogos	Pistas de Atletismo	Pequenos Campos Jogos	Pavilhões Salas de Desporto	Piscinas Cobertas	Piscinas Ar Livre	Outros	Total
Abiúl	2	0	2	0	0	0	0	4
Almagreira	2	0	2	0	0	0	1	5
Carnide	1	0	1	0	0	0	1	3
Cariço	1	0	3	2	1	0	0	7
Lourçal	2	0	5	2	1	0	0	10
Meirinhas	1	0	2	1	0	0	0	4
Pelariga	2	0	2	0	0	0	0	4
Pombal	7	1	18	9	1	1	8	45
Redinha	2	0	4	2	0	1	0	9
UF de Guia, Ilha e Mata Mourisca	Guia	3	0	5	1	0	1	10
	Ilha	1	0	3	0	0	0	4
	Mata Mourisca	1	0	1	0	0	1	3
UF de Santiago e S. Simão de Litém e Alb. dos Doze	Albergaria dos Doze	1	0	2	3	0	1	7
	Santiago de Litém	0	0	1	1	0	0	2
	São Simão de Litém	1	0	1	0	0	0	2
Vermoil	3	0	2	0	0	0	0	5
Vila Cã	1	0	1	0	0	0	0	2
Total	31	1	55	21	3	3	12	126
PDM95	10	1	3	1	-	1	1	17

O concelho encontra-se provido de um grande número de equipamentos desportivos, sendo notório o aumento de disponibilidade de equipamentos de desporto em todas as freguesias, com destaque para a elevada concentração e diversidade de equipamentos na freguesia sede de concelho, Pombal (45 equipamentos), seguido das freguesias do Louriçal e Guia (atual União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca).

A "rede" de equipamentos de desporto é composta por 126 equipamentos, dos quais 55 pequenos campos de jogos, 31 grandes campo de jogos, 21 pavilhões desportivos, 3 piscinas ao ar livre, 3 piscinas cobertas, 1 pista de atletismo e 12 outros equipamentos, resulta de um forte investimento público na construção de novos equipamentos nos últimos anos (piscina municipal, pequenos campos de jogos, etc.), assistindo-se a uma aproximação dos equipamentos de desporto aos equipamentos de educação.

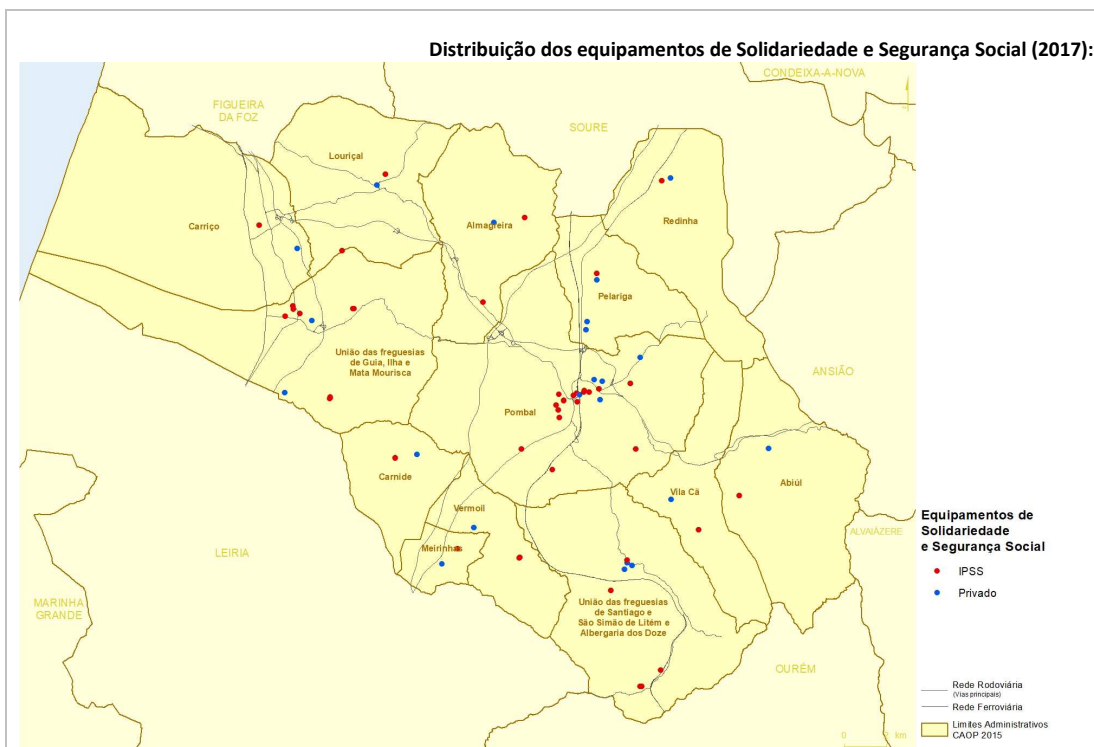
Assistiu-se também a uma forte política de conservação, otimização e melhoria dos equipamentos desportivos existentes.

Apenas 5 freguesias apresentam índices de equipamentos desportivos abaixo do valor de referência de $4\text{m}^2/\text{hab}$, identificado pela DGOTDU, sendo que, no geral, o índice concelhio é superior àquele valor ($4,78\text{m}^2/\text{hab}$).

B 09 Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Câmara Municipal de Pombal - SIG; www.cartasocial.pt (consultado em 09/01/2017)

Tendência



Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social, por freguesia (2017):

Freguesia	N.º de equipamentos	
	IPSS	Entidade Lucrativa
Abiúl	1	1
Almagreira	2	1
Carnide	1	1
Cariço	1	1
Louriçal	2	1
Meirinhas	1	-
Pelariga	1	3
Pombal	15	5
Redinha	1	-
Vermoil	2	1
Vila Cã	1	1
União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca	Guia	4
	Ilha	2
	Mata Mourisca	2
União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	Albergaria dos Doze	3
	Santiago de Litém	1
	São Simão de Litém	1
Total	41	19

Mobilidade, Infraestruturas e Equipamentos

Existem 60 estabelecimentos/instituições de solidariedade e segurança social com diversas valências.

Em termos de 1.ª e 2.ª infância encontravam-se em funcionamento, em 2017, 17 estabelecimentos com a valência de creche e 12 estabelecimentos/instituições com Centros de Atividades e Tempos Livres.

De importância vital a existência de uma instituição com experiência adquirida no domínio da população com deficiência, a CERCIPOM, que acumula valências de Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial, Centro de Formação Profissional, Unidade Educativa e Intervenção Precoce.

Ao nível da população idosa existem diversas valências distribuídas por todo o concelho, sendo que as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e o Serviço de Apoio Domiciliário são as valências com maior distribuição. Existem 20 estabelecimentos/instituições que disponibilizam a valência de Centro de Dia, 30 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e 19 que prestam Serviço de Apoio Domiciliário.

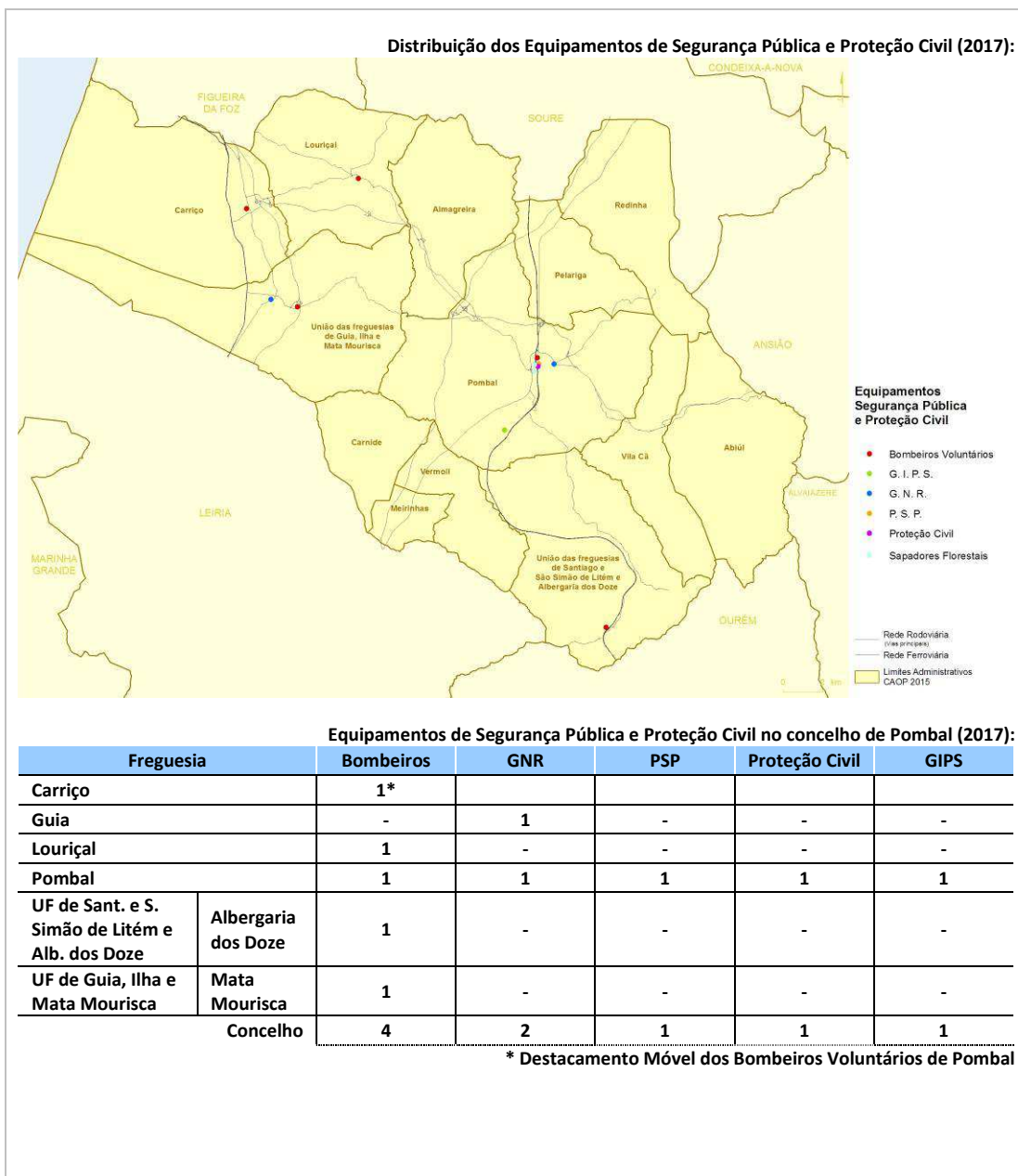
O concelho é ainda servido por uma Casa de Abrigo a mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, um Centro de Apoio à Vida, onde é feito o apoio e acompanhamento de mulheres grávidas ou puérperas que se encontrem em situação de risco emocional ou social, e um Centro de Acolhimento Temporário, que acolhe crianças e jovens em situação de risco.

Em resposta aos toxicodependentes, existe, na cidade de Pombal, a ET - Equipa de Tratamento de Pombal e o Centro de Atendimento a Jovens e Envolventes, que, apesar de não lidar diretamente com toxicodependentes, apoia e conduz os jovens nas suas dúvidas e incertezas.

B 10 Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Câmara Municipal de Pombal - SIG

Tendência



No concelho de Pombal existem 3 entidades de Segurança Pública: a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e os Bombeiros Voluntários de Pombal.

Existem ainda o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), o Serviço Municipal de Proteção Civil e os Sapadores Florestais.

Apenas existe uma Esquadra de Polícia no concelho, que se situa na cidade de Pombal. Quanto à GNR, o destacamento territorial de Pombal é constituído por 2 postos territoriais, um na freguesia da Guia e outro na de Pombal.

No concelho, apenas existe como Corporação de Bombeiros, os Bombeiros Voluntários, com secções nas freguesias de Pombal, de Albergaria dos Doze, do Louriçal e outro na zona Oeste do concelho. De referir ainda a existência de um Destacamento Móvel na freguesia do Carriço. A gestão e coordenação é efetuada a partir da sede, a qual tem como área de influência todo o concelho, sendo a partir desta que é equacionada a secção a envolver, consoante o caso a intervir.

O Serviço Municipal de Proteção Civil de Pombal, é o serviço incumbido de executar a Política Municipal de Segurança, sendo a entidade responsável, a nível concelhio, pelas ações de informação, formação, planeamento, controlo e coordenação das ações em situação de normalidade ou de emergência, em todos os domínios que respeitem à Proteção Civil.

Relativamente aos Sapadores Florestais, encontram-se constituídas duas equipas, uma afeta à Câmara Municipal de Pombal e outra à A. P. F. P. - Associação de Produtores Florestais de Pombal, os quais têm a incumbência da atividade de silvicultura preventiva, de vigilância, deteção e primeira intervenção com vista à prevenção de incêndios florestais, atuando ainda no combate a incêndios e respetivo rescaldo.

B 11 Outros Equipamentos

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência

Mobilidade, Infraestruturas e Equipamentos

Existem diversos serviços de administração pública, encontrando-se instalados, maioritariamente, na sede do concelho, onde para além da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, encontram-se disponíveis os serviços de Finanças, Tribunal, Segurança Social e Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, bem como, um balcão do IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional. Destaca-se ainda a existência de 1 Balcão Multiserviços, na freguesia do Lourçal, onde são prestados diversos serviços, nomeadamente os associados à DGV – Direção Geral de Viação.

Existem diversos equipamentos de cultura, recreio e lazer com representação um pouco por todas as freguesias, mas com maior incidência na freguesia de Pombal, quer em número de equipamentos, quer em diversidade. Destaca-se a existência de diversos clubes culturais e desportivos e respetivas atividades por todo o concelho, bem como os Espaços Internet existentes em quase todas as Juntas de Freguesia. Existem museus e espaços polivalentes em diversas freguesias e, na sede de concelho, encontra-se implantada a Biblioteca Municipal de Pombal.

Ainda ao nível dos tempos livres, existem duas Estações de Serviço para Autocaravanas, na freguesia de Pombal e de Vermoil, e Parques de Lazer e/ou de Merendas em quase todas as freguesias do concelho.

Os cemitérios enquanto equipamentos, encontram-se em todas as freguesias do concelho, perfazendo um total de 35. As Feiras e Mercados, com maior ou com menor frequência marcam também presença em diversas freguesias.

São ainda de salientar outros equipamentos, nomeadamente, o Centro de Recolha Animal de Pombal - Canil Municipal e a Copombal - Cooperativa Agrícola do concelho de Pombal, a Associação Comercial de Serviços de Pombal, a AICP - Associação dos Industriais do Concelho de Pombal, na freguesia de Pombal e a ADILPOM - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais de Pombal, todas instaladas na freguesia de Pombal.

4.3 Ambiente

C01 – Estrutura Ecológica Municipal

C02 – Riscos (incêndios florestais, cheias, movimentos de massa em vertente e colapso de cavidades)

C03 – Recursos Hídricos

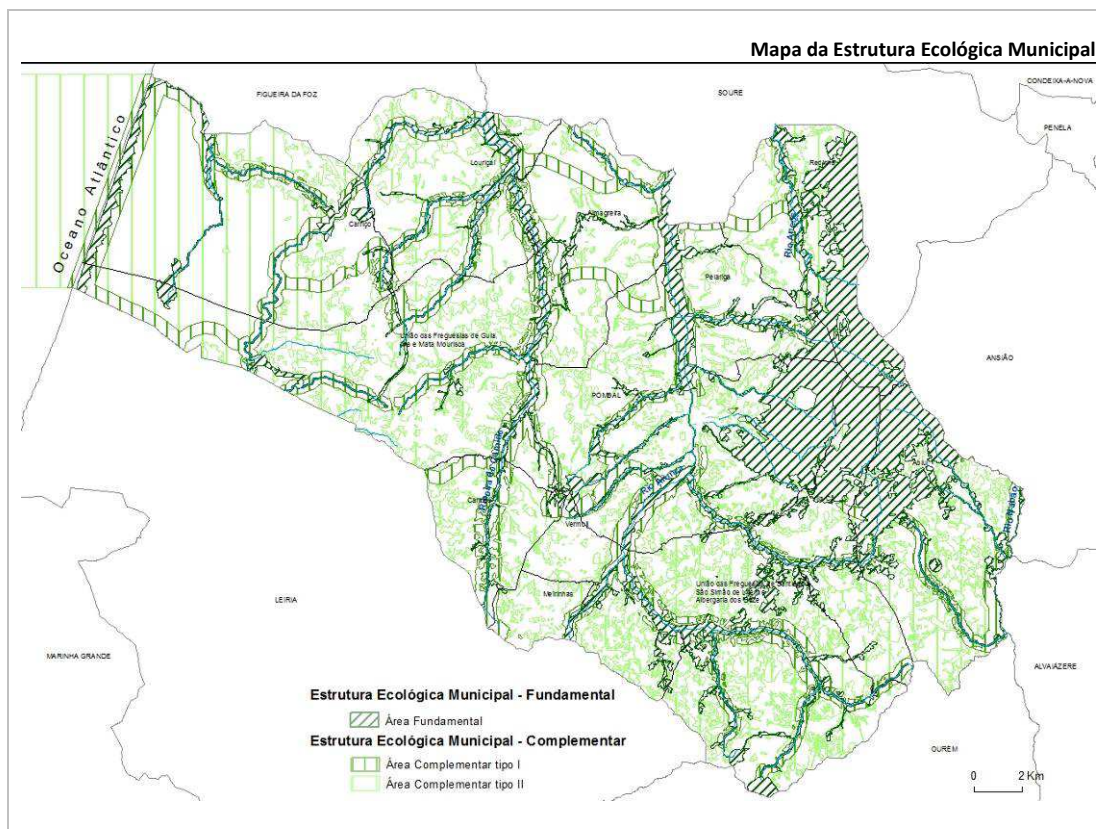
C04 – Ambiente Sonoro

C05 – Resíduos

C 01 Estrutura Ecológica Municipal

Unidade: -
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



A Estrutura Ecológica Municipal, é o conjunto das áreas que em “virtude da presença de valores e recursos naturais, da suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural dos espaços rurais e urbanos”.

Na sua génese, e para efeitos de delimitação, a EEM teve em consideração, entre outros aspetos, a hierarquização dos valores naturais, as Áreas Sensíveis para efeitos de conservação da natureza e biodiversidade, nas quais se incluem, entre outras, o sítio Sicó-Alvaiázere, RAN, REN, Domínio público hídrico, áreas de risco e vulnerabilidade; e os Corredores Ecológicos estruturantes e secundários.

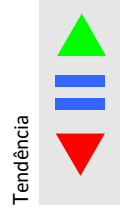
Esta estrutura, em virtude das suas especificidades, encontra-se subdividida em várias áreas, a saber: Áreas Fundamentais, Áreas complementares, Áreas Complementares - Tipo I e Áreas Complementares - Tipo II

De uma forma geral, podemos verificar que a estrutura ecológica municipal fundamental integra as áreas de valor natural nível I e II e caracteriza-se por ser *non aedificandi* e contínua. As áreas de nível III foram utilizadas em situações muito pontuais, nomeadamente na Guia (próximo da indústria extrativa, localizada junto do limite Sul da freguesia). Foram ainda integradas áreas verdes, áreas de continuidade, áreas de indústria extrativa inativas, a recuperar, as áreas dos corredores ecológicos correspondentes às zonas ameaçadas pelas cheias e associadas aos valores de nível I e II e parte do troço do espaço canal rodoviário do

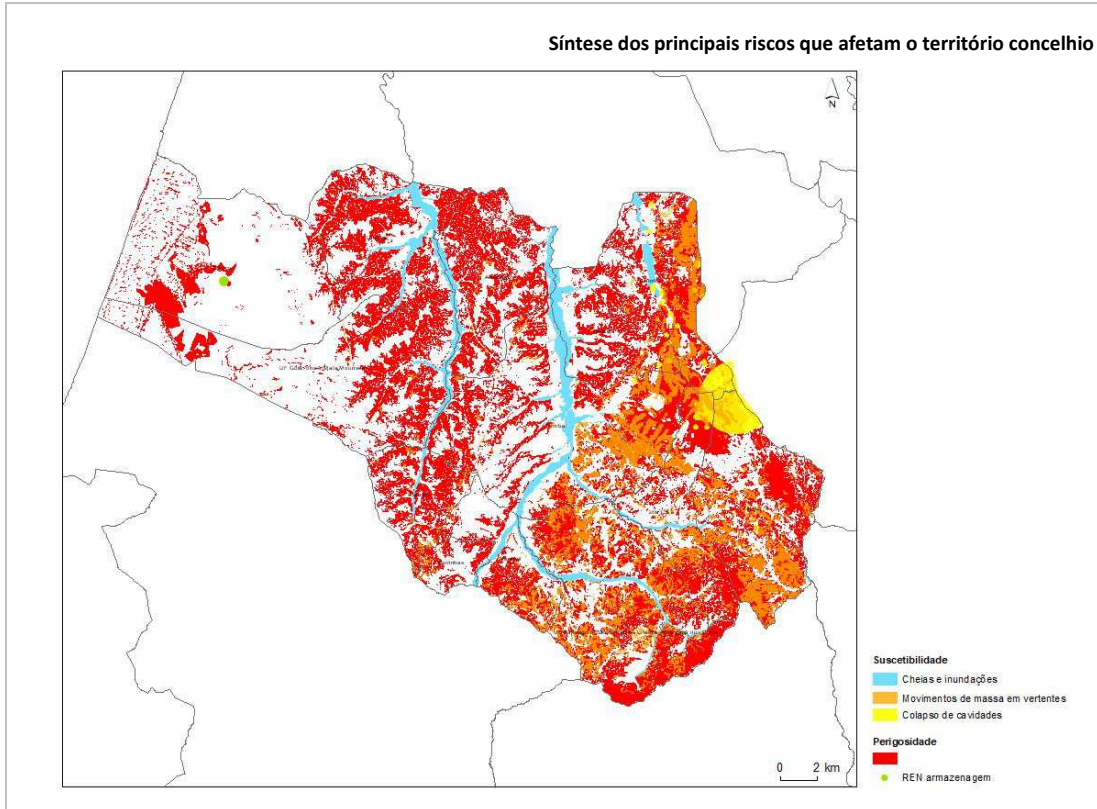
IC1(A17).

A estrutura ecológica municipal complementar concorre para a estrutura ecológica fundamental, sendo de carácter mais flexível em termos de usos. Integra as áreas de valor natural nível II, as de nível III, bem como as áreas condicionadas por reserva ecológica nacional e áreas verdes que não foram absorvidas pela estrutura ecológica fundamental. Acresce ainda a área correspondente aos corredores ecológicos do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro até aos 500m, à qual se subtrai a área incluída na estrutura ecológica fundamental.

A EEM delimitada para o concelho abrange cerca de 67,8% da área territorial (incluindo a faixa marítima delimitada na REN municipal), da qual 10994,7ha correspondem a EEM – Fundamental, 8992,3ha a EEM - Complementar Tipo I, e 22487,4ha a EEM - Complementar Tipo II.

C 02
Riscos (incêndios florestais, cheias, movimentos de massa em vertente e colapso de cavidades)


Unidade: -
Periodicidade: -
Fonte: PDM Pombal (Revisão) e PMDFCI (2018-2022)



Dos perigos existentes no território concelhio, identificados e analisados no âmbito da Revisão do PDM-Pombal e da revisão do PMDFCI (2018-2022) é pertinente destacar aqueles que, em caso de ocorrência, assumem especial severidade para a população e que foram devidamente ponderados em sede de proposta de ordenamento.

Neste âmbito, são de referir:

1 - Os **incêndios florestais**, dada a elevada percentagem de espaços florestais, a representatividade do combustível e do histórico de área ardida existentes no concelho, os quais estiveram subjacentes à elaboração da carta de perigosidade de incêndio florestal .

As classes Alta e Muito Alta perigosidade representam cerca de 53% do território concelhio e têm maior ênfase a Este, nomeadamente na Serra de Sicó e Lagoa das Ceiras – Cancelinha, e Sudeste do concelho, Marco da Pipa e Albergaria dos Doze, que correspondem a locais que registaram uma maior concentração de incêndios florestais nos últimos 28 anos, o que poderá registar-se pelo facto de existir um maior número de ocorrências nestas áreas e o declive acentuado que caracteriza esta área concelhia.

2 - As **cheias**, que se assumem particularmente, como o perigo com maior frequência e duração na cidade de Pombal, podendo provocar em situações de cheia rápida, como a ocorrida em 26/10/2006, inúmeros estragos materiais e até mesmo a perda de vidas humanas.

O concelho de Pombal detém 7% da sua área total em susceptibilidade a cheias/inundações, correspondente a 4300ha, dos quais 61% em susceptibilidade elevada (2600ha), ou seja, áreas contíguas à margem dos cursos de água que se estendem até à linha alcançada pela maior cheia ocorrida. Relacionando estas áreas com as áreas passíveis de edificação em sede de PDM, verificamos que encontram-se abrangidos por zona inundável (área de elevada suscetibilidade) 218ha, sendo que destes, 79ha estão integrados em estrutura ecológica urbana. Somente 5 % da zona inundável se encontra integrada em área edificável, condicionada por norma regulamentar que visa mitigar os impactes de eventuais cheias ou inundações.

3 - As áreas suscetíveis a **movimentos de massa em vertentes**, pelo histórico de ocorrências e pela sua elevada representação territorial (13%) , acarretam, em caso de ocorrência, elevados prejuízos. Edificado, vias, equipamentos e mesmo pessoas, poderão estar sujeitos a este perigo, que afetou e poderá vir a afetar o território, potenciado pela construção desordenada em vertentes instáveis.

O concelho apresenta uma susceptibilidade nula e reduzida a Oeste do concelho, ou seja, mas áreas com menor declive, ausência de falhas activas e substrato geológico constituído essencialmente por arenitos, nomeadamente nas freguesias do Carriço e Guia, por outro lado as áreas de relevo mais acentuado existentes a Este, Nordeste e Sudeste, delimitadas a Oeste pelo rio Arunca e rio Cabrunca e as suas planícies aluvionares, que surgem como elementos físicos naturais, apresentam uma elevada susceptibilidade a deslizamentos.

4 - As **cavidades naturais** existentes no território, nomeadamente algares, grutas, lapas e exurgências, com desenvolvimento subterrâneo passíveis de colapso do seu teto e/ou paredes, desencadeado por processos como sismos, processos continuados de dissolução, precipitações ou ações antrópicas.

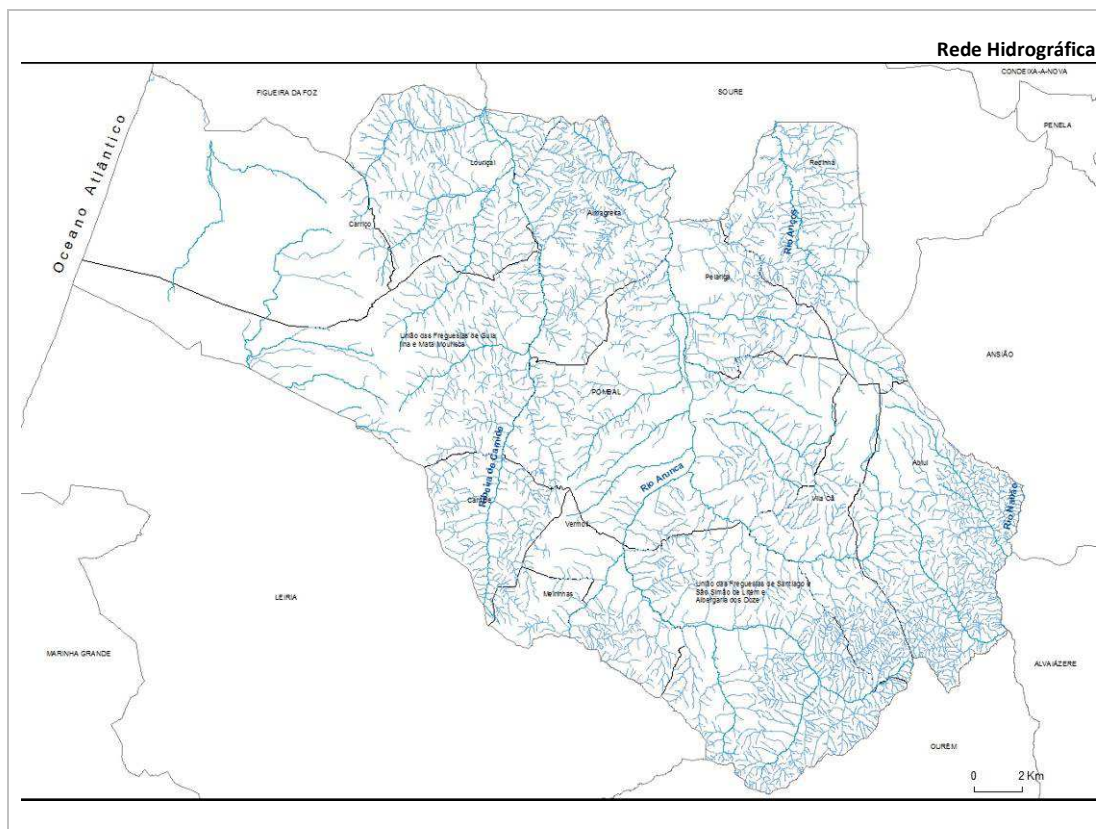
Tendo em consideração o desenvolvimento horizontal das cavidades inventariadas, o concelho de Pombal apresenta 1,5% da sua superfície territorial, ou seja 932,6ha em susceptibilidade a colapso de cavidades naturais, sendo que as intervenções admitidas em função da categoria de uso do solo, apenas podem ser concretizadas desde que precedidas de um estudo geológico.

5 - A existência do **Complexo de Armazenagem de Gás**, localizado na freguesia do Carriço de nível superior de perigosidade, sujeito ao disposto no Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho.

C 03 Recursos Hídricos

Unidade: -
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



O concelho de Pombal, divide-se em quatro bacias hidrográficas constantes nos planos de bacia em vigor, a saber: Bacia Hidrográfica do Mondego, Bacia Hidrográfica do Lis, Bacia Hidrográfica do Tejo e Bacia Costeiras (entre o Mondego e o Lis).

A Bacia Hidrográfica do Mondego drena, no concelho de Pombal, 470km², sendo esta a bacia com maior área de drenagem no concelho. Na bacia em causa para o concelho de Pombal, destaca-se o rio Arunca (margem esquerda do rio Mondego) e a ribeira de Carnide.

O Rio Arunca tem uma extensão, no concelho de Pombal, de 37Km, com um vale pouco profundo e alongado. Nasce em Albergaria dos Doze o seu curso, desenvolve-se essencialmente sobre aluviões que se sobrepõem a rochas calcárias, calco-margosas, gresosas e argilosas.

A Ribeira de Carnide nasce na freguesia de Bidoeira de Cima, no Concelho de Leiria. Com uma extensão de 25Km, seguindo a direção S-N, desagua na margem esquerda do rio Mondego (Braço Sul do Rio Mondego) a uma altitude de cerca de 2 m e atinge um desnível máximo de cerca de 200m, o seu leito desenvolve-se sobre aluviões que se depositam sobre calcários, margas e argilas.

A Ribeira de Nasce Água tem uma extensão de 9,6Km, seguindo a direção N-S. Nasce na freguesia do Carriço e é marcada por um fraco declive onde o escoamento é feito com alguma dificuldade, sendo a área de drenagem incompleta.

Ambiente

O Rio Nabão corresponde ao limite Este do Concelho, percorrendo 7,19km no concelho de Pombal. Nasce na Serra de Sicó, no local designado por “Olhos de Água” (concelho de Ansião) desagua do Rio Zêzere na localidade da Foz do Rio. Nas margens encontramos depósitos aluviais que mostram a fraca inclinação das vertentes circundantes.

O Município de Pombal, tem vindo a desenvolver e a executar projectos, nomeadamente ao longo do rio Arunca (Estudo de caracterização e proposta de intervenção de limpeza e valorização do rio Arunca) e da Ribeira de Carnide (Estudo de caracterização e propostas de intervenção de Limpeza e Valorização da ribeira de Carnide (Rio Pranto)) os quais incidem sobre a limpeza e desobstrução das linhas de água para garantir as condições de escoamento dos caudais em situações hidrológicas normais e extremas.

C 04 Ambiente Sonoro

Unidade: Percentagem (%), Área (km²) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: PDM de Pombal – 1.ª Revisão

Tendência

Áreas do concelho por classe de conflito, 2013

Classe	Área (km ²)	
	Área	%
$\Delta = Lden - V. Limite$		
$\Delta = Ln - V. Limite$		
$\Delta \leq 0$	608,65	97,2
$0 < \Delta \leq 5$	9,75	1,6
$5 < \Delta \leq 10$	5,05	0,8
$10 < \Delta \leq 15$	2,03	0,3
$15 < \Delta \leq 20$	0,67	0,1
$\Delta > 20$	0,0002	0,00003
$\Delta Lden > 0$	17,50	2,8
$\Delta Lden > 5$	7,75	1,2
$\Delta \leq 0$	603,14	96,3
$0 < \Delta \leq 5$	12,36	2
$5 < \Delta \leq 10$	6,58	1,1
$10 < \Delta \leq 15$	2,92	0,5
$15 < \Delta \leq 20$	1,13	0,2
$\Delta > 20$	0,01	0,001
$\Delta Ln > 0$	23,01	3,7
$\Delta Ln > 5$	10,65	1,7

População do Concelho exposta a diferentes classes de conflito, 2013

Classe	Nº de habitantes	
	População	%
$\Delta = Lden - V. Limite$		
$\Delta = Ln - V. Limite$		
$\Delta \leq 0$	53521	96,9
$0 < \Delta \leq 5$	1431	2,6
$5 < \Delta \leq 10$	263	0,5
$10 < \Delta \leq 15$	17	0,03
$15 < \Delta \leq 20$	0	0
$\Delta > 20$	0	0
$\Delta Lden > 0$	1696	3,1
$\Delta Lden > 5$	278	0,5
$\Delta \leq 0$	52996	96,0
$0 < \Delta \leq 5$	1512	2,7
$5 < \Delta \leq 10$	683	1,2
$10 < \Delta \leq 15$	41	0,1
$15 < \Delta \leq 20$	2	0,003
$\Delta > 20$	0	0
$\Delta Ln > 0$	2221	4,0
$\Delta Ln > 5$	722	1,3

Ambiente

A estimativa da percentagem da área do território em conflito indica que:Para o indicador L_{den} :

- 2,8% do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente (que excedem o limites regulamentares referentes às zonas classificadas);
- 1,2% do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente que em termos de prioridade de redução não é considerada a mais prioritária (ΔL_{den} até 5 dB);
- As áreas do concelho com situações de conflito com excesso superior a 20 dB (A) são residuais.

Para o indicador L_n :

- 3,7 % do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente (que excedem o limites regulamentares referentes às zonas classificadas);
- 1,7 % do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente que em termos de prioridade de redução não é considerada a mais prioritária (ΔL_n até 5 dB);
- As áreas do concelho com situações de conflito com excesso superior a 20 dB (A) são residuais.

A estimativa da percentagem da população exposta ao ruído ambiente indica que:Para o indicador L_{den} :

- 96,9% do total da população do Concelho não está exposta a níveis de ruído ambiente que excedam os limites regulamentares;
- 3,1% do total da população do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente referentes à classificação proposta para o uso do solo, contudo, apenas 0,5% está exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB;
- Não se verificam valores percentuais significativos de população em situação de desconformidade com excesso de ruído superior a 15 dB.


Para o indicador L_n :

- 96,0% do total da população do Concelho não está exposta a níveis de ruído ambiente que excedam os limites regulamentares;
- 4 % do total da população do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente referentes à classificação proposta para o uso do solo, contudo, apenas 1,3% está exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB;
- Não se verificam valores percentuais significativos de população em situação de desconformidade com excesso de ruído superior a 20 dB.

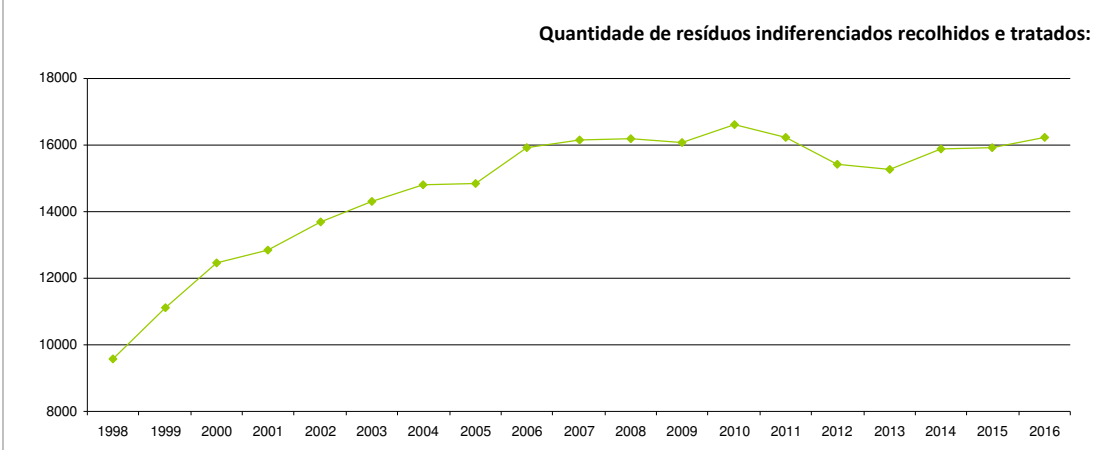
C 05 Resíduos

Unidade: Tonelada (ton)
Periodicidade: Anual
Fonte: CMP - Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente

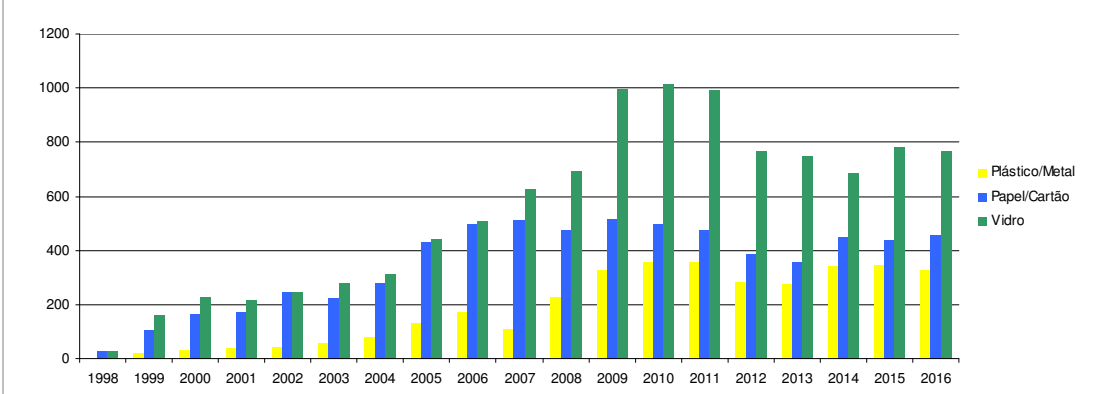
Tendência



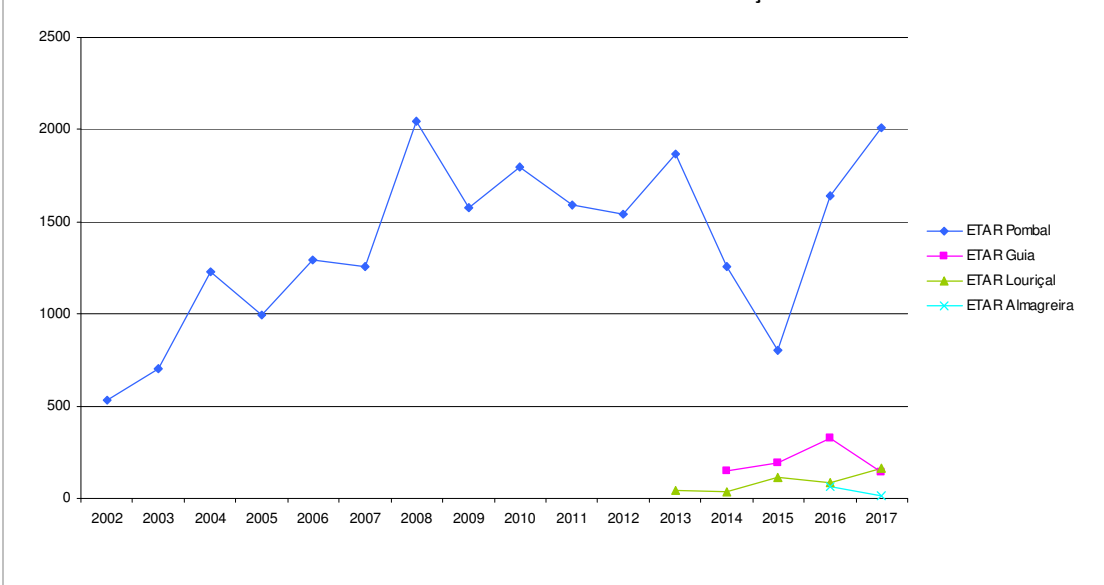
Quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos e tratados:



Quantidade de resíduos recicláveis recolhidos e tratados:



Produção de Lamas nas ETAR's do concelho:



Ambiente

O município de Pombal está integrado no Sistema Multimunicipal da Alta Estremadura (SMAE), cuja exploração e gestão se encontra adjudicada à Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

O serviço de recolha, transporte e destino final dos resíduos indiferenciados produzidos no concelho é da competência e responsabilidade do Município.

Existem 7 áreas de atuação com vários percursos diferentes consoante o dia da semana, de modo a fazer face às necessidades de cada zona.

Na cidade de Pombal, a recolha é efetuada diariamente, com exceção dos Domingos. Nos restantes locais, como sedes de freguesia ou zonas populacionais, a recolha é realizada 2 ou 3 vezes por semana e nas localidades rurais, 1 ou 2 vezes por semana.

A quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos e tratados no concelho aumentou significativamente entre 1998 e 2010, tendo-se verificado um crescimento de cerca de 42%. De 2010 a 2013 verificou-se uma diminuição na produção de resíduos associada, sobretudo, ao contexto económico vivido naquele período (crise económica) e, de 2014 até 2017, a quantidade de resíduos tem tido um crescimento gradual, na ordem dos 5%.

A gestão da recolha seletiva (colocação, distribuição e recolha de ecopontos) dos resíduos recicláveis é da competência e responsabilidade da Valorlis.

Os resíduos recicláveis são colocados pelo cidadão nos ecopontos, sendo que, em 2016, existia uma média de 323 habitantes por ecoponto e foi recolhido o total de 1407 toneladas.

No final de 2016, existiam cerca de 166 pilhões distribuídos por todo o concelho e cerca de 41 pontos de recolha de óleos alimentares usados.

Para a recolha dos resíduos que carecem de tratamento específico, como os produzidos pelas indústrias, mas também pelos hospitais ou até mesmo nos procedimentos agrícolas, como por exemplo o uso dos pesticidas, existem em Pombal 12 operadores/empresas distribuídas por 7 freguesias.

Antes de 2013, as lamas produzidas nas ETAR eram todas encaminhadas para a ETAR de Pombal, sendo que, em 2013, entrou em funcionamento a ETAR do Lourçal, em 2014, a ETAR da Guia e em 2016, a de Almagreira.

4.4 Ocupação do Território

D01 – Solo Rural

D02 – Solo Urbano

D03 – Reserva Agrícola Nacional

D04 – Reserva Ecológica Nacional

D05 – Património

D06 – Aglomerados Urbanos (taxa de ocupação)

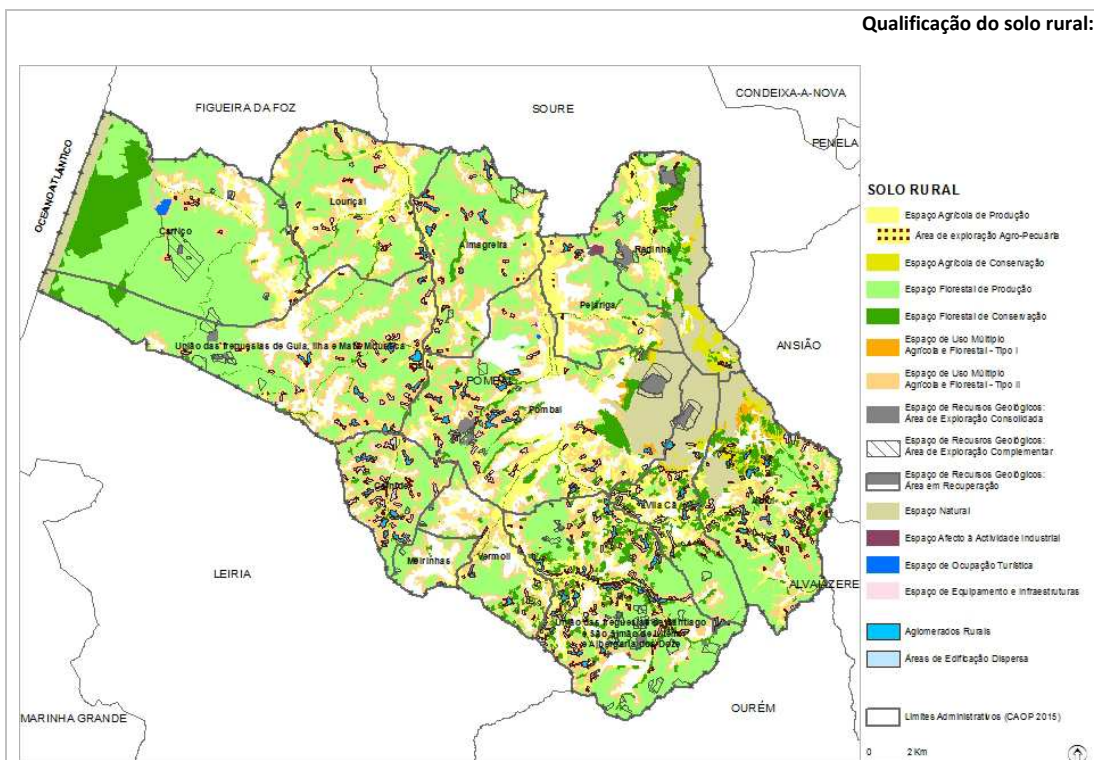
D07 – Espaço de Atividades Económicas (taxa de ocupação)

D08 – P.M.O.T. em vigor

D 01 Solo Rural

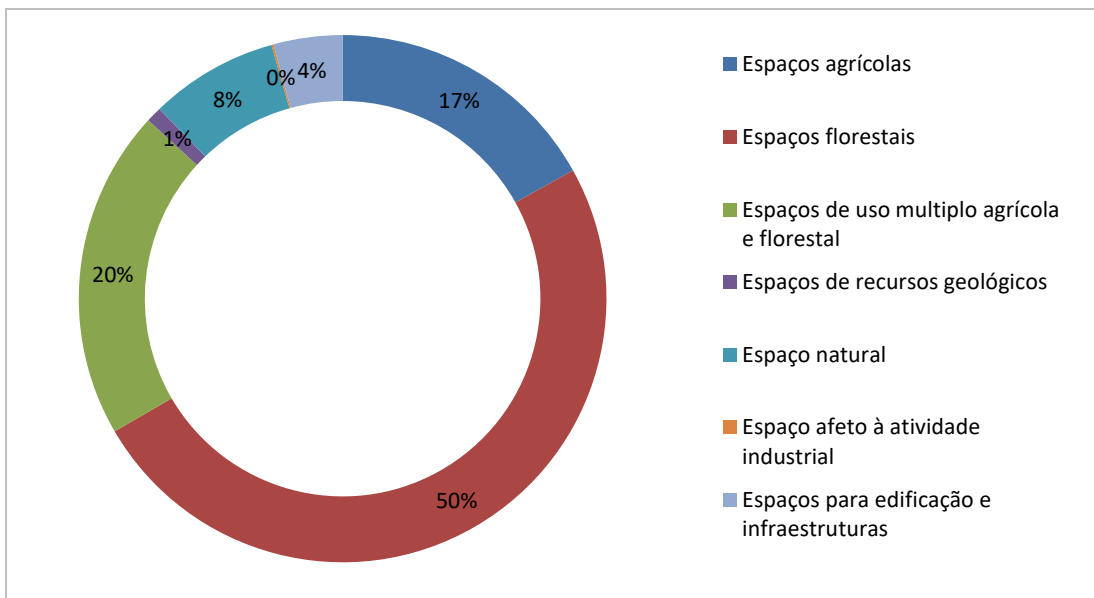
Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



Qualificação do Solo Rural	Área (ha)	% de superfície
Espaço agrícola de produção	8557	13,7
Espaço agrícola de conservação	668,9	1,1
Espaço florestal de produção	22 083,1	35,3
Espaço florestal de conservação	5 158,1	8,2
Espaço de uso múltiplo agrícola e florestal (tipo I)	186,2	0,3
Espaço de uso múltiplo agrícola e florestal (tipo II)	10 881,7	17,4
Espaço de recursos geológicos: área de exploração consolidada	494,1	0,8
Espaço de recursos geológicos: área de exploração complementar	1 064,8	1,7
Espaço de recursos geológicos: área em recuperação	20,4	0,03
Espaço natural	4 290,1	6,9
Espaço afeto à atividade industrial	40,4	0,1
Espaço de ocupação turística	45,6	0,1
Espaço de equipamentos e infraestruturas	57,1	0,1
Aglomerados rurais	1 041,8	1,7
Áreas de edificação dispersa	1 142,9	1,8
Total Solo Rural (exclui a sub-categoria Espaço de recursos geológicos: área de exploração complementar)	54 667,5	87,3

Ocupação do território



87,3% do território do concelho de Pombal é **solo rural**.

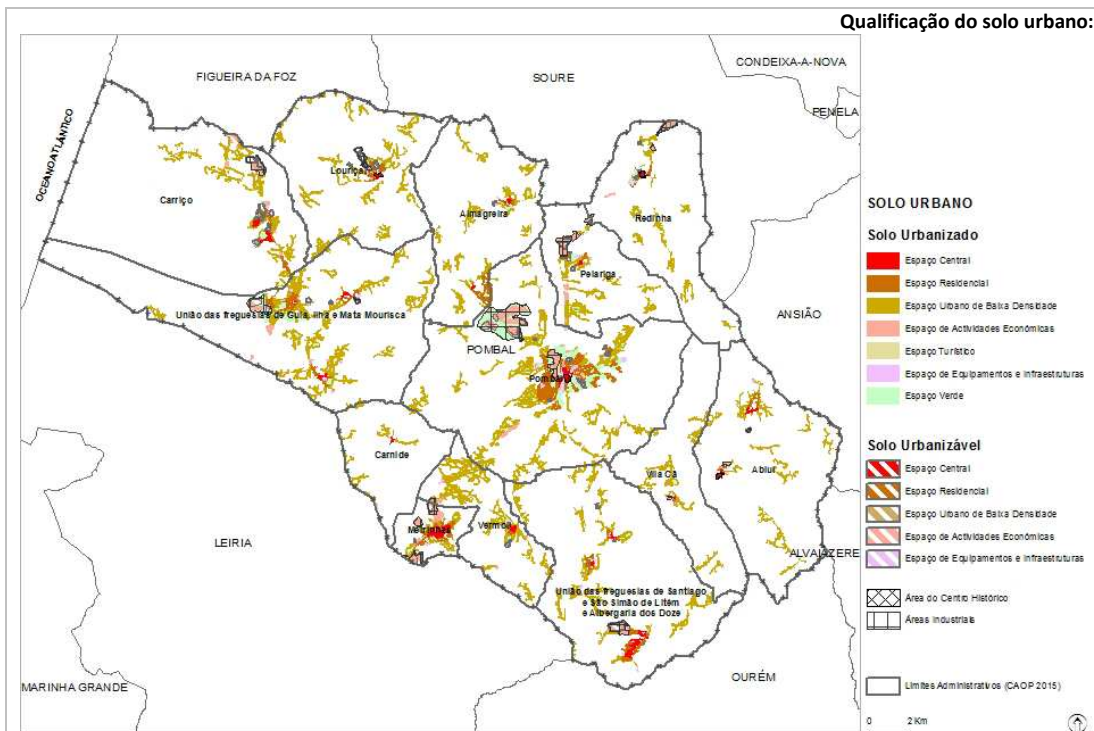
O solo rural é predominantemente composto por espaços florestais com 50%, seguido de 20% de espaços de uso múltiplo agrícola e florestal, e de espaços agrícolas com 17%, perfazendo um total de **87% do território rural com ocupação florestal e/ou agrícola**.

O espaço natural situado na serra da Sicó representa 8% do solo rural.

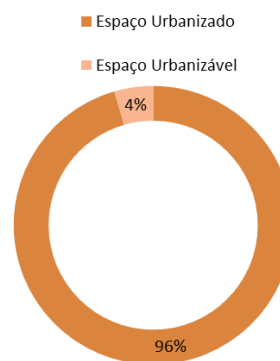
D 02 Solo Urbano

Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



Qualificação do Solo Urbano	Área (ha)	% de Superfície
Espaço Urbanizado	7576,5	12,1
Espaço central	243,6	0,4
Espaço residencial	788	1,3
Espaço urbano de baixa densidade	5117,7	8,2
Espaço de actividades económicas	508,2	0,8
Espaço turístico	2,1	0,003
Espaço de equipamentos e infraestruturas	177,9	0,3
Espaço verde	739,1	1,2
Espaço Urbanizável	356,3	0,6
Espaço central	1,2	0,002
Espaço residencial	47,7	0,1
Espaço urbano de baixa densidade	25,4	0,041
Espaço de actividades económicas	258,3	0,4
Espaço de equipamentos e infraestruturas	23,7	0,038
Total Solo Urbano	7932,8	12,7



12,7% do território do concelho de Pombal é **solo urbano**.

96% do solo urbano é **solo urbanizado**.

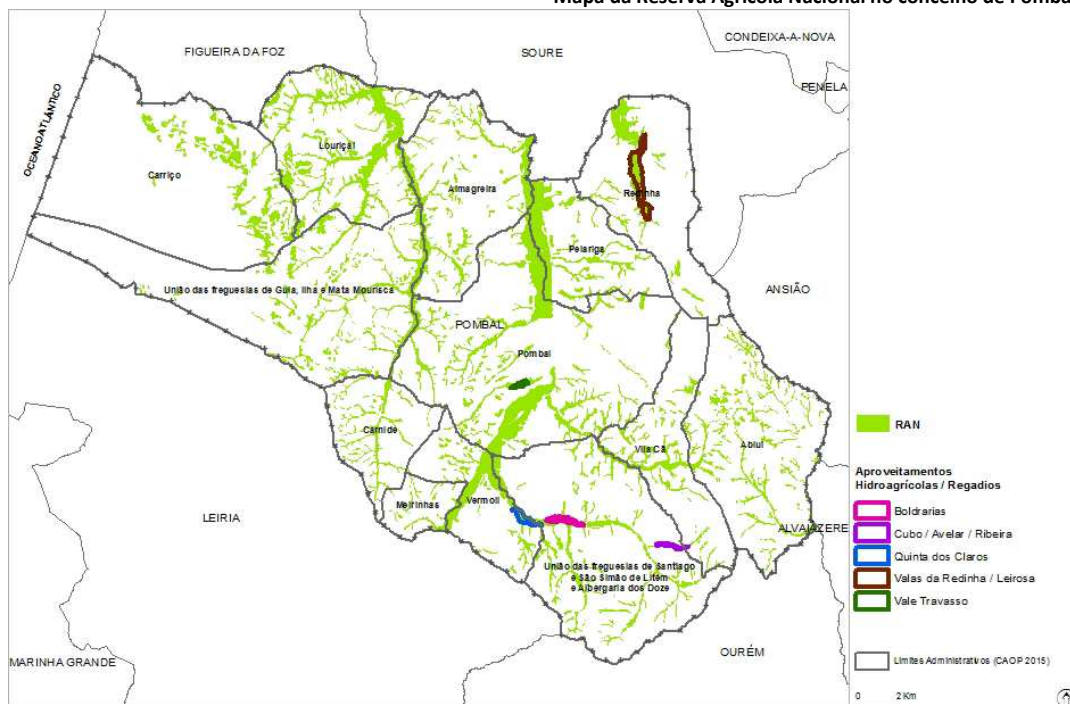
Ocupação do território

D 03 Reserva Agrícola Nacional

Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência

Mapa da Reserva Agrícola Nacional no concelho de Pombal:



RAN (1991)		RAN Corrigida DRABL (2005)		Delimitação da RAN (2014)	
Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
9058,9	14,47	8845,5	14,13	9098,3	14,53

Delimitação da RAN 2014 (RAN Bruta)		Proposta de exclusão de Áreas de RAN		RAN (2014) em vigor	
Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
9098,3	14,5	161,1	0,3	8937,2	14,3

14,3 % da área do território concelhio encontra-se integrada em **RAN**.

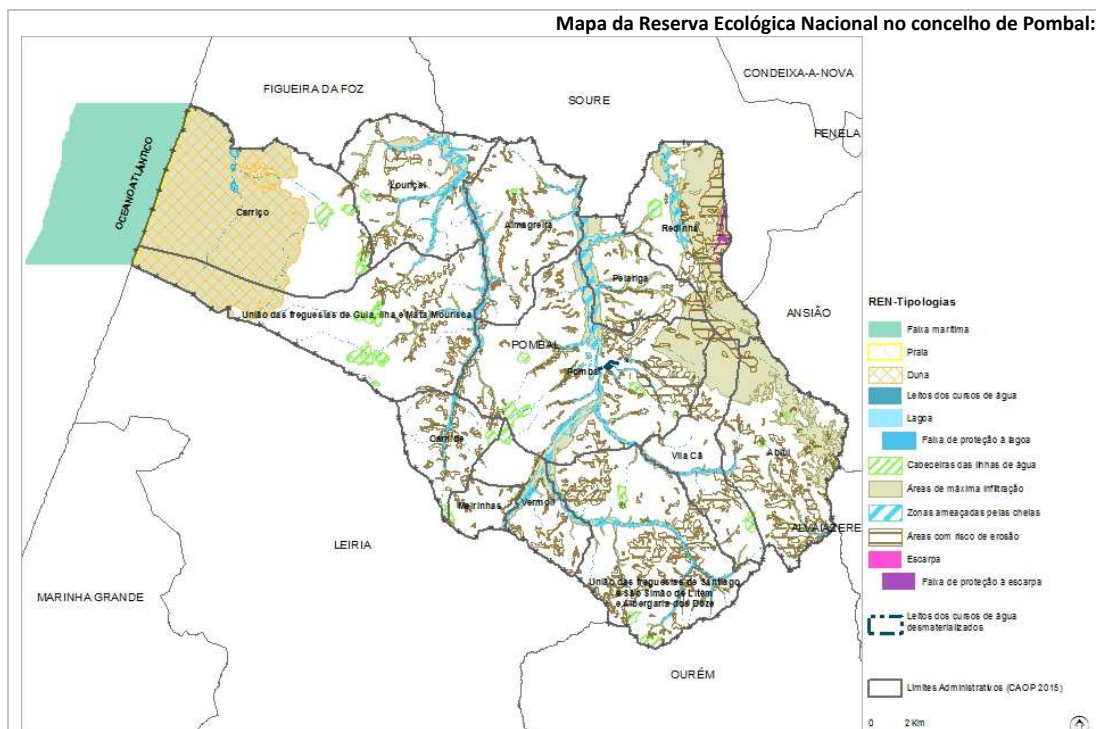
2015 - 4 706,21m² de área com autorização para **utilização não agrícola**
2016 - 6977,91m² de área com autorização para **utilização não agrícola**
2017 - 22871,34m² de área com autorização para **utilização não agrícola**
Total ≈ 3,5ha (0,039% da área total ocupada por RAN)

Ocupação do território

D 04 Reserva Ecológica Nacional

Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: DUPRU

Tendência



Tipologia	REN (1996) (ha)	REN (2014) Bruta (ha)	REN (2015)* Em vigor (ha)
Faixa marítima	5240,3	5361,1	5361,1
Praia	216,7	58,6	58,6
Duna	6916,6	7041,8	7006,9
Leitos e margens dos cursos de água (As margens não integravam a REN)	-	822,1	822,1
Albufeiras, margens e faixa de proteção	30,7	-	-
Lagoas, margens e faixa de proteção	17,8	41,4	41,4
Cabeceiras das linhas de água	2595,8	1060,9	994,5
Áreas de máxima infiltração	7092,6	16362,5	16166,9
Zonas ameaçadas pelas cheias	4124,7	2482	2458
Áreas com risco de erosão	6298,6	5945,4	5933,9
Escarpas e faixas de proteção	-	59,4	59,4
Somatório da área ocupada pelas tipologias (ha)	32530,7	27970,8	27682,4
Área Tipologias / Superfície concelho (%)	43,6	36,2	35,7

*Foram excluídos 288,39ha

Excluindo a tipologia faixa marítima, observa-se que na REN anterior 43,6% da superfície concelhia se encontra sujeita a esta restrição de utilidade pública, valor superior aos 35,7% obtidos na nova REN em vigor.

35,7 % da área do território concelho encontra-se integrada em REN.

2016 – 61 144,18m² de área com comunicação prévia favorável

2017 – 28 595,25m² de área com comunicação prévia favorável

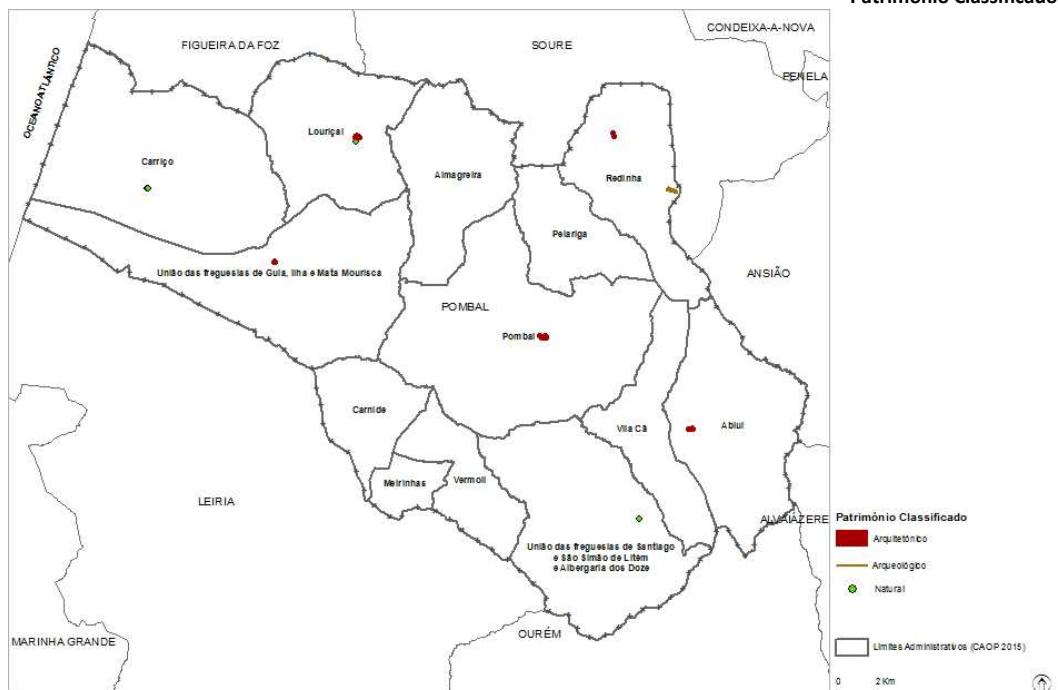
Total ≈ 9ha (0,018% da área total ocupada por REN)

Ocupação do território

D 05 Património

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



Património Arquitectónico Classificado

Classificação	Designação	Freguesia
Monumento Nacional	Igreja do Convento do Lourçal / Igreja do Santíssimo Sacramento	Lourçal
	Torre do Relógio Velho	Pombal
	Castelo de Pombal	Pombal
Interesse Público	Arco Manuelino	Abiúl
	Pelourinho do Lourçal (Cruzeiro do Lourçal)	Lourçal
	Capela da Misericórdia do Lourçal (e Casa do Despacho / Hospital da Misericórdia)	Lourçal
	Ermida de Nossa Senhora da Guia	Guia
	Pelourinho de Pombal (encontra-se atualmente em fragmentos)	Pombal
	Celeiro do Marquês de Pombal (antigo) (ou "Celeiro da Quinta da Gramela")	Pombal
	Pelourinho de Redinha	Redinha
	Igreja de Nossa Senhora da Conceição / Matriz de Redinha	Redinha
	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves	Abiúl
Casa Arte Nova	Pombal	
Igreja de São Tiago, Matriz do Lourçal	Lourçal	

Património Arqueológico Classificado

Classificação	Designação	Freguesia
Interesse Municipal	Abrigo com Gravuras Rupestres no Vale do Poio Novo	Redinha

Património Natural Classificado

Classificação	Designação	Freguesia
Árvores de Interesse Público	Pinheiro Bravo	Carrigo
	Pinheiro Bravo	Carrigo
	Plátano	Lourçal
	Carvalho-cerquinho; Carvahó-português	Santiago de Litém

Ocupação do território

3 imóveis classificados como **Monumento Nacional**
11 imóveis classificados como **Interesse Público**
1 abrigo classificado como **Interesse Municipal**
4 Árvores de Interesse Municipal

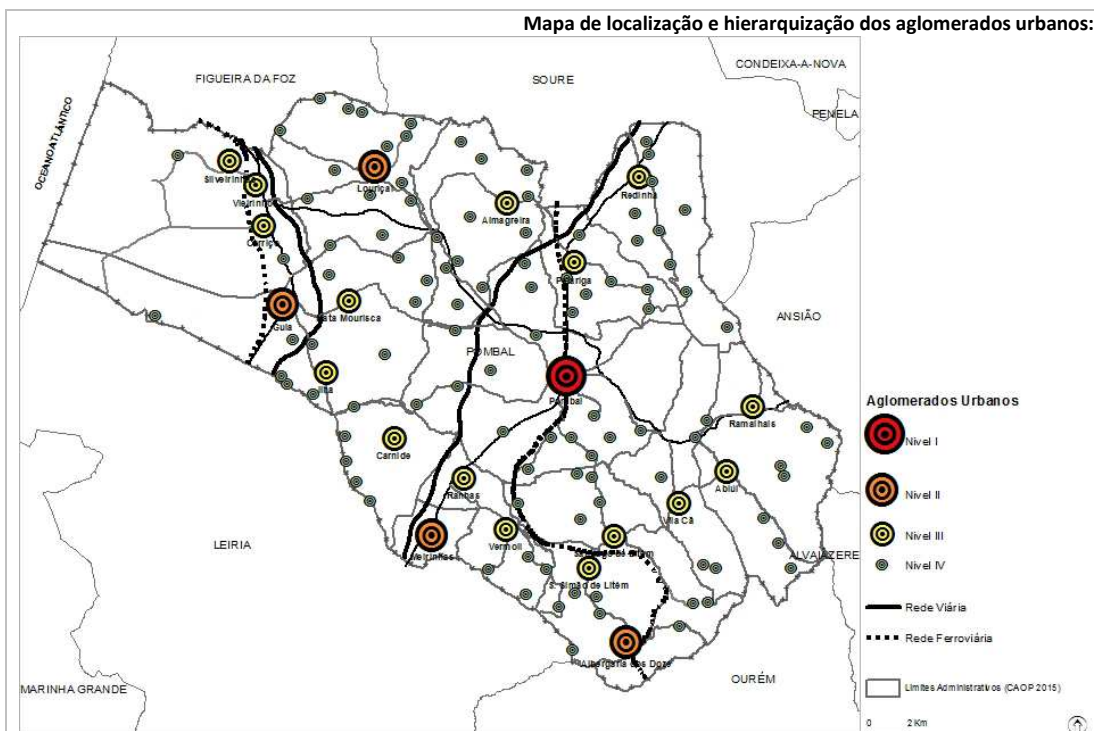
Na 1.ª revisão do PDM encontram-se ainda identificados:

- 133 Imóveis como património arquitectónico referenciado; 110 sítios arqueológicos referenciados; 1 jazida como património paleontológico referenciado; 4 elementos arbóreos como património natural referenciado.

D 06 Aglomerados Urbanos (taxa de ocupação)

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal / DUPRU

Tendência



Nível I – Pombal;

Nível II – Albergaria dos Doze, Guia, Lourçal, e Meirinhas;

Nível III – Abiúl, Almagreira, Carrido, Carnide, Ilha, Mata Mourisca, Pelariga, Redinha; Santiago de Litém, São Simão de Litém, Vermoil, Vila Cã, Ranhas, Ramalhais, Assanha da Paz/Barros da Paz, Silveirinhas, Vieirinhos e Marinha da Guia / Caxaria / Vale de Leside;

Nível IV – Restantes aglomerados urbanos não incluídos nos níveis anteriores.

	Taxa de Ocupação
2017	67,03%
2015	66,71%
PDM 2014	66,63%
PDM 1995	61,20%

A 1ª Revisão do PDM teve como principal objectivo, potenciar a consolidação em detrimento da dispersão. Neste sentido, e conforme explicito no quadro anterior, a nova delimitação dos aglomerados urbanos originou aglomerados mais consolidados conferindo-lhes também, sempre que possível uma malha urbana nuclear.

Após 3 anos e 8 meses da entrada em vigência da 1ª Revisão do PDM, a taxa de ocupação dos aglomerados urbanos aumentou em cerca de 0,4%.

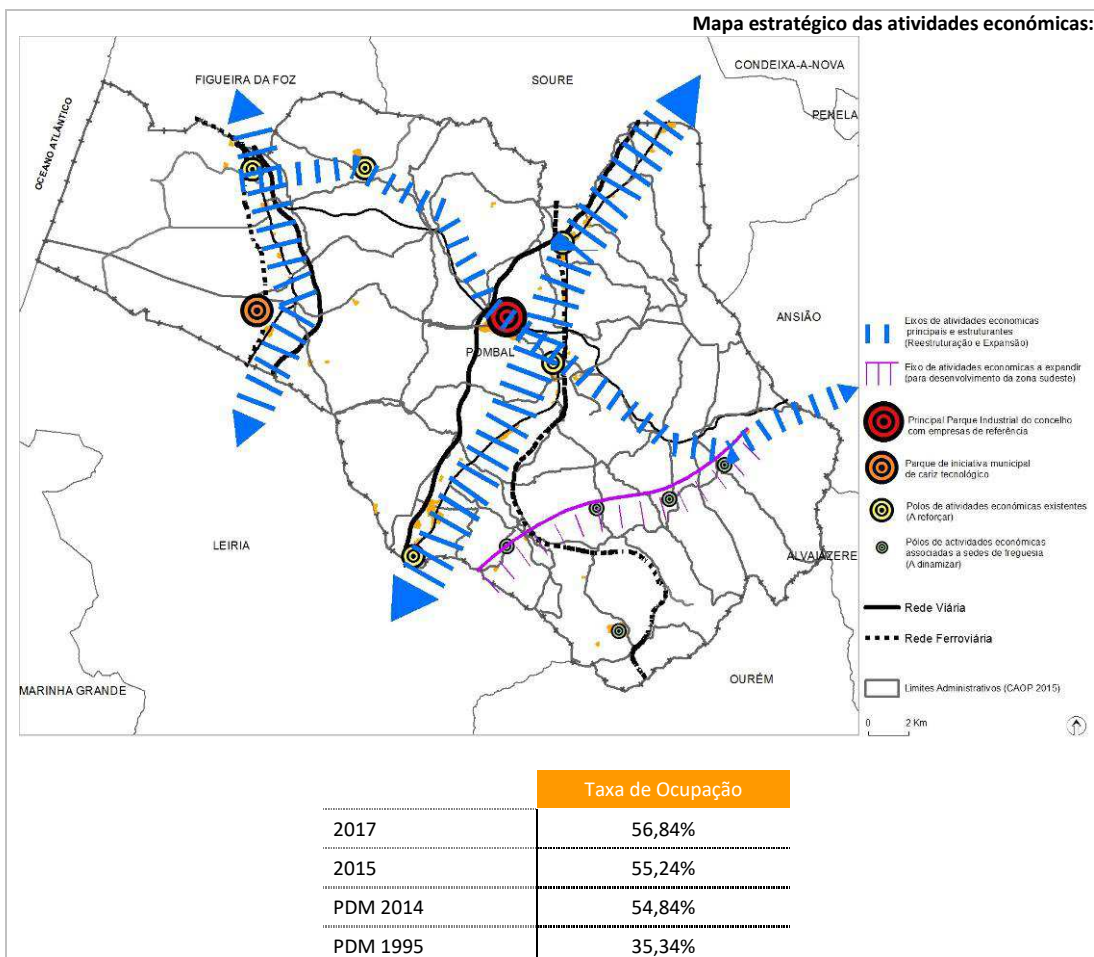
Taxa de Ocupação de 67,03%

Ocupação do território

D 07 Espaço de Atividades Económicas (taxa de ocupação)

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



Considerando que um dos principais objetivos da proposta de Revisão do PDM consiste em *tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico*, decorrente da posição geo-estratégica do concelho e das excelentes acessibilidades de que dispõe, a criação de condições para a fixação das atividades económicas representa uma das principais apostas do plano, quer pela importância que estas já assumem na estrutura produtiva do concelho, quer pelo desenvolvimento económico que potenciam, favorecendo a criação de emprego e combatendo a desertificação.

Neste contexto, a estratégia delineada no que concerne aos eixos e pólos de atividades económicas a considerar, face ao existente e às tendências de desenvolvimento futuro, encontra-se ilustrado no mapa.

Registou-se um **aumento considerável de 2,0%** da taxa de ocupação, o que revela um crescimento de novas atividades económicas.

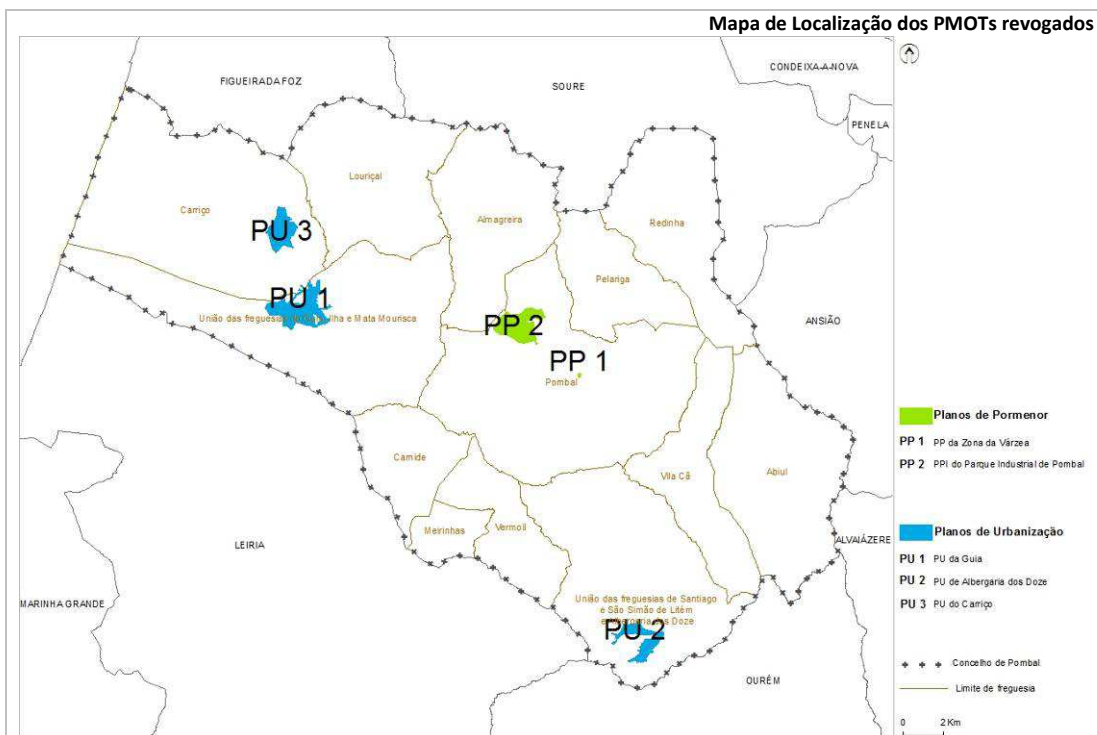
Taxa de Ocupação de 56,84%

Ocupação do território

D 08 P.M.O.T. em vigor

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte:

Tendência



PMOT	Publicação de revogação
PU de Albergaria do Doze	Aviso n.º 7318/2016, de 8 de junho
PU do Carricho	Aviso n.º 6937/2016, de 1 de junho
PU da Guia	Aviso n.º 7035/2016, de 2 de junho
P.P. Várzea	Aviso n.º 2873/2016, de 3 de março
P.P. Integrado do Parque Industrial de Pombal	Aviso n.º 9121/2016, de 21 de julho

- Não existem PMOT's em vigor no território concelhio

Ocupação do território

4.5 Edificação e Gestão Urbanística

E01 – Edifícios

E02 – Alojamentos

E03 – Loteamentos

E04 – Informações Prévias

E05 – Licenciamentos / Comunicações Prévias

E 01 Edifícios

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Décénio
Fonte: INE

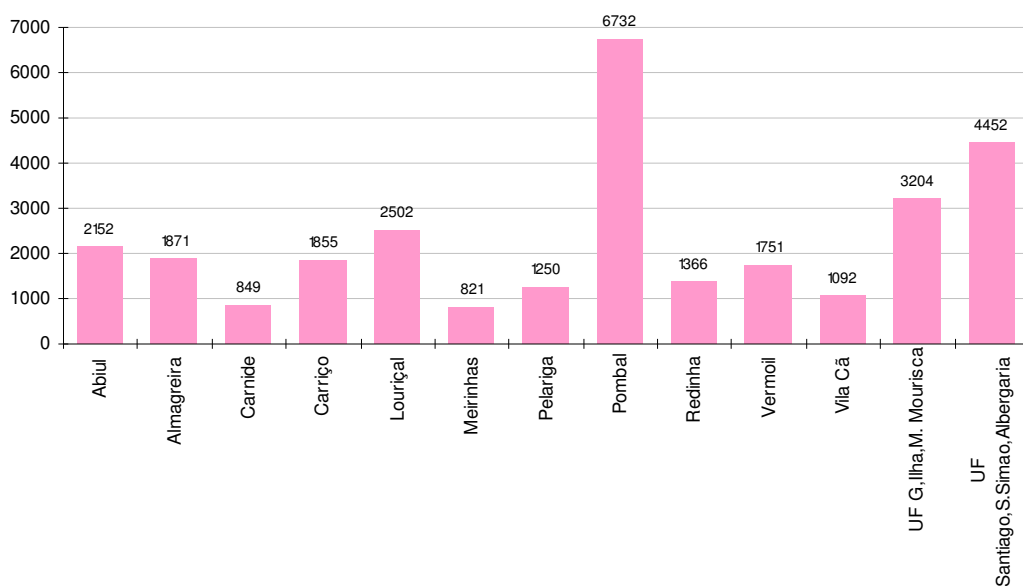
Tendência



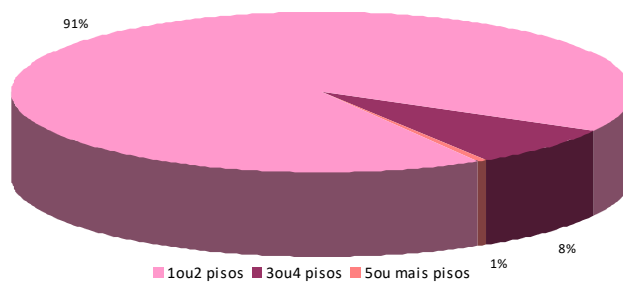
N.º edifícios por unidade territorial, 2011 e 2016 (Dados preliminares) INE

	2011	2016
Região Centro	1111952	1125834
Pinhal Litoral/Região de Leiria	109618	135199
Concelho de Pombal	29897	30454

N.º de edifícios por freguesia, 2011



Edifícios por n.º de pisos, 2011



Em termos do número de edifícios, existiam no concelho de Pombal, em 2011, cerca de 29 897 edifícios, quantitativo que representa um acréscimo de 10,9% relativamente aos 26 954 edifícios recenseados em 2001.

Do ponto de vista da função do edificado, constata-se que a maioria dos edifícios do concelho se encontram destinados a fins exclusivamente residenciais (96% do total), predominando a tipologia apoiada num único alojamento por unidade edificada (95%).

Em relação ao número de pisos, verificamos que, em 2011 cerca de 91% dos edifícios tinham apenas um ou dois pisos. Os edifícios com três ou mais pavimentos apresentam uma representatividade muito fraca no universo dos edifícios, sendo o valor dessa representatividade de cerca de 8%. Geograficamente estes edifícios encontram-se essencialmente na cidade de Pombal e em algumas sedes de freguesia, sendo representativos do tipo de povoamento existente no concelho, difuso, marcado pela dispersão alinhada em torno das vias de comunicação e pela respetiva inserção em espaços de características rurais/ semi-urbanas.

A época de 70 apresenta-se como aquela que registou o maior índice de construção, com um total de 5864 edifícios construídos, sendo que a partir desse momento este índice tem vindo a registar uma sucessiva tendência decrescente, registando-se apenas 3485 novos edifícios no ultimo decénio, no concelho de Pombal.

Em termos da evolução registada por freguesia podemos identificar três grupos de freguesias com dinâmicas diferenciadas, a saber: Abiúl, União das Freguesias de Santiago e São Simão e de Litém e Albergaria dos Doze e Vila Cã que registam um pico de construção entre 1946 e 1970; as freguesias de Carnide e Ilha (CAOP 2012.1) que viram o seu parque habitacional aumentar exponencialmente na década de 80; e as restantes freguesias nas quais o pico da construção do seu edificado ocorreu na década de 70.

Intrinsecamente relacionada com a época de construção do edificado e com o seu número de pisos, a estrutura da construção no concelho de Pombal, caracteriza-se por 42 % de edifícios apresentarem uma estrutura em betão armado, 40% em alvenaria com placa, paredes em alvenaria argamassa sem placa representam 12 % do total de construções. As paredes de adobe, taipa ou alvenaria de pedra solta, são observáveis em 1 557 edifícios (5%) e os restantes tipos de estrutura de construção assumem um peso relativamente residual de 0,5%.

No ano 2016, e de acordo com os dados preliminares publicados pelo INE, existiam no concelho de Pombal 30454 edifícios, aos quais corresponde um aumento de 557 edifícios face aos registados aquando da realização dos Censos 2011.

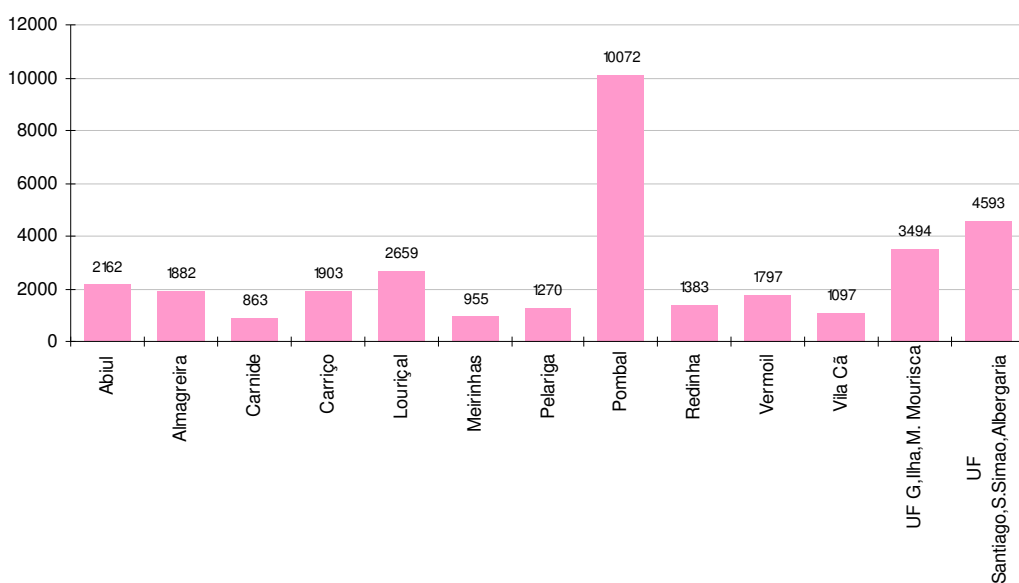
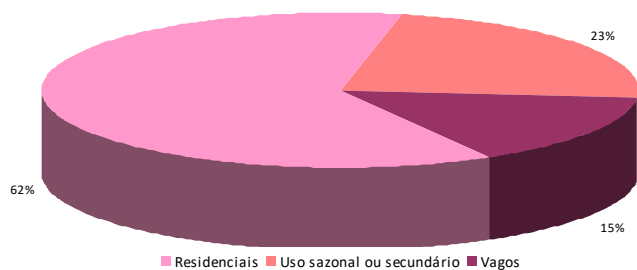
E 02 Alojamentos

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Décénio
Fonte: INE

Tendência


N.º alojamentos por unidade territorial, 2011 e 2016 (Dados preliminares) INE

	2011	2016
Região Centro	1448644	1464094
Pinhal Litoral/Região de Leiria	144921	172461
Concelho de Pombal	34130	34662

N.º de alojamentos por freguesia, 2011

Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos 2011

Evolução da população residente e sua relação com o número de alojamentos em 2001 e 2011

Variável	2001	2011	Variação(%)
População residente	56299	55217	-1,92%
Edifícios	26954	29897	10,92%
Alojamentos	30130	34130	13,3%
Famílias	23059	21260	-7,80%
Alojamentos/ edifício	1,1	1,1	0,00%
Alojamentos/ família	1,3	1,6	23,08%

A evolução do número de alojamentos no concelho de Pombal entre 2001 e 2011 corporizou um acréscimo de 13%, correspondendo em 2011 a um efetivo de 34130 alojamentos, e segundo dados preliminares do INE, a um efetivo de 34662 em 2016, que apresentam uma distribuição espacial muito díspar, com a freguesia de Pombal a registar um maior número de alojamentos, superior a 10000, face às restantes freguesias que registam valores inferiores a 2700 alojamentos. Esta discrepância é justificada pelo facto de Pombal ser a cidade sede de concelho com uma elevada densidade populacional, com um parque habitacional densificado, com alojamentos com mais de 2 pisos, assumindo características marcadamente urbanas.

No que respeita à forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos, o concelho apresenta uma taxa de ocupação permanente do parque residencial⁵ de 61,6%.

O parque habitacional tomado na sua totalidade (alojamentos clássicos, não clássicos e coletivos) revela-se cada vez mais excedentário face ao número de famílias residentes, com um incremento de 23%, sendo em 2011 de 1,6 alojamentos por família. Se em 2001 verificávamos que freguesias como o Carriço, apresentavam vetores da oferta e da procura ajustados, na qual o parque habitacional era equivalente ao número de famílias, ou seja, apenas existia um alojamento para família, atualmente todas as freguesias apresentam um excedente de alojamentos, com destaque para a União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, que denotam dificuldade na fixação de novas famílias e na ocupação de alojamentos já existentes, apresentando um rácio de 2,2 alojamentos por família.

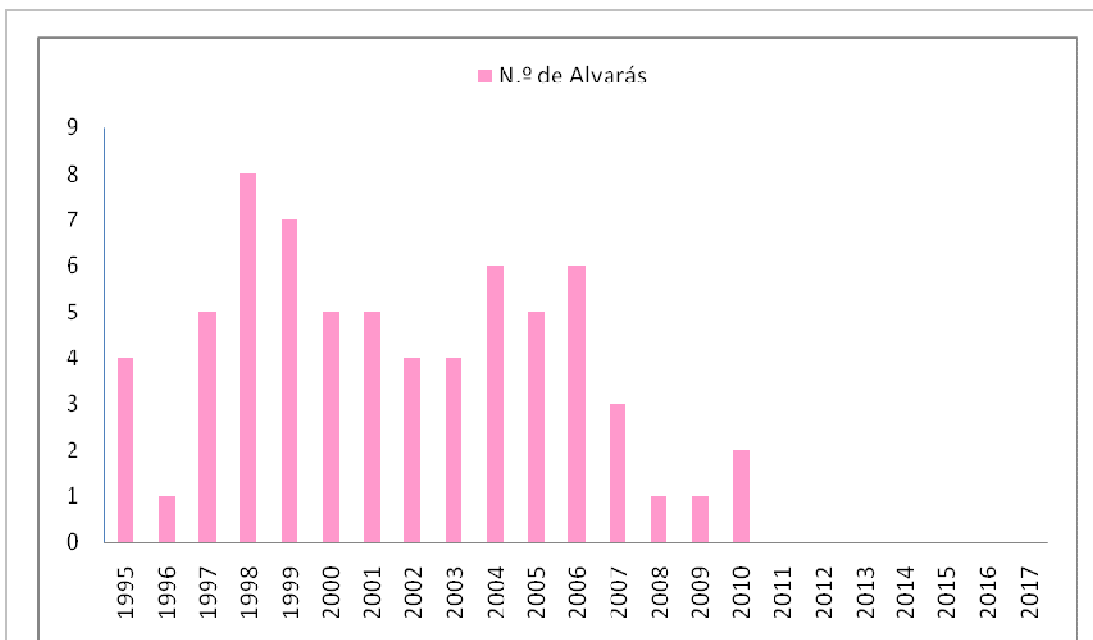
Em termos de distribuição dos alojamentos pelo edificado existente, e tendo em conta a relação entre estas duas variáveis, podemos afirmar que, a maior parte da população do concelho de Pombal residia, em 2011, em edifícios com um único alojamento de natureza clássica, aspeto que, conforme tem vindo a ser referido, reflete diretamente a matriz de povoamento e o padrão residencial dominantes. Pese embora, o padrão residencial ter sido marcado por um aumento da proporção de famílias residentes em edifícios de natureza plurifamiliar, em resultado do crescimento do aglomerado urbano de Pombal, de algumas áreas envolventes e de algumas sedes de freguesia, situação que assume reflexos quer ao nível do sistema de povoamento e da distribuição espacial da população, as unidades geográficas no qual se insere, apresentam valores substancialmente superiores, 15,03% na região centro e 16,72% na NUT Pinhal Litoral, aos apresentados pelo concelho de Pombal o que reflete uma maior concentração populacional.

⁵ Taxa de ocupação permanente do parque residencial = alojamentos familiares clássicos de residência habitual/ total de alojamentos familiares clássicos X 100.

E 03 Loteamentos

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



Relativamente às operações de loteamento verifica-se que entre o ano 1995 e 2014 foram emitidos 65 alvarás de loteamento, cuja função habitacional é o uso dominante, com 42 loteamentos destinados a habitação e 14 mistos. Restando somente 9 loteamentos de perfil industrial, como se pode observar pelo gráfico anterior em que os loteamentos de preponderância habitacional representam cerca de 86% dos loteamentos com alvará emitido.

Conforme o gráfico anterior identificam-se várias dinâmicas, nomeadamente:

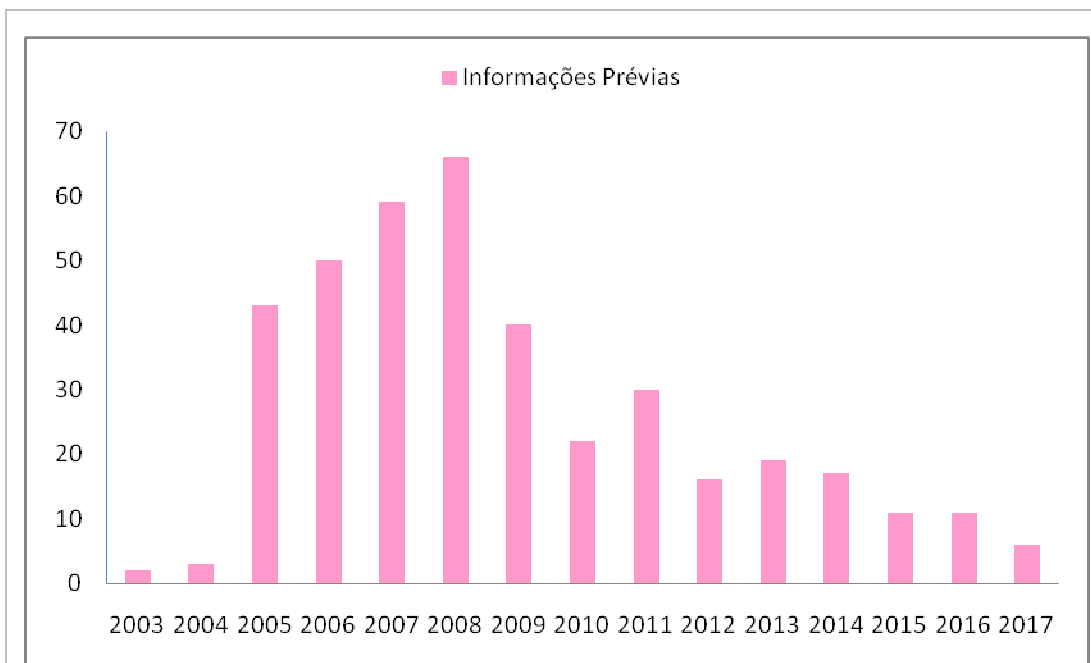
- Um aceleramento do n.º de alvarás emitidos na década de 90, com pico nos anos de 1998 e 1999, existindo uma certa hegemonia na primeira metade da década de 2000, dando lugar a um forte decréscimo após o ano 2006 até 2010.
- Os anos de 1998 e 1999 registaram o maior número de alvarás emitidos em oposição com os anos 1996, 2008 e 2009 com somente 1 alvará emitido.
- Entre os anos 2011 e 2017 não foram emitidos alvarás de loteamento.
- A freguesia de Pombal possui 56,92% dos alvarás emitidos durante a vigência do PDM.

Nenhum alvará de loteamento emitido desde a 1ª revisão do PDM

E 04 Informações Prévias

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



No que respeita aos processos de Informação prévia, verifica-se que entre o mês de outubro de 2003 e o mês de novembro de 2014 deram entrada, na Câmara Municipal de Pombal, 367 processos.

Conforme o gráfico anterior, verifica-se que em 2008 foi o ano que deram entrada mais pedidos de informação prévia (66), porém após 2008, tem vindo a observar-se um decréscimo.

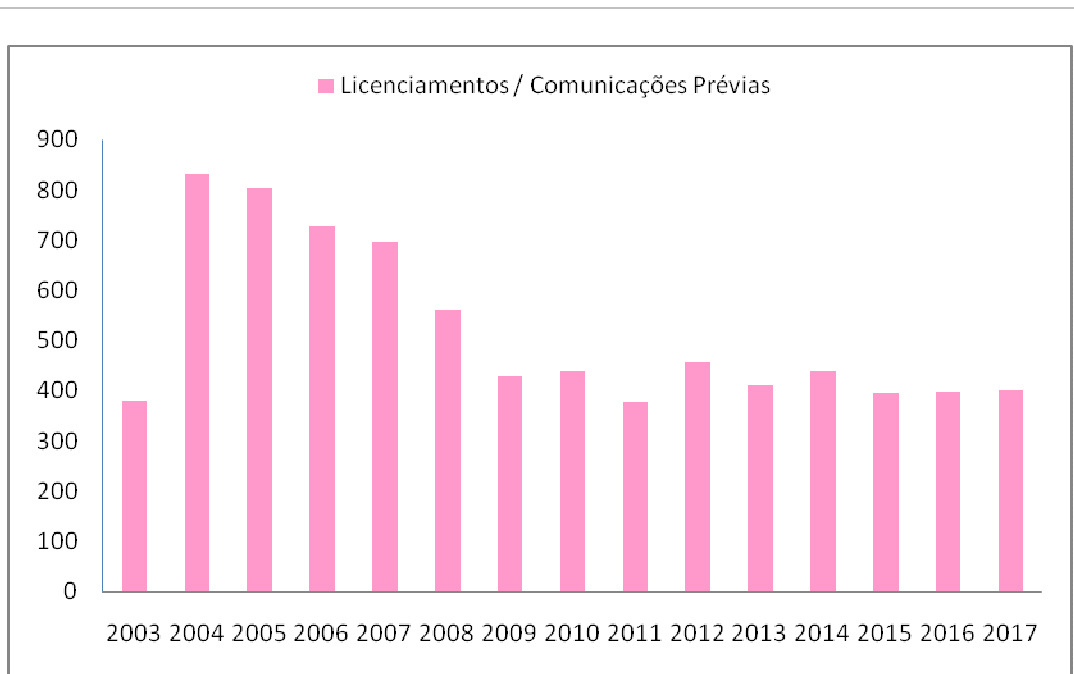
Durante o ano 2016, deram entrada 11 pedidos de informação prévia, já durante o ano de 2017 deram entrada 6 processos.

17 processos de Informação Prévia durante os anos de 2016 e 2017

E 05 Licenciamentos / Comunicações prévias

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



Relativamente aos processos de licenciamentos de obras particulares, verifica-se que entre o mês de julho de 2003 e o mês de novembro de 2014 deram entrada na Câmara Municipal de Pombal 6528 processos de licenciamento.

- Conforme o gráfico anterior é possível verificar que no concelho de Pombal, em termos globais os anos 2004 e 2005 se destacam com maior número de processo de obras particulares, (832 e 811 respectivamente), no entanto após estes anos verifica-se um decréscimo do ritmo de processos entrados na Câmara Municipal de Pombal.

Porém, denota-se um ligeiro crescimento a partir do ano de 2015, conforme visível no quadro seguinte:

	N.º processos
2017	414
2016	398
2015	394
2014	439

Ligeiro aumento do n.º de processo durante os anos de 2016 e 2017

5. Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito Nacional e Regional e outros documentos de âmbito municipal

O presente relatório tem como principal objetivo, o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial de âmbito local, no entanto, identificam-se também outros instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e/ou regional com incidência neste território municipal, bem como diversos outros Planos e documentos, que confluem para a definição das estratégias municipais de desenvolvimento do Ordenamento do Território concelhio, nomeadamente os seguintes:

Instrumentos de referência nacional:

- PN POT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- PNA - Plano Nacional da Água
- PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo
- PEND Rural - Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural
- PRN - Plano Rodoviário Nacional
- ENEAPAI - Estratégia Nacional para Efluentes Agropecuários e Agro Industriais
- ENCNB - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade

Instrumentos de referência setorial:

- Plano Setorial da Rede Natura 2000
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021- Vouga, Mondego e Lis
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021- Tejo e Ribeiras do Oeste
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (em revisão)

Instrumentos de referência especial:

- POC – Programa da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande

Instrumentos de referência regional:

- PROT-C - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (proposta)
- PROF-CL - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (em revisão)

Instrumentos de referência municipal:

- Plano Municipal de Emergência;

- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2018-2022)
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU;
- Agenda 21 Local de Pombal;
- Carta Educativa - Plano Municipal de Educação | 1.ª Revisão;
- Plano Municipal de Transparência;
- Plano Municipal e Plano Local de Acessibilidade;
- Plano Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos - PARERSU 2020;
- Área de Reabilitação Urbana da zona central da cidade de Pombal - ARU.

6. Planos Municipais de Ordenamento do Território de Âmbito Municipal

Atualmente o único Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) em vigor no concelho de Pombal é o Plano Diretor Municipal.

Após a entrada em vigor da 1.ª revisão do PDM, nos termos do artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, foram revogados os restantes PMOT existentes:

- Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze, revogado pelo Aviso n.º 7318/2016, de 8 de junho;
- Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço, revogado pelo Aviso n.º 6937/2016, de 1 de junho;
- Plano de Urbanização da Área Urbana da Guia, revogado pelo Aviso n.º 7035/2016, de 2 de junho;
- Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal, revogado pelo Aviso n.º 9121/2016, de 21 de julho;
- Plano de Pormenor da Zona da Várzea, revogado pelo Aviso n.º 2873/2016, de 3 de março.

Plano Diretor Municipal de Pombal

A 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, foi publicada no Aviso n.º 4945/2014, do Diário da República, 2.ª série, n.º 71, de 10 de abril de 2014, tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Durante o seu período de vigência, o Plano foi alvo de uma retificação e de uma correção material, publicadas através da Declaração n.º 77/2015, de 20 de abril, e da Declaração n.º 86/2015, de 24 de abril, respetivamente.

Foi ainda objeto de uma suspensão parcial, publicada pelo Aviso n.º 5299/2017, de 12 de maio, e de uma alteração por adaptação, publicada pelo Aviso n.º 15 686/2017, de 29 de dezembro.

O Plano Diretor Municipal de Pombal procura regular a ocupação, uso e transformação do solo na sua área de abrangência, a qual se encontra delimitada na Planta de Ordenamento, à escala 1/25000.

Paralelamente ao processo de revisão do PDM procedeu-se também à revisão da Reserva Ecológica Nacional no concelho de Pombal, tendo a aprovação da mesma completado o processo de revisão do PDM.

A REN, para o concelho de Pombal, foi publicada com a Portaria n.º 38/2015, de 17 de fevereiro, tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Estratégia e Objetivos

O Plano assume como estratégia dinamizar, de forma sustentada, os pilares de desenvolvimento do concelho de Pombal, aliando a história à modernidade, a preservação dos recursos naturais à promoção turística e à competitividade económica, por forma a melhorar equitativamente a qualidade de vida da população.

São objetivos do Plano:

- a) Tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico;
- b) Assumir Pombal como um destino do turismo de natureza;
- c) Valorizar de forma integrada os recursos naturais;
- d) Melhorar a qualidade de vida da população.

Baseado nos objetivos, o Plano propõe o desenvolvimento municipal assente em quatro vetores estratégicos, que partem de um objetivo geral coeso e se desdobram em linhas de orientação estratégica, consideradas prioritárias no quadro de ordenamento do concelho:

- a. Valorização do território e dos recursos naturais:
 - i) Ordenar o solo rural;
 - ii) Planear, transformar e gerir o solo urbano;
 - iii) Preservar e valorizar o património cultural e natural;
 - iv) Prevenir e minimizar riscos.
- b. Potenciação da competitividade e pulsação económica:
 - i) Revitalizar o setor agrícola e florestal;
 - ii) Promover e dinamizar a atividade económica;
 - iii) Potenciar o turismo como elemento estruturante.
- c. Equidade, coesão social e desenvolvimento sustentável:
 - i) Implementar políticas de coesão social;
 - ii) Promover a valorização e integração profissional;
 - iii) Otimizar a rede de equipamentos coletivos;

- iv) Potenciar e promover mais mobilidade e acessibilidades;
 - v) Reforçar a qualificação das infraestruturas;
 - vi) Fomentar a sustentabilidade ambiental.
- d. “Co-cooperation” intermunicipal:
- i) Maximizar a posição geo-estratégica do concelho;
 - ii) Impulsionar a coesão territorial.

Monitorização dos objetivos do plano e Avaliação Ambiental

Com o propósito de avaliar o desempenho do Plano Diretor Municipal de Pombal, a monitorização inicia-se com a avaliação dos objetivos do Plano, do programa de ações previstas no mesmo, assim como, dos indicadores de acompanhamento presentes na Avaliação Ambiental Estratégica, visto que após a aprovação do Plano Diretor Municipal, o município de Pombal, enviou à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a Declaração Ambiental decorrente da avaliação ambiental estratégica do referido Plano.

Assim, tendo por base os objetivos do PDM, anteriormente enunciados, e o disposto no Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM, foram identificados os seguintes itens explicativos e de fundamentação, que concorrem para a implementação do sistema de monitorização a implementar.

- Ações a desenvolver, onde, para além dos projetos listados para cada Medida de Atuação existe um vasto conjunto de outros projetos também identificados pelo município, enquadráveis na implementação estratégica do Plano;
- Estabelecimento de prioridades para a implementação de cada ação, consoante a necessidade e a programação do município de implementação da ação em causa;
- Cronograma anual, no horizonte de 10 anos, sendo estimado o período temporal para a implementação da ação em causa;
- Estimativa da verba que o Município pressupõe necessária para a implementação/ desenvolvimento da ação;
- Perspetiva do que poderão/deverão ser as realizações e os investimentos de outros agentes nas diversas ações a desenvolver.

No que concerne à Declaração Ambiental, esta define medidas de controlo em conformidade com o disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, tendo em vista uma adequada monitorização dos efeitos decorrentes do plano.

Neste sentido, a análise aos indicadores de avaliação e monitorização estão presentes na Declaração Ambiental do PDM, que consta em anexo.

Avaliação da Execução do Plano

Para além da avaliação da evolução dos indicadores de monitorização apresentados no ponto anterior e que contribuem para a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos e da eficácia de implementação das políticas definidas pelo PDM, pretende-se, neste ponto, uma abordagem mais pragmática à execução do plano, através da avaliação da execução das ações previstas no Programa de Execução e Plano de Financiamento.

Quadro de projetos e ações estipulados na 1.ª revisão do PDM

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Comparticipação em projetos e obras em pedreiras abandonadas do Concelho														
Implementação da Agenda 21 Local														
Construção e melhoramento de caminhos agrícolas e outros														
Recuperação e Beneficiação de Regadios														
Manutenção de Galerias Ripícolas														
UOPG MEO1 – Meirinhas														
UOPG PEO1 – Pombal														
UOPG AV – Aldeia do Vale														
Reforçar o papel das sedes de freguesia na rede urbana, dotando-as de um conjunto de funções urbanas, equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas públicas														
Implementação do Programa Parcerias para a Regeneração Urbana														
Construção de passeios na CM 1054 (Pombal - Mouriscas)														
Requalificação Urbana de Governos - Vinagres														
Parque Verde da Cidade de Pombal														
Requalificação Urbana de Flandes - Parque Verde e Desportivo														
Espaço Verde na Quinta da Formiga														
Infraestruturação da Zona Industrial das Meirinhas														
Revitalização / Urbanização da Zona Industrial do Lourçal														
Urbanização da Zona Industrial dos Ramalhais de Baixo - Abiúl														
Implementação do PPIPIP														
Requalificação e reestruturação do Centro Histórico da Cidade de Pombal														
Requalificação urbana do centro histórico da Redinha														
Beneficiação e conservação do Castelo de Pombal e Zona Envolvente														
Elaboração do plano de paisagem protegida da Serra de Sicó														
Integração na Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego														
Considerar e estabelecer servidões administrativas para os recursos hidrogeológicos, nomeadamente perímetros de proteção de captações e nascentes														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Definição de perímetros de proteção para todas as captações de abastecimento de água concelhia														
Construção e dinamização do CIMUSICÓ - Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó, no âmbito do turismo sustentável e ecoturismo e dos desportos de montanha														
Cartografar e monitorizar os perigos afetos ao território, definindo a probabilidade de ocorrência e expressão territorial														
Desenvolver estudos e investigação sobre o impacto das ondas de calor e frio na saúde pública, nomeadamente nos grupos de risco														
Elaborar o "Estudo de drenagem de águas pluviais a nascente da cidade de Pombal", associado à criação de uma bacia de retenção e aumento da capacidade de escoamento														
Limpeza e beneficiação das margens do rio Arunca e seus afluentes no Concelho														
Regularização do Rio Arunca entre a IC2 (EN1) e a ETAR de Pombal														
Requalificação das margens do rio Arunca entre a ponte das Barrocas e a ponte da central de Camionagem														
Analisar e avaliar a vulnerabilidade sísmica dos parques industriais, envolvendo a componente estrutural, de máquinas e equipamentos														
Identificar e monitorizar as áreas com maior declive e maior risco de deslizamento, com vista a prevenir e minimizar eventuais danos														
Avaliar e identificar movimentos de vertentes associados à falta de consolidação dos materiais nos taludes das vias que atravessam o concelho														
Sinalizar todas as cavidades naturais existentes na Serra de Sicó evidenciando as suas principais características e o grau de perigosidade a elas associado														
Identificação, avaliação e monitorização das explorações de lignito abandonadas, num quadro de estabilização e contenção, retenção e tratamento de águas e efluentes														
Caracterização geológica, hidrogeoquímica e hidrogeológica das explorações de lignito, visando a implementação de indicadores de controlo ambiental, com a definição de hierarquias de intervenção														
Construção, reparação e beneficiação de pontões e pontes em risco de colapso														
Promover o levantamento e análise dos riscos associados a unidades ou estabelecimentos industriais e comerciais, assim como a rede de gasoduto, visando implementar medidas de proteção e alerta mais eficazes e melhorar a capacidade de intervenção em acidentes com matérias perigosas														
Concretizar faixas de segurança e faixas de descontinuidade de carga combustível de forma a impedir incêndios ou acidentes com repercussões internas														
Implementar programas específicos e ações que visem a realocação de unidades ou estabelecimentos que não ofereçam condições de segurança														
Rever o Plano de Emergência Externo à REN Armazenagem														
Identificação e monitorização dos edifícios em risco de colapso														
Promover a reconstrução e reabilitação de edifícios degradados e em risco de colapso														
Elaborar Planos de Segurança e Emergência para os centros históricos														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto	
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024					
Regulamentar a gestão ativa dos espaços florestais, de modo a aumentar o nível de segurança de pessoas e bens em relação aos incêndios florestais															
Implementação de faixas de gestão de combustível no interface rural/urbano e em torno de perímetros de elementos relevantes expostos, nomeadamente infraestruturas, património e parques e polígonos industriais															
Identificar a rede viária existente, de acordo com o disposto na legislação em vigor, procedendo à sua setorização, maximizando o tempo de resposta, com recurso à ferramenta SIG															
Dar cumprimento ao PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, procedendo, não só à sua revisão anual, como à atualização, quando necessário, da carta de risco de incêndio															
Implementar o Regulamento Municipal de Ordenamento Florestal															
Desenvolvimento de um programa de monitorização ambiental do concelho, através de uma base de indicadores de controlo de qualidade do ambiente															
Delimitação de Zonas de Proteção a Captações de Água															
Definir regras à instalação de aterros de resíduos industriais banais (RIB) e de resíduos sólidos urbanos (RSU)															
Identificação de locais passíveis de deposição e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD)															
Identificação, extinção e recuperação de vazadouros ilegais															
Valorização agrícola do vale do rio Arunca, do Anços e ribeira de Carnide															
Melhorar as acessibilidades às propriedades agrícolas: beneficiação/construção de caminhos rurais															
Emparcelamento da propriedade agrícola															
Elaborar o cadastro da propriedade recorrendo ao parcelário															
Construção/beneficiação de infraestruturas que estruturam e valorizam o espaço florestal															
Constituição de Zonas de Intervenção Florestal															
Impulsionar a reorganização fundiária, tendo como base relevante, as figuras jurídicas “reservas de caça” e “ZIF”															
Promover a elaboração de Planos de Gestão Florestal															
Articular políticas de gestão e ordenamento florestal com políticas energéticas (central de biomassa)															
Criar e executar planos de gestão para as áreas florestais públicas, tomando como base o tipo de gestão florestal praticado na Mata Nacional do Urso, tornando-as modelos a seguir pelos proprietários privados															
Criação de uma estrutura de administração e captação de investimento para os Parques Industriais															
Promover e assegurar o investimento privado na construção da Plataforma Logística de Pombal, no âmbito do CENTROLOGIS – Centro Logístico do Litoral															

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Implementação do Parque Tecnológico de Pombal														
Criação de um pólo empresarial intermunicipal														
Reestruturação dos parques industriais no sentido de acomodar maior diversidade de unidades produtivas														
Construção e dinamização do parque de campismo ecológico da Mata Nacional do Urso, no âmbito do projeto ECOMATUR														
Implementar o projeto de valorização da Praia do Osso da Baleia (PROA), garantindo a manutenção da Bandeira Azul e Praia Acessível														
Criação de um gabinete que crie sinergias entre investidores e a administração local														
Requalificação do Parque de Estacionamento na praia do Osso da Baleia														
Requalificação da casa da Guarda Norte														
Requalificação dos espaços públicos da Aldeia do Vale														
Elaborar um Plano de Promoção Turística que permita articular e promover a programação de eventos, de modo a garantir a calendarização da animação cultural ao longo do ano														
Pombal - Centro Nacional de Atletismo no inverno														
Desenvolvimento do Site "Turismo Mar e Serra"														
Disponibilizar habitação a casais jovens que pretendam fixar-se no concelho														
Reabilitação de edifícios degradados, nos centros históricos, destinados ao mercado de arrendamento a custos controlados														
Beneficiação de Bairros Sociais														
Habitação Social nas Freguesias														
Divulgação mensal da agenda cultural de eventos do município														
Promover em todas as escolas do concelho educação ambiental e programa Ecoescolas														
Criação e disponibilização de ATL e prolongamentos em todas as freguesias do concelho														
Disponibilização de transporte escolar gratuito ou a custos reduzidos														
Elaboração do Plano Municipal para a Juventude														
Constituição de uma "comissão social", em cada freguesia, com o intuito de identificar e apoiar situações de carência social														
Implementação do Plano de Desenvolvimento Social concelhio														
Criação e promoção de "Lojas Solidárias"														
Elaboração do plano de ação para a inclusão social dos imigrantes														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Criação da Loja Social														
Dinamização do PEPAL - Programa de Estágios na Administração Local														
Recuperação de edifícios escolares desativados														
Ampliação do Centro de Saúde de Pombal														
Construção do Centro de Saúde de Almagreira														
Ampliação e Remodelação da Extensão de Saúde da Guia														
Elaboração e Implementação da Carta Desportiva, tendo em consideração uma visão estratégica para a atividade desportiva														
Construção da Nova Piscina de Ar Livre														
Concluir a rede de Gimnodesportivos, com a construção do pavilhão para servir as freguesias de Guia, Mata Mourisca e Ilha														
Beneficiação da Piscina Coberta Municipal														
Beneficiação e Reparação de Pavilhões Gimnodesportivos														
Beneficiação do Polidesportivo e Parque Radical da Zona Desportiva de Pombal														
Beneficiação e Conservação do Estádio Municipal de Pombal														
Requalificação de Campos de Associações Desportivas														
Revisão da Carta Educativa de Pombal, e conseqüente reorganização da rede escolar, em conformidade com o Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar														
Construção, Reparação e Beneficiação de Jardins de Infância														
Beneficiação, Reparação e Conservação de Edifícios Escolares do 1.º Ciclo do ensino básico														
Ampliação e Beneficiação da ETAP														
Centro Escolar das Meirinhas														
Centro Escolar da Ilha														
Centro Escolar da Guia														
Centro Escolar de Santiago de Litém														
Centro Escolar de Vila Cã														
Centro Escolar de Almagreira														
Centro Escolar da Pelariga														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Centro Escolar da Mata Mourisca														
Centro Escolar do Lourçal														
Sede da APRAP – Associação de Pensionistas, Reformados e Aposentados de Pombal														
Construção da Casa de Abrigo														
Núcleo Monográfico Carlos Alberto da Mota Pinto														
Centro Cultural do Lourçal														
Núcleo Etnográfico de Almagreira														
Desenvolver o projeto do Museu Nacional dos Equipamentos dos Bombeiros e do Pinhal e da Resina (Núcleo Sede, Núcleo da Indústria Resineira, Núcleo Arqueológico, Núcleo do Equipamento do Bombeiro e Reservas Museológicas) - Museu Municipal de Pombal														
Construir um Corredor Ecológico Ribeirinho ao longo do rio Arunca, entre Albergaria dos Doze e Almagreira, composto de espaços de lazer, zonas verdes, circuitos de manutenção, ciclovia, campos de jogos, jardins e parques de merendas														
Parque Fluvial do Açude														
Rede de Pistas Cicláveis														
Beneficiação da Biblioteca Municipal														
Beneficiação do Teatro-Cine de Pombal														
Beneficiação do Centro Cultural de Pombal														
Beneficiação do Arquivo Municipal														
Beneficiação do Núcleo Monográfico Marquês de Pombal														
Beneficiação do Núcleo de Arte Popular Portuguesa														
Construção e Beneficiação de Zonas de Lazer e de Recreio														
Construção, Beneficiação e Manutenção de Parques Infantis														
Casa da Juventude														
Criação de uma unidade de formação de âmbito regional, promovido pelos Bombeiros Voluntários de Pombal														
Criação do Centro Municipal de Proteção Civil														
Reparação e Beneficiação do Posto da GNR de Pombal														
Execução de novos edifícios e/ou adaptação de edifícios existentes para serviços da administração central e local, nomeadamente o Serviço de Finanças de Pombal														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Construção, Ampliação e Beneficiação de Cemitérios														
Beneficiação e Reparação do Centro de Recolha Animal														
Elaboração e implementação do Plano Local para a Promoção da Acessibilidade (PLPA), na cidade de Pombal, bem como do Plano Municipal para a Promoção da Acessibilidade														
Plano Local para a Promoção da Acessibilidade														
Plano Municipal para a Promoção da Acessibilidade														
Promover a elaboração de um Plano de Mobilidade e Transportes														
Implementar uma política de gestão eficiente de parques de estacionamento disponíveis														
Rotunda no IC2/EN1 ao km 149,510 de acesso à Zona Industrial da Formiga (antigas Oficinas Municipais)														
Implementar a rota "PombusNight"														
Ampliar o Serviço de Transportes Urbanos da Cidade de Pombal (POMBUS)														
Construção do Parque de estacionamento junto ao Centro de Saúde														
Construção do Parque de Estacionamento do Largo S. Sebastião														
Projeto de Abastecimento de Água integrado a partir da captação da Mata do Urso														
Implementar o sistema de abastecimento de água em alta a partir do aquífero Leirosa-Monte Real (Mata Nacional do Urso).														
Construção da Conduta Adutora entre a Mata do Urso e a Caxaria														
Construção da Conduta Adutora, Est. Elevatória e Reservatórios entre Caxaria e o Parque Industrial Manuel da Mota														
Construção da Estação de Tratamento da Mata do Urso														
Abastecimento de Água à Ranha e Lugares Limítrofes														
Construção dos Reservatórios e Equipamento Eletromecânico nas Ranhas														
Abastecimento de Água ao Travasso-Flandes														
Substituição da Adutora do Ourão														
Emissário da Formiga														
Emissário de Carnide - Ilha - Louriçal														
Emissários do Carriço - Louriçal (E.2, E.2.1, E.2.2 e E.2.2.1)														
Emissário e da nova ETAR da Redinha														

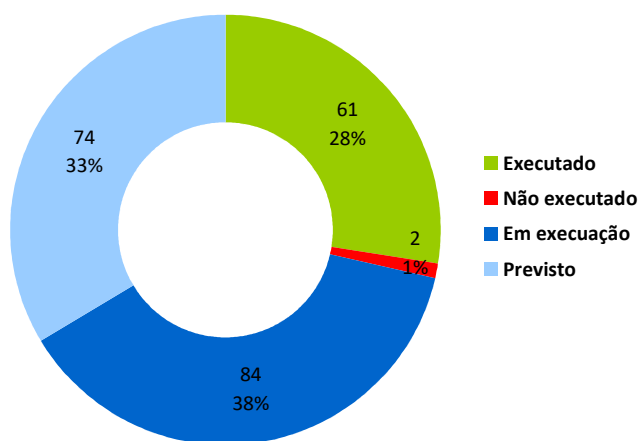
Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				
Construção da ETAR e emissários da Pelariga-Almagreira														
Construção dos Subemissários de Albergaria dos Doze e Rede de Saneamento de Fontinha (Vila Cã)														
Construção da rede de saneamento e Estação Elevatória de Seixo / Lagoa														
Construção da Estação Elevatória do Outeiro Martinho														
Construção da ETAR, Emissário e Estação Elevatória da Guia														
Construção de rede de saneamento de Santiais e limítrofes e Emissário de Albergaria, Santiago e São Simão														
Remodelação / Ampliação da ETAR de Pombal														
Construção de redes e ETAR de Alhais e Lugares Limítrofes														
Beneficiação das Infraestruturas do Parque Industrial Manuel da Mota														
Beneficiação e Ampliação das Infraestruturas do Parque Industrial da Guia														
Beneficiação das Infraestruturas da Zona Industrial da Formiga														
Implementação de um centro de recolha por freguesia, no qual se concentre a recolha de monstros, de verdes e de resíduos de construção														
Implementação de uma rede de recolha de óleos usados, com a instalação de, pelo menos, um ponto de recolha em cada freguesia, junto ao ecoponto mais utilizado														
Promover uma solução de depósito e tratamento de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)														
Implementar o Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia para o concelho de Pombal, procurando dotar todo o concelho de toponímia e número de polícia														
Ligação Rodoviária do IC8 à Estrada Atlântica														
Requalificação urbana da EN 237 desclassificada (Alto do Cabaço/Barco)														
Redimensionamento da EN 1-6														
Requalificação do CM 1045 (EN 237 - Casal Fernão João - EM 531)														
Variante da EN 109 à Rotunda da A17														
Variante da Zona Industrial da Guia à EN109														
CM1030 (Guia - Outeiro Martinho)														
Rotunda na EN 109														
Caminho e ciclovia de ligação do Grou à Estrada Atlântica														
CM 1017 (Louriçal - Cavadas)														

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto	
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024					
CM 1016 (EN 342 - Casais Porto - Valarinho)															
Variante à EN 350 em Albergaria dos Doze/Eguins															
EM 531-1 (CM 1038 / Marco / Ilha / Guia(EN109))															
CM 1039-1 (CM 1039 - Alto dos Mendes - EM 531)															
EM 529 (IC2 - Almagreira)															
CM 1062 (Marco da Pipa - Pipa - EN 1-6)															
EM 501-1 (Vila Cã - Abiul)															
Intervenções nos Túneis das Ribeiras da Cidade de Pombal															
Construção da Bacia de Amortecimento a Nascente da Cidade de Pombal															
Desenvolver um programa de melhoria da eficiência energética em edifícios municipais e espaço público															
Otimizar os percursos dos transportes públicos (autocarros, veículos de recolha do lixo, ...), com o intuito da redução dos consumos de energia nos transportes															
Criação de "via verde" para a apreciação e aprovação de projetos de edificações sustentáveis															
Potenciar a supressão de todas as lâmpadas de mercúrio existentes na iluminação pública, sendo progressivamente substituídas, pelos serviços da EDP, por lâmpadas de sódio, com reduzida taxa de falha e maior durabilidade															
Substituição de luminárias tradicionais, por LED em monumentos e edifícios históricos															
Aquisição de sistemas de instalação de sinalização luminosa LED para a rede municipal															
Reconversão das instalações de sinalização e controlo de tráfego para óticas a LEDs															
Elaborar um Plano de Ação para a Sustentabilidade Ambiental do concelho															
Condicionar o acesso a veículos motorizados às áreas mais sensíveis do litoral, nomeadamente à praia do Osso da Baleia, implementando uma rede de transportes "amigos do ambiente"															
Ações de sensibilização dos cidadãos, das escolas e das empresas para a sustentabilidade															
Campanhas de informação, ações de sensibilização e de educação ambiental da população em geral e, em particular, da população escolar, nomeadamente no âmbito da "Política dos 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar)"															
Educação Ambiental e Programa Eco Escolas															
Sensibilização para a racionalização do consumo de água															
Sensibilização e Informação sobre a Recolha, Tratamento e Reciclagem de resíduos sólidos urbanos															

Projetos e ações	Cronograma										Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto	
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024					
Sensibilização ambiental para a proteção do Meio Ambiente															
Desenvolvimento de uma plataforma logística associada à promoção integrada da rede de infraestruturas empresariais e logísticas, no contexto regional															
Adaptar a infraestrutura que acolhe o centro de meios aéreos a aeródromo, dotando-a de uma escola aeronáutica															
Atrair equipamentos e funções regionais (Loja do Cidadão, ...)															
Criar uma estratégia de marketing territorial															

Após 3 anos de implementação e execução da 1.^a revisão ao PDM de Pombal, é possível aferir que das 221 ações apresentadas, 28% já se encontram executadas, 38% se encontram em execução, e 33% se encontram previstas. Das ações propostas não foram executadas 2 ações.

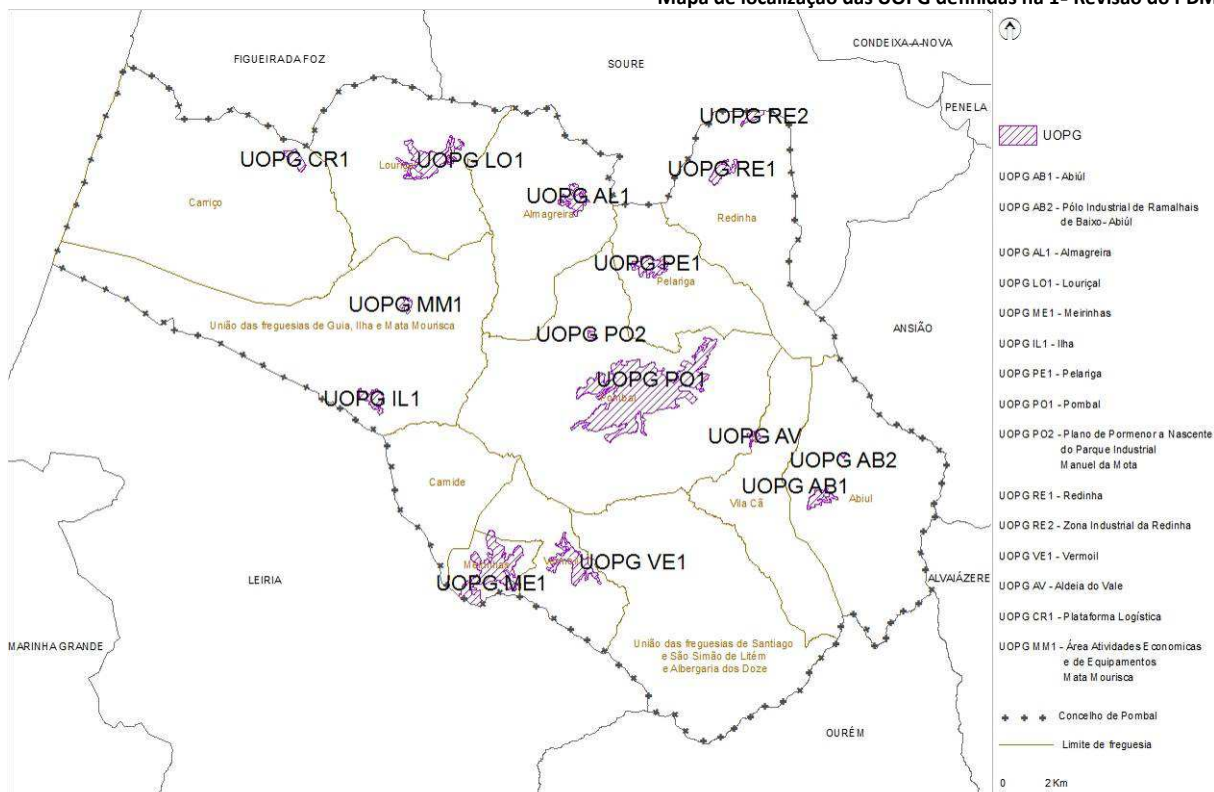
Taxas de execução das ações previstas no Plano



UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

O PDM estabelece 15 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão destinadas ao planeamento mais pormenorizado das áreas por elas abrangidas. Tal como expresso no Plano, estas UOPGs deverão concretizar-se através de Planos de Urbanização, Planos de Pormenor ou Unidades de execução.

Mapa de localização das UOPG definidas na 1ª Revisão do PDM



Execução das UOPGs propostas na 1.ª revisão do PDM

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	Prazo (anos)	Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
UOPG AB1 – Abiúl					
UOPG AB2 – Pólo Industrial de Ramalhais de Baixo - Abiúl					
UOPG AL1 – Almagreira					
UOPG LO1 – Lourçal					
UOPG ME01 – Meirinhas					
UOPG ILO1 – Ilha					
UOPG PEO1 – Pelariga					
UOPG PO1 – Pombal					
UOPG PO2 – Plano de Pormenor a Nascente do Parque Industrial Manuel da Mota					
UOPG RE1 – Redinha					
UOPG RE2 – Zona Industrial da Redinha					
UOPG VE1 – Vermoil					
UOPG AV – Aldeia do Vale					
UOPG CR1 – Plataforma Logística de Vieirinhos/Silveirinhas					
UOPG MM1 – Área de Atividades Económicas e de Equipamentos da Mata Mourisca					

Atualmente, ainda nenhuma das UOPG se encontra executada mas todas se mantêm como previstas.

7. Áreas de Reabilitação Urbana

Apesar de não configurarem Instrumentos de Gestão Territorial, as Áreas de Reabilitação Urbana tornam-se também importantes para o desenvolvimento das suas áreas de intervenção.

No concelho de Pombal encontra-se aprovada uma Área de Reabilitação Urbana (ARU), a ARU da zona central da cidade de Pombal, cuja delimitação foi publicada em 21 de outubro de 2014, sob o Aviso n.º 11 728/2014, e retificada pelo Aviso n.º 90/2015, de 2 de fevereiro, tendo sido posteriormente alterada sob o Aviso n.º 12 089/2015, de 20 de outubro.

A ARU, com uma área de 54,30ha, abrange quer as zonas urbanas mais antigas que estiveram na génese da urbe, como o Centro Histórico, a Várzea ou o Bairro Agorreta, quer as primeiras expansões urbanas a sul e a nascente da cidade, nomeadamente, a que se desenvolve ao longo da Rua Albergaria dos Doze e a área envolvente à parte inicial da Avenida Heróis do Ultramar. Contempla também as zonas ribeirinhas do centro da cidade, designadamente a zona desportiva e a área adjacente ao Jardim das Cegonhas.

Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da zona central da cidade de Pombal



OBJETIVOS

Com a delimitação da ARU, foi pretensão do Município de Pombal promover um conjunto de intervenções e investimentos que assegurem a salvaguarda do património edificado e a qualificação dos espaços urbanos, com o intuito de criar uma dinâmica de motivação geradora de iniciativa e confluência de interesses na melhoria e modernização do parque habitacional, na renovação e fixação do comércio e das funções centrais, ou seja, no contributo para a permanência e instalação de residentes e atividades económicas, dinamizadoras da área central da cidade.

Desta forma, assumiu-se como competência do Município, a assunção de ter um papel mais ativo e dinamizador e, ao mesmo tempo, de criar condições favoráveis à reabilitação urbana (conforme disposto no artigo 3.º do Decreto-lei nº 307/2009, de 23 de outubro alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto), potenciando os seguintes objetivos:

- a) Reabilitar os edifícios que se encontrem degradados ou funcionalmente inadequados.
- b) Reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas.
- c) Melhorar as condições de habitabilidade e funcionamento do parque imobiliário urbano e do espaço urbano não edificado.
- d) Proteger o património cultural e promover a sua valorização.
- e) Intervencionar os edifícios dissonantes segundo as regras para a sua reabilitação nomeadamente paleta de cores, materiais, cêrceas, entre outros.
- f) Definir regras e acções relativas ao enquadramento e condicionamento da colocação nas fachadas de contadores, publicidade, toldos, palas, entre outros.
- g) Modernizar as infra-estruturas urbanas.
- h) Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e a coesão territorial.
- i) Assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas.
- j) Fomentar a adopção de critérios de eficiência energética tanto em edifícios públicos como em edifício privados.
- k) Garantir que todas as intervenções assentam num modelo financeiramente sustentado.

Com forma de alcançar os referidos objetivos, a opção estratégica passa pela realização da futura Operação de Reabilitação Urbana, tendo como entidade gestora o próprio Município, que assumirá a coordenação e gestão, fazendo uso das seguintes medidas de atuação:

- Apoio à reabilitação através de benefícios fiscais, isenção ou redução de taxas municipais, aquando de uma 'ação de reabilitação urbana';

- Assumir-se como parceiro ativo e dinamizador dos processos de controlo prévio com redução dos custos e simplificação dos procedimentos de licenciamento, comunicação prévia e autorização de utilização.
- Assegurar um atendimento prioritário às respetivas operações urbanísticas estabelecendo uma relação de proximidade com todos os interessados e assegurando a monitorização dos respetivos processos não só na fase de instrução e implementação mas também a posteriori durante a vigência da operação de reabilitação.

DINÂMICA URBANÍSTICA

Desde a entrada em vigor da ARU da zona central da cidade de Pombal, já deram entrada na câmara municipal, um total de 52 processos de reabilitação urbana, distribuídos da seguinte forma:

2015 = 14 imóveis

2016 = 19 imóveis

2017 = 19 imóveis

Constata-se então um amento progressivo das ações de reabilitação urbana localizadas em ARU.

Importa também realçar que foram referenciados 78 imóveis degradados na Área de Reabilitação urbana da Zona Central da Cidade de Pombal, tendo sido agravados a Taxa de IMI em 30% a 40 imóveis em 2016 e a 49 imóveis em 2017.

8. SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Considerando que, em conformidade com o estipulado no artigo 119.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), "as câmaras municipais devem manter atualizada a relação dos instrumentos de gestão territorial e as servidões administrativas e restrições de utilidade pública especialmente aplicáveis na área do município", e que desde a entrada em vigor do PDM entraram em vigor algumas servidões administrativas e restrições de utilidade pública, no próximo quadro resumem-se as servidões administrativas e restrições de utilidade pública alteradas desde a entrada em vigor do PDM.

Quadro resumo de alterações às servidões administrativas e restrições de utilidade pública (2017)

Designação	Atualização		
	Sim	Não	Novo
RECURSOS NATURAIS			
a. Recursos hídricos			
i. Domínio público hídrico	X		
1. Leito e margens de cursos de água, lagos e lagoas		X	
2. Leito e margem das águas do mar (Domínio público marítimo)	X		
ii. Captações de água subterrânea para abastecimento público	X		
b. Recursos geológicos			
i. Recursos Minerais			
1. Pedreiras (Massas minerais)		X	
2. Áreas cativas e Áreas de reserva		X	
3. Depósitos minerais			
a) Contratos de concessão mineira	X		
b) Salgema – Aproveitamento das cavidades salinas		X	
c) Contratos de prospeção e pesquisa		X	
ii. Recursos hidrogeológicos			
1. Águas de nascente		X	
c. Recursos agrícolas e florestais			
i. Reserva Agrícola Nacional (RAN)		X	
ii. Obras de aproveitamento hidroagrícola		X	
iii. Oliveiras		X	
iv. Sobreiros e Azinheiras		X	
v. Regime florestal		X	
vi. Árvores de interesse público		X	
d. Recursos ecológicos			
i. Reserva Ecológica Nacional (REN)		X	
ii. Rede Natura 2000 – Sítio Sicó/Alvaiázere (PTCON0045)		X	
PATRIMÓNIO			
a. Imóveis classificados e respetiva zona de proteção			
i. Monumento nacional		X	
ii. Interesse público		X	
iii. Interesse municipal		X	
iv. Zona geral de proteção e zona especial de proteção	X		
b. Edifícios e outras construções de interesse público			
i. Zonas de proteção a edifícios e outras construções de interesse público			X
EQUIPAMENTOS			
a. Defesa nacional		X	
INFRAESTRUTURAS			
a. Rede elétrica nacional		X	
b. Gasodutos		X	
c. Rede rodoviária			
i. Rede rodoviária nacional e Rede nacional de autoestradas			
1. Rede nacional fundamental		X	
2. Rede nacional complementar		X	
3. Rede nacional de autoestradas		X	
ii. Estradas regionais, sob jurisdição da EP - Estradas de Portugal, S. A.		X	
iii. Estradas nacionais desclassificadas, sob jurisdição da EP - Estradas de Portugal, S.A.		X	

Designação	Atualização		
	Sím	Não	Novo
iv. Rede municipal			
1. Estradas regionais, sob jurisdição da Câmara Municipal		X	
2. Estradas nacionais desclassificadas, sob jurisdição da Câmara Municipal		X	
3. Estradas municipais e Caminhos municipais		X	
v. Estruturação hierárquica		X	
d. Rede ferroviária		X	
e. Servidão radioelétrica		X	
f. Vértices ou Marcos geodésicos		X	
ATIVIDADES PERIGOSAS			
a. Estabelecimentos com produtos explosivos		X	
b. Estabelecimentos com substâncias perigosas		X	
RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS			
a. Incêndios florestais	X		
a. Perigosidade de incêndio florestal		X	
b. Povoamentos florestais percorridos por incêndios	X		
b. Indústrias perigosas		X	

É de salientar que foi publicado, sob o Aviso n.º 15686/2017, de 29 de dezembro, uma Alteração por Adaptação à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, referente, entre outros, à atualização das servidões administrativas e restrições de utilidade pública, desde a entrada em vigor da referida 1.ª revisão.

9. ANEXOS

Indicadores de Avaliação e Monitorização da Declaração Ambiental

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir	Ano - 2017
FCD 1 - Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais							
Conservação da Natureza							
Número de habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, inseridos na área do concelho abrangida pelo SIC Sicó/Alvaiázere	n.º	ICNF/PDM	-	21	2013/PDM	Manter	21
Área ocupada por habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 inseridos na área do concelho abrangida pelo SIC Sicó/Alvaiázere	ha	ICNF	-	3 023,9	2013/PDM	Manutenção ou aumento da área em 10% no prazo de 10 anos	3 023,9
Espécies de flora e fauna de interesse comunitário, integrados na Rede Natura	n.º	ICNF	-	29	2013/PDM	Manter	29
Implementação do Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional do Urso	-	ICNF	PGF	-	-	De acordo com o PGF	-
Património							
Árvores de Interesse Público e Referenciadas	n.º	PDM	-	4 classificadas 5 (4 + 1) referenciadas	2013/PDM	Manter / Aumentar	4 classificadas 5 (4 + 1) referenciadas
Imóveis Classificados e em Vias de Classificação	n.º	PDM	-	14	2013/PDM	Aumentar	14
Sítios Arqueológicos	n.º	PDM	-	1	2013/PDM	Manter / Aumentar	1
Património Paleontológico	n.º	PDM	-	1	2013/PDM	Manter	1
Definição formal de geossítios	n.º e locais	PDM	-	1	2013/PDM	No prazo de 10 anos, estabelecimento formal dos geossítios do concelho, incluindo estratégias de proteção, conservação e	1

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir	Ano - 2017
						valorização	
Ações de educação ambiental	n.º e locais	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, desenvolver, pelo menos, uma ação anual de educação ambiental que inclua o património geológico e geomorfológico do concelho	1 - À descoberta da praia do Osso da Baleia 2- Praia limpa! Mais segura 3 -Proteger a floresta 4 – Dunas & Oceanos – Perigos e Adaptações
Estudos de investigação patrocinados pelo município	n.º e locais	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, contribuir para o desenvolvimento de, pelo menos, dois estudos de investigação sobre o património paleontológico do concelho	-
Recursos Hídricos							
Qualidade das águas superficiais (Rio Arunca, Ribeira de Carnide e Rio Nabão)	A - Excelente / ... / E - Muito Má	SNIRH	-	Rio Arunca: C - Razoável Ribeira de Carnide: D - Má Rio Nabão: C - Razoável	2009/SNIRH	Melhorar	Rio Arunca: C – Bom (2013) Ribeira de Carnide: D – Má (2012) Rio Nabão: C – Bom (2013)
Qualidade da água da zona balnear Osso da Baleia	Classes: Má, Aceitável, Boa e Excelente	APA	-	Excelente	2013/PDM	Manter	Excelente
Água captada de captações com perímetros de proteção ou albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	%	CMP	-	24,5	2011	≥ 95%, no prazo de 10 anos	-
Captações de água subterrânea e nascentes de água potável abrangidas por	n.º	PDM	-	23	2013/PDM	Manter / Aumentar	23

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir	Ano - 2017
perímetros de proteção							
Manutenção de uma base de dados atualizada que reúna informação relativa às principais fontes de poluição pontual e difusa	-	CMP	-	-	-	Atualização anual	Base de dados em execução
Estudos hidrogeológicos patrocinados pelo município	n.º e objetivo do estudo	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, contribuir para o desenvolvimento de pelo menos um estudo sobre as massas de água subterrânea mais pressionadas	-
Ações de sensibilização sobre a influência das atividades humanas na degradação da qualidade e na afetação da quantidade de água subterrânea disponível	n.º	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, desenvolver pelo menos duas ações	1 - A Importância da Água! Como Poupar Água? 2 - Vamos Conhecer o Rio! 3 - Menos Resíduos, Mais ambiente! 4- O ciclo urbano da água e a ETAR 5- De Olho na Biodiversidade 6 - Poupar água na Escola!
Geologia e Geomorfologia							
Manutenção da base de dados de recursos geológicos	-	CMP/ Concessionários	-	-	-	Atualização anual	Atualizada
Recuperação ambiental de antigas explorações de recursos geológicos	ha	CMP/ Concessionários	-	20,4	2013/PDM	Aumentar	2015: 20,4 (Recuperação de privados) 0,9 (Recuperação da administração)

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir	Ano - 2017
FCD 2 - Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território							
Vulnerabilidade Ambiental							
Intervenções associadas à prevenção e minimização dos riscos de cheia e salvaguarda do domínio hídrico	n.º, tipo de intervenções e área (m ²)	CMP	-	-	-	≥ 1 / Ano	1 – Limpeza das ribeiras do Vale, Outeiro de Galegas e Castelo em aglomerado urbano. Operações de limpeza e desobstrução do leito e margens, 5m para cada um dos lados, 30 000m ² .
Área impermeabilizada da bacia hidrográfica, situada a montante da zona onde se verifica inundação	ha	PDM	-	Área impermeabilizada das bacias no concelho: Mondego = 8060ha Lis = 619ha Tejo = 656ha Costeiras = 323ha	2013/PDM	Atuação prioritária nestas zonas, ao nível da prevenção e minimização dos riscos de cheia (indicador anterior)	-
Manutenção de uma base de dados que reúna informação relativa à ocorrência de cheias e inundações, movimento de massa em vertentes, colapso de cavidades, incêndios florestais, acidentes rodoviários, instalação de combustíveis ou armazenagem de produtos explosivos	-	CMP	-	-	-	Atualização anual	Desenvolvida aplicação móvel destinada a alimentar a base de dados SIG
Movimentos de massa em vertentes e colapso de cavidades	n.º e área afetada (m ²)	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, implementar um programa de monitorização Atualização anual do inventário das características	-

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir	Ano - 2017
						evolutivas dos locais de maior suscetibilidade e dos episódios de instabilidade de vertentes e de colapso de cavidades	
Intervenções destinadas ao tratamento de situações de instabilidade	n.º, tipo de intervenções e área intervencionada (m ²)	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, efetuar as necessárias intervenções de estabilização em áreas críticas de instabilidade que possam colocar em causa a segurança de pessoas e bens	-
Implementação de programa de monitorização para acompanhamento do recuo da linha de costa no limite Norte do concelho	m/ano	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, realizar o acompanhamento da evolução de 5 perfis de praia ao longo da linha de costa	-
População elementos expostos a risco de cheia na cidade de Pombal	(hab) (ha)	PDM	-	4 257 hab 146 ha	2013/PDM	Diminuição do número de habitantes e/ou do número de elementos expostos a risco de cheia	713 hab/21,3 ha (períodos de retorno de 100 anos - Planos de Gestão de Risco de Inundações) - 2015
Edifícios a necessitar de intervenções destinadas à melhoria da sua estabilidade e à minimização dos efeitos de um evento sísmico	n.º	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, inventariar áreas críticas e proposta de intervenções necessárias à minimização do risco	-
N.º de ocorrências e área ardida	n.º ha	SGIF	-	Média: 97 ocorrências; 255,5 ha	2005-2012/ICNF	< Média	235 ocorrências 3951,53ha (2017)
Áreas ardidadas em EEM Fundamental e Complementar Tipo I	ha/ano	SGIF/PDM	-	1 482	2013/PDM	Diminuir	EEM - Fundamental = 160ha

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir	Ano - 2017
							EEM - Complementar Tipo I = 410ha EEM - Complementar Tipo II= 3260ha Total=3830ha (2017)
Áreas ardidas reabilitadas	ha/ano	CMP	-	-	-	> 50	-
Estrutura Ecológica							
Mautenção de uma base de dados que reúna informação relativa às várias ocupações do solo incluídos em Área Fundamental e Complementar Tipo I da EEM	-	PDM	-	-	-	Atualização anual, com a aferição do grau de comprometimento da conectividade dos corredores ecológicos	Base de dados em execução
Plantação de espécies de folhosas autóctones de baixa combustibilidade na Área Fundamental e Complementar Tipo I da EEM	ha	CMP	-	976,06	2007	Aumentar	-
Superfície impermeabilizada na área fundamental da EEM	%	PDM	-	2,5	2013/PDM	Manter / Diminuir	-
Condicionantes ao Uso do Solo							
Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas (Edificações/Infraestruturas)	%	DRAPC/CMP	-	0,3	2013/PDM	n. a.	+ 0,039 (2014-2017)
Percentagem de REN com ocupação compatível com o RJREN	%	CCDRC/CMP	-	0,1	2013/PDM	n. a.	+0,018 (2014-2017)
FCD 3 - Competitividade territorial e qualidade de vida							
População							
População residente	n.º	INE	-	55 217	2011	Até 2021 inverter a tendência de decréscimo populacional registada na última década	55 217

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir	Ano - 2017
Equipamentos e Infraestruturas ambientais							
Equipamentos e infraestruturas programadas	%	PDM	-	-	-	100%, no prazo de 10 anos	-
Áreas Edificadas e Habitação							
Preenchimento médio de perímetros urbanos (área ocupada)	%	PDM	-	66,6	2013/PDM	> 75, no prazo de 10 anos	67,03
Consolidação média dos aglomerados rurais (área ocupada)	%	CMP	-	-	-	> 60, no prazo de 10 anos	76,4
Reocupação de edifícios devolutos em todo o concelho	%	CMP	-	-	-	Aumentar	-
Operações urbanísticas em Aglomerados Rurais	n.º	PDM	-	-	-	n. a.	26
Operações urbanísticas em Áreas de Edificação Dispersa	n.º	PDM	-	-	-	n. a.	28
Operações urbanísticas que visem a reabilitação urbana em Espaço Central	n.º	PDM	-	-	-	Aumentar	20
Taxa de alojamentos excedentários	%	CMP/INE	-	14,92	2011/INE	Diminuir	-
Emprego e Estrutura Empresarial							
Crescimento do PIB agroflorestal (Análise: VAB das empresas)	%	INE	-	-	-	2013-2018 > 1995-2000	Δ 2013-2015 24,2%
Crescimento do PIB industrial (Análise: VAB das empresas)	%	INE	-	-	-	2013-2018 = 1995-2000	Δ 2013-2015 25,6%
Crescimento do PIB turismo (Análise: VAB das empresas)	%	INE	-	-	-	2013-2018 > 1995-2000	Δ 2013-2015 4,8%
Taxa de ocupação do espaço de atividades económicas	%	PDM	-	55	2013/PDM	Aumentar	56,84
Desenvolvimento Rural							
Superfície agrícola utilizada (SAU)	ha	INE	-	4108	2009/INE	Aumentar	-

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir	Ano - 2017
Atividade agropecuária (Explorações pecuárias e instalações agroindustriais)	n.º	PDM	-	Explorações = 537 Instalações = 58	2011/PDM	Aumentar	Mantém
Mobilidade e Acessibilidades							
N.º de edifícios municipais com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	n.º	CMP	-	-	-	Aumentar	2
Extensão da rede existente de "Pombus" (Transporte Público Urbano)	km	PDM	-	31,81	2013/PDM	Aumentar	60,86
Utilizadores do "Pombus"	n.º/mês	PDM	-	25 000/mês	2011/PDM	Aumentar	17 549/mês
Taxa de utilizadores dos transportes públicos nos movimentos pendulares	%	TRANSDEV/ CP/CMP	-	-	-	Aumentar	-
Taxa de utilizadores de modos suaves nos movimentos pendulares	%	CMP/INE	-	6,19	2011/INE	Aumentar	-
Dinâmica Turística							
Empreendimentos Turísticos em Solo Rural, nas tipologias previstas	n.º	Turismo/CMP	-	2	2013/PDM	Aumentar	10
Reconhecimento dos empreendimentos turísticos como empreendimentos de turismo de natureza	n.º	Turismo/CMP	-	0	2013/PDM	Aumentar	0
Taxa de ocupação das unidades de ocupação dos empreendimentos turísticos	%	Turismo/CMP	-	25,5	2011/INE	Aumentar	31,7 (2016)
Camas de estabelecimentos hoteleiros / 1.000 hab	%	INE	-	4,78	2011/INE	No prazo de 10 anos > 10%	6,6 (2016)
Qualidade de Vida							
Taxa de perdas de água na rede pública de abastecimento	%	CMP	PEAASAR (≤ 15%)	37	2008/ERSAR	≤ 25%	35,2% (2015)
Consumo de água <i>per capita</i>	l/hab/dia	INSAAR	-	170	2009/INSAAR	Diminuir	105,35 (2015)
Resultados de análises à água tratada para abastecimento público, em conformidade com a legislação	%	CMP	PEAASAR (> 99%)	98,6	2012/ERSAR	> 99%	99,71 (2015)
Alojamentos servidos por sistema público de abastecimento de água	%	INE	PEAASAR (> 98%)	99,3	2011/INE	Manter / Aumentar	-

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir	Ano - 2017
Cobertura da rede de drenagem das águas residuais	%	INSAAR	PEAASAR (>90%)	39	2009/INSAAR	> 70%	42 (2014)
Reutilização de águas residuais tratadas	%	CMP	-	-	-	≥ 10%, no prazo de 10 anos	-
Águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem	%	CMP	-	-	-	≤ 20%	-
Eficiência no tratamento das águas residuais em ETARs Municipais (considerando os parâmetros CBO, CQO e SST)	%	CMP	-	-	-	> 90%	90 (2014)
Cobertura da rede de recolha indiferenciada de resíduos	%	CMP	PERSU APA RASARP ERSAR	92%	2013	98%	92% (2015)
Cobertura da rede de recolha seletiva resíduos	%	CMP/Valorlis	PERSU APA RASARP ERSAR	45%	2013	51%	45% (2015)
Proporção de resíduos sólidos recolhidos seletivamente (taxa de desvio de aterro)	%	CMP	PERSU APA	8,5%	2013	10%	8,52% (2015)
População exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB para o Lden e para o Ln	hab	PDM	-	Lden = 280 Ln = 726	2013/PDM	Diminuir	-
Edifícios municipais com certificação energética ≥ B-	n.º	CMP	-	0	2013	Aumentar	15
Balanço entre as emissões de CO2 de sequestro florestal (-)/ emissões de incêndios (+) e da mobilidade (+)	coeficiente numérico	CMP/APA	-	-	-	> 1 nos anos seguintes à aprovação da revisão do plano	-
Taxa de concretização do programa de reordenamento do parque escolar (Carta Educativa)	%	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos > 50%	100% (Ano letivo 2016/2017)

Classificação das Atividades Económicas (CAE) – Fonte: INE

Classificação das Atividades Económicas - CAE-Rev.3	
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
01	A Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados
02	A Silvicultura e exploração florestal
03	A Pesca e aquicultura
B	Indústrias extrativas
05	B Extração de hulha e lenhite
06	B Extração de petróleo bruto e gás natural
07	B Extração e preparação de minérios metálicos
08	B Outras indústrias extrativas
09	B Atividades dos serviços relacionados com as indústrias extrativas
C	Indústrias transformadoras
10	C Indústrias alimentares
11	C Indústria das bebidas
12	C Indústria do tabaco
13	C Fabricação de têxteis
14	C Indústria do vestuário
15	C Indústria do couro e dos produtos do couro
16	C Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria
17	C Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos
18	C Impressão e reprodução de suportes gravados
19	C Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis
20	C Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos
21	C Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
22	C Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
23	C Fabrico de outros produtos minerais não metálicos
24	C Indústrias metalúrgicas de base
25	C Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos
26	C Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos
27	C Fabricação de equipamento elétrico
28	C Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.
29	C Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis
30	C Fabricação de outro equipamento de transporte
31	C Fabrico de mobiliário e de colchões
32	C Outras indústrias transformadoras
33	C Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
35	D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
36	E Captação, tratamento e distribuição de água
37	E Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais
38	E Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais
39	E Descontaminação e atividades similares
F	Construção
41	F Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios
42	F Engenharia civil
43	F Atividades especializadas de construção
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
45	G Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos
46	G Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos
47	G Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos
H	Transportes e armazenagem
49	H Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos
50	H Transportes por água
51	H Transportes aéreos
52	H Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)
53	H Atividades postais e de courier

Classificação das Atividades Económicas - CAE-Rev.3

I	Alojamento, restauração e similares
55 I	Alojamento
56 I	Restauração e similares
J	Atividades de informação e de comunicação
58 J	Atividades de edição
59 J	Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música
60 J	Atividades de rádio e de televisão
61 J	Telecomunicações
62 J	Consultoria e programação informática e atividades relacionadas
63 J	Atividades dos serviços de informação
K	Atividades financeiras e de seguros
64 K	Atividades de serviços financeiros, exceto seguros e fundos de pensões
65 K	Seguros, resseguros e fundos de pensões, exceto segurança social obrigatória
66 K	Atividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros
L	Atividades imobiliárias
68 L	Atividades imobiliárias
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
69 M	Atividades jurídicas e de contabilidade
70 M	Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão
71 M	Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas
72 M	Atividades de investigação científica e de desenvolvimento
73 M	Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião
74 M	Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
75 M	Atividades veterinárias
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
77 N	Atividades de aluguer
78 N	Atividades de emprego
79 N	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas
80 N	Atividades de investigação e segurança
81 N	Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins
82 N	Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas
O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
84 O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
P	Educação
85 P	Educação
Q	Atividades de saúde humana e apoio social
86 Q	Atividades de saúde humana
87 Q	Atividades de apoio social com alojamento
88 Q	Atividades de apoio social sem alojamento
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
90 R	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias
91 R	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais
92 R	Lotarias e outros jogos de aposta
93 R	Atividades desportivas, de diversão e recreativas
S	Outras atividades de serviços
94 S	Atividades das organizações associativas
95 S	Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico
96 S	Outras atividades de serviços pessoais
T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio
97 T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico
98 T	Atividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio
U	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
99 U	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais